

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO

GIULIANO TORRIERI NIGRO

**AVALIAÇÃO DA QUALIDADE PAISAGÍSTICA E DOS
EQUIPAMENTOS PARA O USO TURÍSTICO NO PARQUE DO INGÁ,
MARINGÁ, BRASIL.**

MARINGÁ
2016

GIULIANO TORRIERI NIGRO

**AVALIAÇÃO DA QUALIDADE PAISAGÍSTICA E EQUIPAMENTOS PARA O USO
TURÍSTICO NO PARQUE DO INGÁ, MARINGÁ, BRASIL.**

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Luiz
Domingos De Angelis

**MARINGÁ
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

N689a Nigro, Giuliano Torrieri
Avaliação da qualidade paisagística e dos equipamentos para o uso turístico no Parque do Ingá, Maringá, Brasil/ Giuliano Torrieri Nigro. -- Maringá, 2016.
157 f. : Il. color.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis

Dissertação (Mestre em Geografia)- Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pós-graduação em Geografia.

1. Geografia física. 2. Análise ambiental. 3. Áreas verdes urbanas-Turismo. 4. Parque urbano - Maringá,PR. 5. Turismo de áreas verdes.I. Angelis, Bruno Luiz Domingos de., orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pós-graduação em Geografia. IV. Título.

21.ed. 918.162

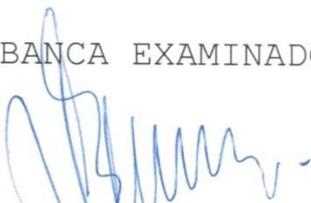
Cicilia Conceição de Maria
CRE9- 1066

“AVALIAÇÃO DA QUALIDADE PAISAGÍSTICA E DOS EQUIPAMENTOS PARA O
USO TURÍSTICO NO PARQUE DO INGÁ, MARINGÁ, BRASIL”

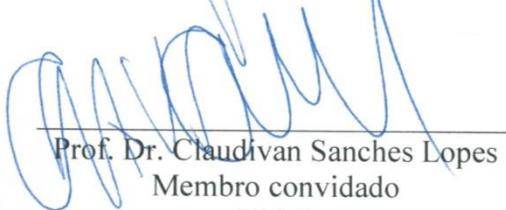
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa: Análise Ambiental

Aprovada em **05 de abril de 2016.**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis
Orientador - UEM



Prof. Dr. Claudivan Sanches Lopes
Membro convidado
UEM



Prof. Dr. Rafaela De Angelis Barros
Membro convidado
UNICESUMAR

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por permitir que mais uma etapa da minha vida seja cumprida.

À toda a minha família por todo o apoio que me propiciaram.

À minha esposa pela companhia em momentos difíceis.

Em especial ao Professor Dr. Bruno Luiz Domingos de Angelis pela confiança e orientação, sempre muito bem conduzida.

À professora Rafaela De Angelis pelo auxílio e disponibilidade sempre que precisei.

Ao professor Dr. Claudivan Sanches Lopes pela ajuda oportuna.

À Universidade Estadual de Maringá, que possibilitou mediante a oferta desse curso, o meu aperfeiçoamento profissional e crescimento pessoal.

A todos, que de alguma forma estiveram ao meu lado e auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

Em meio à discussão da importância das áreas verdes urbanas, mais especificamente dos parques urbanos, no contexto das cidades, o presente trabalho busca analisar a paisagem como importante recurso da atividade turística. Objetivou-se realizar análise de valoração da paisagem e avaliação qualitativa dos equipamentos do Parque do Ingá, situado no município de Maringá, Paraná. Pretendeu-se avaliar a potencialidade da área verde para o turismo, analisar as condições de infraestrutura e equipamentos existentes, verificar a qualidade paisagística para o uso turístico, assim como identificar os locais de maior gradiente de visitação e de maior beleza cênica. As duas etapas metodológicas permitiram avaliar a potencialidade turística do Parque do Ingá. A primeira analisou a qualidade visual de forma objetiva, através do método direto, atribuindo valores às 30 fotografias previamente escolhidas de forma aleatória. Estas fotografias foram classificadas em três grupos (alta, média e baixa qualidade). Foram selecionadas duas fotos que representaram a melhor e, a pior colocada de cada classe, a fim de agrupar seis fotografias para a análise subjetiva, por meio de entrevista com os turistas sobre suas preferências visuais. A segunda etapa metodológica permitiu traçar um diagnóstico das condições de conservação e adequação de todos os equipamentos existentes no parque, quantificando-os e, posteriormente, atribuindo-lhes notas para a análise qualitativa dos mesmos. A presente metodologia mostrou-se eficaz para identificar os pontos de maior potencialidade turística do parque. Não houve possibilidade de prever uma relação entre o perfil dos entrevistados e a preferência paisagística destes, mas foi possível estabelecer um padrão de preferência paisagística pautado na escolha de fotografias que representaram maior organização e harmonia dos elementos. A união das duas etapas metodológicas permitiu concluir que os atrativos, dentre eles, Jardim Japonês e Gruta Nossa Senhora da Glória são os pontos de maior potencialidade turística.

Palavras-chave: Áreas verdes urbanas. Parques urbanos. Paisagem e turismo.

ABSTRACT

Amid the discussion of the importance of urban green areas, specifically in urban parks in the context of cities, this study seeks to analyze the landscape as an important resource of tourism. The objective was to perform valuation analysis of the landscape and qualitative assessment of the Ingá Park facilities, located in the city of Maringá, Parana. It was intended to assess the potential of green area for tourism, analyzing the existing infrastructure and equipment conditions, check the landscape quality for tourist use, and to identify the sites of greatest gradient visitation and greater scenic beauty. The two methodological steps allowed to assess the tourism potential of the Inga Park. The first examined the visual quality objective, through the direct method, assigning values to 30 photographs, previously chosen randomly. These photographs were selected in three groups (high quality, medium quality and low quality), choosing the two photos that represented the best and worst placed of each class in order to select six photos for subjective analysis, through interviews, defining thus, the visual preference of tourists. The second methodological step allowed us to outline a diagnosis of conservation and adaptation conditions of all existing equipment in the park, quantifying and subsequently assigning notes to the qualitative analysis of these. This methodology has proven effective in identifying the points of greatest tourist potential of the park. There was no possibility to provide a relationship between the profile of the respondents and the preference of this landscape, but it was possible to establish a pattern of preference landscape guided by the choice of photographs that represented greater organization and harmony of the elements. The union of the two methodological steps concluded that the attractive *Jardim Japonês* and *Gruta Nossa Senhora da Glória* are the points of greatest tourist potential.

Keywords: urban green areas, urban parks, landscape and tourism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização Geográfica da Área de Estudo.....	16
Figura 2 – Localização do Parque do Ingá na área urbana de Maringá, PR.	17
Figura 3 – Fluxograma metodológico.	63
Figura 4 – Fotografias do Parque do Ingá selecionadas para avaliação técnica.	66
Figura 5 – Localização dos Atrativos Turísticos do Parque do Ingá.	74
Figura 6 – Estátua em homenagem ao Fundador Dr. Adriano José Valente.	75
Figura 7 – Ponte do Jardim Japonês no Parque do Ingá.	76
Figura 8 – Presença de grades de proteção que depreciam a qualidade visual.	77
Figura 9 – Gruta Nossa Senhora da Glória.	78
Figura 10 – Atividades de contemplação do lago.	79
Figura 11 – Banco novo de madeira no <i>hall</i> de entrada.	82
Figura 12 – Banco de madeira, sem apoio para costas e mãos.....	82
Figura 13 – Banco de concreto sem encosto e apoio, com grande rachadura.	83
Figura 14 – Banco de concreto com desenho artístico.	83
Figura 15 – Banco de concreto quebrado.	84
Figura 16 – Banco em conformação de folha.....	84
Figura 17 – Poste em coluna de ferro acimado por luminária tipo chapéu chinês.....	86
Figura 18 – Lixeira para coleta de lixo comum.....	87
Figura 19 – Lixeira para coleta de lixo reciclável ou seletivo.	88
Figura 20 – Sanitário próximo à entrada do parque.	89
Figura 21 – Telefone público em formato de onça, em frente ao Parque do Ingá.	90
Figura 22 – Bebedouro de Inox próximo à entrada.	91
Figura 23 – Bebedouro revestido de azulejo.	91
Figura 24 – Piso de Paralelepípedo.....	92
Figura 25 – Piso de asfalto na trilha central.....	93
Figura 26 – Caminho com corrimão e degraus.	93
Figura 27 – Caminho com corrimão quebrado.	94
Figura 28 – Mirante na área ao redor do lago, local de contemplação e tranquilidade.....	95
Figura 29 – Área do palco com as cadeiras de madeira.....	95
Figura 30 – Portal (<i>tori</i>) de entrada do Jardim Japonês.....	96
Figura 31 – Obras de arte de animais que não pertencem à fauna regional.	97
Figura 32 – Chafariz próximo à Gruta Nossa Senhora da Glória.	97
Figura 33 – Academia da Terceira Idade e áreas de exercícios físicos para o público em geral.	99
Figura 34 – Academia da Primeira Idade (API).....	100
Figura 35 – Parque Infantil.....	100
Figura 36 – Quiosque de alimentação, de construção harmônica com o ambiente.	101
Figura 37 – Operação do Acoradouro para passeios turísticos.....	101
Figura 38 – Área de construção do futuro Centro de Apoio ao Turista.....	102
Figura 39 – Área da administração do parque. Escadas inadequadas para receber visitantes.....	103
Figura 40 – Antiga Associação de Defesa e Educação Ambiental de Maringá. Local desativado.....	104

Figura 41 – Local abandonado, sede de vendas de ingresso das atividades recreativas. ...	105
Figura 42 – Museu na parte leste do parque, passa por reformas.....	105
Figura 43 – Placas mal posicionadas e em péssimo estado.....	106
Figura 44 – Caixa de Som / Autofalante posicionado no caminho das trilhas.	107
Figura 45 – Tirolesa abandonada.	109
Figura 46 - Equipamento de arborismo abandonado	109
Figura 47 - Fotografias selecionadas para entrevistas com turistas.	119
Figura 48 - Ordem das fotos selecionadas para pesquisa com turistas.	120
Figura 49 - Foto 01, primeira colocada na pesquisa de preferências paisagísticas.	126
Figura 50 - Foto 03, última colocada na pesquisa de preferência paisagística.	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valoração dos componentes da paisagem do parque.....	68
Tabela 2 – Valoração da Paisagem de acordo com os valores dos elementos.....	117
Tabela 3 –Gênero conforme o estado de origem dos visitantes.....	123
Tabela 4 – Tabela da idades dos entrevistados.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Percentual de entrevistados por país.....	121
Gráfico 02 - Percentual de entrevistados em cada estado.....	122
Gráfico 03 – Grau de instrução do total de entrevistados.	124
Gráfico 04 – Grau de instrução conforme estado de origem do entrevistado.	125
Gráfico 05 – Ordem de foto indicada como 1º lugar.....	127
Gráfico 06 – Escolha da foto de 1º lugar conforme estado de origem do entrevistado.....	128
Gráfico 07 – Indicação da Foto de 1º lugar conforme Grau de instrução.....	129
Gráfico 08 – Motivos da escolha da Foto 01 como 1ª colocada.....	130
Gráfico 09 – Ordem de foto indicada como última colocada.....	132
Gráfico 10 – Escolha da foto de 6º lugar conforme estado de origem do entrevistado.....	133
Gráfico 11 – Indicação da Foto de 6º lugar conforme Grau de instrução.....	134
Gráfico 12 – Motivos da escolha da foto 03 como 6ª colocada.	135
Gráfico 13 – Ordem de fotos indicadas como 2º lugar.	136
Gráfico 14 – Ordem de fotos indicadas como 3º lugar.	137
Gráfico 15 – Motivos da valoração da qualidade visual da paisagem.	138
Gráfico 16 – Ordem de fotos indicadas como 4º lugar.....	139
Gráfico 17 – Ordem de fotos indicadas como 5º lugar.	140
Gráfico 18 – Motivos de depreciação da qualidade visual da paisagem.....	141

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	15
2 PAISAGEM E GEOGRAFIA	22
2.1 PAISAGEM URBANA	24
2.2 ÁREAS VERDES URBANAS	27
2.2.1 Parques urbanos	29
3 ATIVIDADE TURÍSTICA	35
3.1 TURISMO E MEIO AMBIENTE	38
3.2 TURISMOS NO ESPAÇO URBANO.....	45
3.3 TURISMOS EM PARQUES URBANOS	49
4 PAISAGEM E TURISMO	53
4.1 PAISAGEM COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA O TURISMO	53
4.2 ELEMENTOS E COMPONENTES DA PAISAGEM	57
4.3 INTERPRETAÇÃO E VALORAÇÃO DA PAISAGEM.....	58
5 MATERIAL E MÉTODO	63
5.1 AVALIAÇÃO QUALITATIVA	64
5.2 ANÁLISE DA QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM PARA O TURISMO	65
6 ATRATIVOS TURÍSTICOS DO PARQUE DO INGÀ	72
6.1 ANÁLISE DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS.....	75
7 INFRAESTRUTURA DO PARQUE DO INGÁ	80
7.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS	80
7.2 AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS EQUIPAMENTOS	110
8 RESULTADO DA ANÁLISE DA QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM	116
8.1 ANÁLISE TÉCNICA DAS PAISAGENS	116
8.2 PREFERÊNCIA DOS TURISTAS	118
8.2.1 Perfil dos turistas entrevistados	120
8.2.2 Análise da preferência paisagística do turista	125
8.2.3 Discussão dos Resultados	141
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	148
ANEXOS	155

1 INTRODUÇÃO

A paisagem está intimamente ligada ao turismo, deixando de ser considerada apenas, fator estético, cênico e passa a ser importante recurso para a atividade. É ela que determina, na maioria das vezes, a oferta na qual o principal consumidor é o próprio turista. A paisagem não é o único elemento que influencia na tomada de decisão por parte do turista e dos agentes ligados à sua implementação no destino a ser explorado, mas dependendo do tipo de turismo a ser ofertado, é o principal.

Neste contexto, a paisagem, no presente trabalho, é apreendida como categoria de análise para o turismo, uma vez que este, conforme o exposto por Pires (1993) é uma experiência geográfica por ser uma atividade que gera deslocamento de pessoas de um lugar a outro no espaço geográfico, e a paisagem é o elemento mais importante nesse contexto.

A relação da atividade turística com a temática ambiental traz à tona a discussão de um turismo alternativo, que leve em conta a conservação dos locais visitados. Esse conceito é fruto de décadas de debates sobre a questão ambiental, agravada pelo decorrente processo de intensa urbanização que as cidades brasileiras têm passado nas últimas décadas do século xx, sobretudo, a partir dos anos 1970.

Com a crise ambiental que se intensifica, as áreas verdes urbanas vêm ganhando importância no contexto das cidades, sendo elas, muitas vezes, os últimos remanescentes de algum contato que o cidadão urbano ainda tem com o ambiente “natural”, proporcionando um aumento da qualidade de vida e a satisfação de sua população. Assim, com o progresso econômico, em um cenário de aumento da especulação imobiliária, os parques urbanos cumprem função não só estética; mas, também, ecológica, social e turística.

Entende-se que os parques urbanos, dentro do conceito de cidades, vêm ganhando importância para o turismo. Hoje, não são apenas áreas de conservação e lazer para a população, mas também se configuram áreas de relevante interesse turístico pela sua paisagem e beleza cênica, mediante uma crescente demanda atual por um turismo diversificado, longe ainda de ser hegemônico, mas crescente. Ele visa romper com aquela forma de turismo característica do período clássico, conhecida como turismo de massa. Esse novo turista procura uma forma alternativa

de turismo que o coloque em contato com o meio ambiente natural e o faça participar do processo de conservação, dos locais visitados.

O turismo em áreas verdes urbanas, mais precisamente em parques urbanos, é uma atividade crescente no Brasil. Por se apoiar nos pilares da sustentabilidade, pode se tornar uma atividade que ajuda na conservação das áreas verdes e no processo de conscientização, tanto da população local, quanto do turista.

Diferentemente do ecoturismo, o turismo em parques urbanos tem outros elementos, tanto paisagístico como de estrutura, relacionados ao meio ambiente urbano. Trata-se de uma área vegetada em meio ao espaço urbano, propiciando diversas características de um turismo em ambientes naturais, mas com toda uma gama de infraestrutura e serviços oriundos da área urbana.

Enfatiza-se que deve ser discutida a forma de turismo realizada nestes parques como uma categoria singular de turismo, algo que transite entre os conceitos de ecoturismo e de turismo no espaço urbano. Nesta perspectiva, o presente trabalho estuda e analisa as condições, a paisagem e os equipamentos para a utilização turística do Parque do Ingá, localizado na região central do município de Maringá, estado do Paraná. Utiliza duas abordagens metodológicas, a saber: a análise e valoração da qualidade paisagística e, a avaliação dos equipamentos do parque para a prática turística. É na ótica do turismo, como atividade geográfica, que a paisagem do Parque do Ingá é analisada.

Sabe-se que a temática é escassa em meios acadêmicos e que a discussão está longe de ser esgotada. Logo, a pesquisa busca dialogar com o tema e ampliá-lo demonstrando a necessidade de um estudo de valoração paisagística e, análise de equipamentos para o Parque do Ingá. A análise e valoração da paisagem em um parque urbano com as características e localização deste importante parque, aliados à discussão da forma de turismo a ser implementada em parques urbanos, justifica a presente pesquisa. Consoante o objetivo geral é realizar a análise de valoração da paisagem e avaliação qualitativa dos equipamentos do Parque do Ingá.

No entanto, para alcançar tal objetivo, algumas metas foram estabelecidas, resultando na formulação dos objetivos específicos, a saber:

- Avaliar a potencialidade da área verde para o turismo no Parque do Ingá;
- Analisar as condições de infraestrutura e equipamentos existentes no parque;
- Verificar a qualidade paisagística Parque do Ingá para o uso turístico;

- Identificar os locais de maior gradiente de visitação e de maior beleza cênica para a valoração paisagística.

A investigação está estruturada em nove capítulos, sendo o primeiro a parte introdutória. Nele está apresentando a caracterização da área de estudo. A parte do referencial teórico divide-se em três capítulos (2 3 e 4). O capítulo 2, denominado *Paisagem e geografia* inicia com a discussão da paisagem na Geografia, traz um breve histórico e o conceito da paisagem, como categoria de análise, na ciência geográfica. Em seguida, aborda a paisagem urbana, seus conceitos e implicações para o estudo do turismo, haja vista que a presente área de estudo localiza-se no espaço urbano, configurando importante discussão sobre o papel do turismo como modificador do espaço. O Parque do Ingá se enquadra no conceito de áreas verdes urbanas, mais especificamente como parque urbano, permitindo assim, desenvolver a temática no capítulo em questão.

O capítulo 3 – *Atividade turística* traz definições conceituais do turismo, com ênfase à concepção geográfica de Cruz (2003) que afirma ser o turismo uma prática social que envolve deslocamento de pessoas, no espaço geográfico. Em seguida, propõe-se relacionar o turismo com o meio ambiente, destacando-se a mudança de perfil do ecoturista moderno, longe ainda de ser hegemônico, que procuram estar engajados com as causas ambientais e necessitam participar do processo de conservação dos locais visitados. O autor trata do turismo no espaço urbano como importante modificador do espaço geográfico e o defende como nova modalidade de turismo que possui a comodidade, serviços e apoio dos centros urbanos, mas que é realizada em áreas com elementos naturais.

O capítulo 4 - *Paisagem e turismo* traz a visão da paisagem como categoria de análise para o turismo, nele discute-se os principais pontos entre a relação paisagem & turismo.

A parte explicativa da metodologia encontra-se no capítulo 5: *Material e método*. Trata-se do método utilizado para a avaliação das condições da prática turística do Parque do Ingá, dividindo-se em duas etapas: a primeira faz a avaliação qualitativa dos equipamentos do parque; e a segunda apresenta a análise da valoração dos componentes da paisagem para o estudo das preferências paisagísticas.

O capítulo 6 *Atrativos turísticos do parque do Ingá* apresenta a aplicação parcial do método de análise dos equipamentos, por meio de um levantamento dos principais atrativos turísticos e suas reais condições de uso.

No capítulo 7: *-Infraestrutura do parque do Ingá* é feita a análise detalhada de todos os equipamentos presentes no Parque do Ingá, quanto ao seu estado de conservação e número de ocorrência, para a posterior atribuição de notas de cada equipamento e, assim, avaliá-los qualitativamente.

O capítulo 8- *Resultado da análise da qualidade visual da paisagem* apresenta a etapa metodológica de identificação da qualidade visual da paisagem, efetuada pela avaliação técnica (objetiva) das fotografias previamente selecionadas de forma aleatória, atribuindo-se valores para cada componente dela.

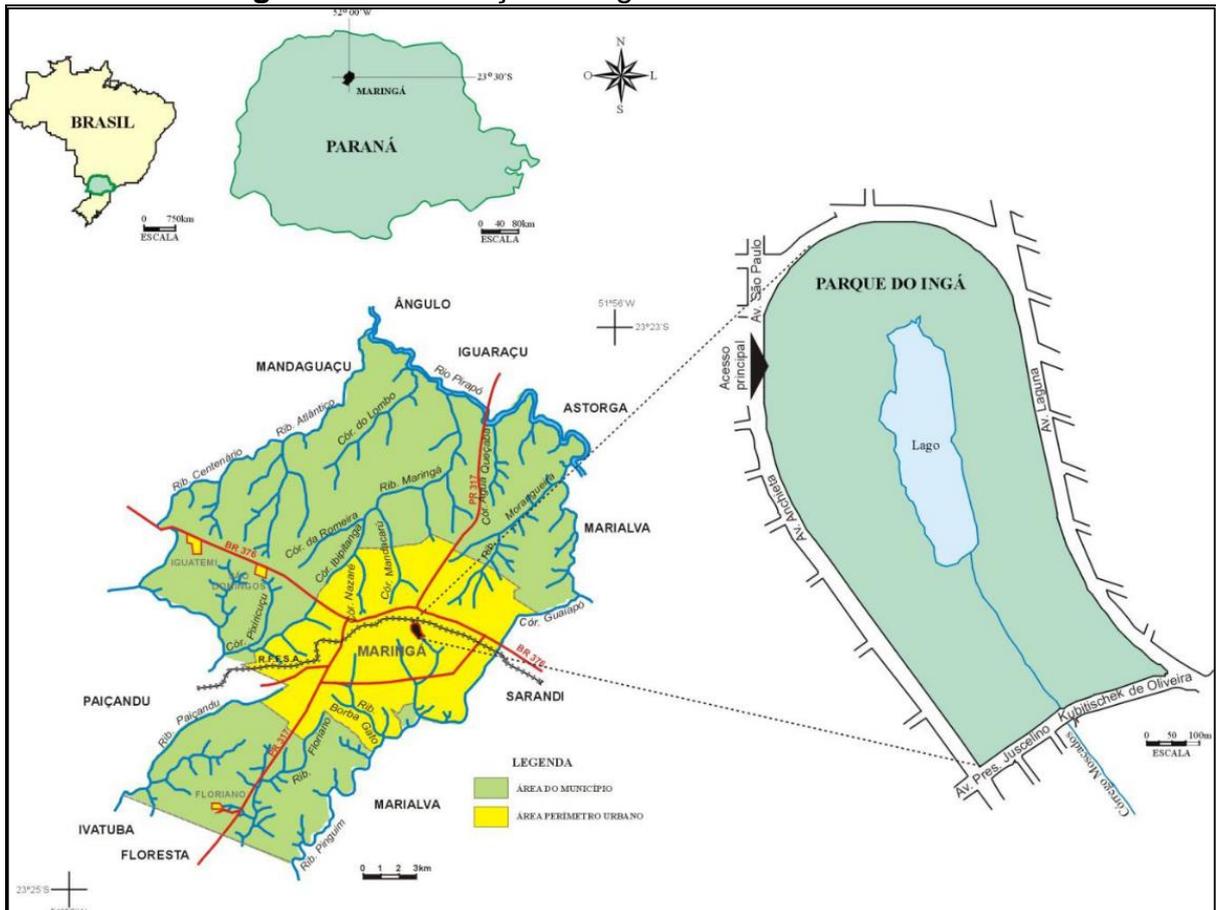
Mediante a classificação, as fotos foram selecionadas para a análise dos entrevistados (subjetiva), indicando a preferência paisagística dos turistas que frequentam o parque. Nessa etapa, foi traçado um perfil do visitante, bem como, análises estatísticas correlacionadas entre as variáveis da pesquisa e as fotografias escolhidas como primeira e, última colocada.

No capítulo 9 – *Considerações Finais* faz - se a síntese das contribuições da pesquisa sob a identificação dos pontos de maior potencialidade turística do Parque do Ingá.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Maringá localiza-se ao Noroeste do estado do Paraná, limitando-se ao norte, com os municípios de Ângulo e Mandaguaçu, ao sul, com Floresta, Ivatuba e Marialva, a oeste, com os municípios de Paiçandu e Mandaguaçu; e, a noroeste, com os municípios de Astorga e Iguaraçu (Figura 1). Situa-se na região fisiográfica denominada Terceiro Planalto Paranaense, na subdivisão Planalto de Apucarana, a uma altitude média de 554,90m. A região é divisora de águas entre as Bacias Hidrográficas dos rios Ivaí e Paranapanema.

Figura 1 - Localização Geográfica da Área de Estudo.



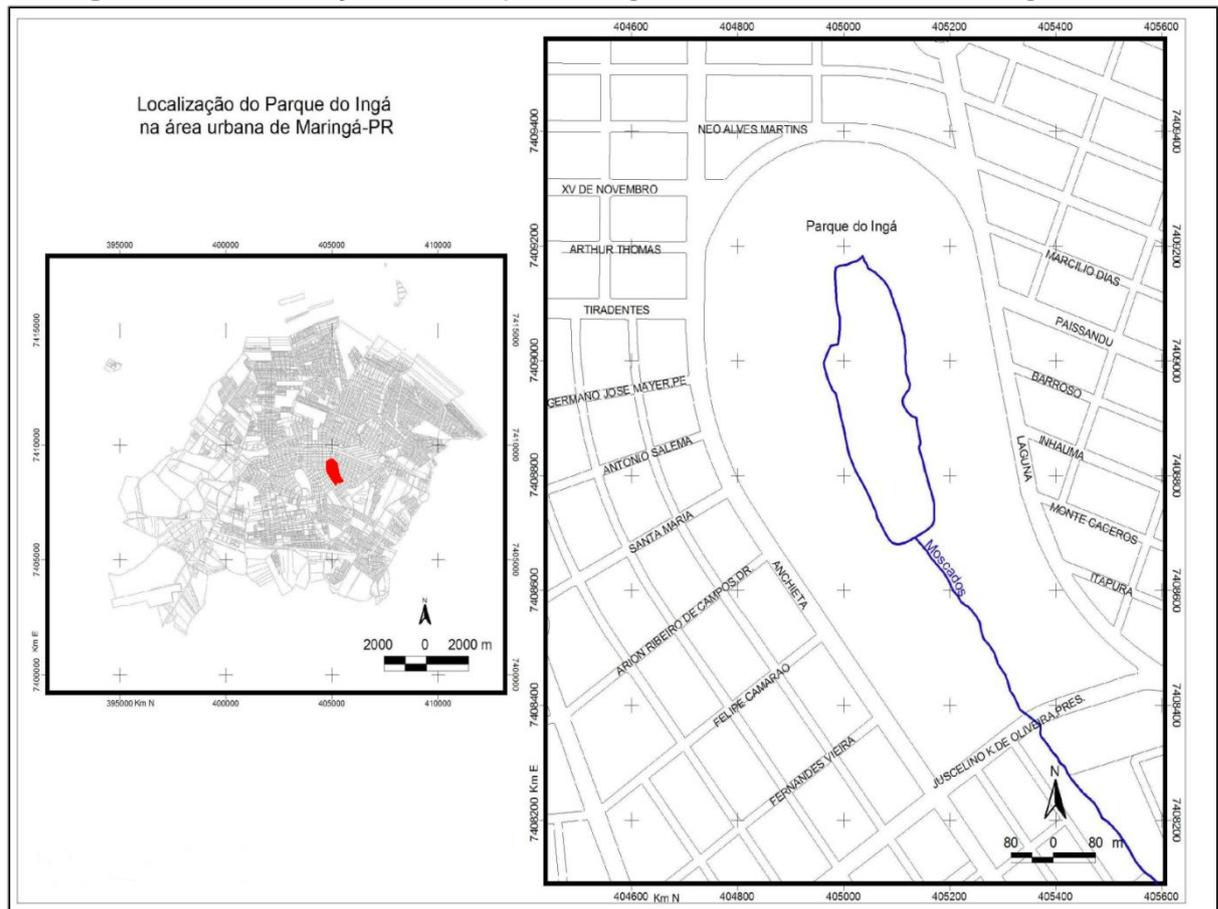
Fonte: Mansano et. al. (2011).

Observa-se a predominância de relevo plano e suave ondulado, com zonas de altitudes entre 300 e 600 metros. O tipo de solo predominante é Latossolo Roxo Distrófico, sendo propício ao desenvolvimento agrícola.

O clima local pode ser classificado como Tropical Úmido Pré - Montano, e o tipo de vegetação é caracterizado como tipo da Floresta Estacional Semidecidual.

O Parque do Ingá localiza-se na região central do perímetro urbano de Maringá, entre as Avenidas São Paulo, Anchieta, Neo Alves Martins, Laguna e Juscelino Kubitschek. Situa-se a uma altitude de 557 metros e compreende uma área de 474.300 m² (Figura 2).

Figura 2 – Localização do Parque do Ingá na área urbana de Maringá, PR.



Fonte: adaptado de Sant' ana et. al. (2009).

Pode-se observar que o Parque do Ingá é banhado pelo Córrego Moscados, pertencente à microbacia do Ribeirão Pinguim, Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. Apresentava diversas nascentes e, no ano de 1970 o córrego foi represado, estabelecendo-se, a partir daquele momento, um grande lago na região central do Parque.

Após a pressão popular por melhorias na qualidade de vida urbana, e pela criação de áreas de lazer, o parque foi aberto ao público na data de 10/10/1971, denominado oficialmente, por meio da Lei Municipal Nº 880/1971 (MARINGÁ, 1971), Parque do Ingá, em função da abundância do gênero Ingá. Desde então é considerado uma das áreas verdes urbanas mais importantes da região noroeste do Paraná, tornando-se, junto com a Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória, que também se localiza na zona central da cidade, um dos principais atrativos turísticos da cidade de Maringá.

O parque foi criado com o intuito de preservar a história cultural e natural da cidade, enquadrando-se como área verde urbana, por ser um remanescente de

vegetação nativa na região central de Maringá. O Parque do Ingá foi declarado Área de Preservação Permanente pela Câmara Municipal, por meio da Lei Orgânica do Município, artigo 174, de 17/04/90 (GARCIA, 2006). Caracterizada como área verde urbana e por se encontrar em uma área central, os gestores do parque têm o desafio de conciliar conservação ambiental com espaços amplos de lazer para a população, gerando muitos conflitos de interesses por parte da administração pública.

De acordo com o Plano de Manejo (MARINGÁ, 1994), o parque é considerado Unidade de Conservação, recebendo ICMS ecológico. Porém, não está cadastrado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e não há nenhuma Lei ou decreto que legitime tal informação.

Segundo o Plano de Manejo (MARINGÁ, 1994), o Parque do Ingá é propriedade da Prefeitura Municipal de Maringá desde 1986, por meio do registro nº 2796. Caracteriza-se como uma típica área verde urbana de recreação, de uso intensivo e uma Unidade de Conservação. Por isso deve obedecer ao Código Florestal e ao Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, de acordo com o Decreto n. 84.017, de 21/09/1979 (GARCIA, 2006).

Para o presente trabalho considerou-se a caracterização do Parque do Ingá como área verde urbana, na categoria de Parques Urbanos. Essa sua condição se deve à inserção em meio à malha urbana, junto à região central de Maringá, e por sua característica de oferecer serviços de recreação como trilhas, caminhos ecológicos, contato com a natureza, contemplação de belezas paisagísticas, entre outros.

O Parque do Ingá destaca-se por sua significativa área de 47,3 ha e sua condição de raro exemplar remanescente da floresta estacional semidecidual, típica do norte paranaense, em meio à zona central da cidade de Maringá. Apresenta diversos benefícios característicos de áreas verdes urbanas, como: referência para população, estabilização do microclima local, equilíbrio psicofísico por ser um espaço destinado ao lazer, e o aumento do fluxo turístico para a cidade.

Este importante ponto de visitação situa-se em área de domínio da Floresta Estacional Semidecidual, com cobertura arbórea característica dessa tipologia. Nos locais de circulação ela encontra-se descaracterizada pela introdução de espécies exóticas.

De acordo com o Plano de Manejo (MARINGÁ, 1994), sua vegetação apresenta características de uma floresta primária alterada, onde sobressaem

árvores de grande porte. Em algumas áreas, principalmente nas proximidades dos limites do parque, a cobertura vegetal encontra-se bastante degradada por cipós ou taquaras que impedem a regeneração da vegetação originária. O plano de manejo do Parque do Ingá registra que a composição florística do mesmo constituía-se de 45 espécies arbóreas, sendo que as famílias de Laureaceas e Mimosaceas compunham a maior parte dos exemplares.

Segundo o Plano de Manejo (MARINGÁ, 1994), antes de intensificar-se a exploração de madeira e a expansão das fronteiras agrícolas, a composição faunística da região do parque era de riqueza considerável.

De acordo com a revisão do Plano de Manejo (MARINGÁ, 2007) foi estipulado um zoneamento da área, baseado no Plano de Manejo (MARINGÁ, 1994), porém, adaptado e modificado de acordo com as demandas mais atuais do parque. O zoneamento constitui-se um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo do parque, pois estabelece usos diferenciados para cada zona, objetivando aperfeiçoar a utilização dos recursos, ordenando porções homogêneas segundo suas características físicas naturais e de destino de uso.

As Zonas foram definidas como Zona Primitiva; Zona de Uso Extensivo; Zona de Uso Intensivo; Zona Histórico-Cultural; Zona de Uso Especial; Zona de Recuperação:

- Zona primitiva: compreende áreas naturais pouco alteradas no contexto geral e que objetiva manter os remanescentes florestais para a evolução natural e proporcionar área para elaboração de pesquisa científica. Essa área inicia-se na Avenida JK. de Oliveira, esquina como a Avenida Anchieta, seguindo até a margem direita do córrego Moscados, finalizando na rua Felipe Camarão.
- Zona de Uso Extensivo: é a constituída, em sua maior parte, de áreas naturais, caracteriza-se como de transição entre a zona primitiva e de uso intensivo. Seu objetivo é a manutenção de um ambiente natural com o mínimo de impacto proveniente da ação humana, apesar de oferecer algum acesso ao público para fins recreativos e educativos. Localiza-se na faixa ao longo e entre as trilhas de caminhadas, que embora percorram o lago, concentram-se na parte compreendida ao sul do lago, entre as ruas Arthur Thomas e Felipe Camarão até o limite da Avenida Anchieta.

- Zona de Uso Intensivo: é constituída basicamente por áreas alteradas, onde se concentram grande parte das atividades e serviços. Caracterizam-se pelo intenso uso e tem como objetivo geral promover recreação e lazer, de modo que seu uso seja harmônico com o meio. Englobam áreas onde se localizam o estacionamento, o centro de educação ambiental, a locomotiva, a lanchonete, o ancoradouro, e toda a pista ao redor do lago. Local que contempla a maioria dos atrativos turísticos do Parque do Ingá. Suas normas orientam que deverá haver um sistema de comunicação visual, através de painéis e placas informativas.
- Zona Histórico- cultural: locais onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, disponibilizadas à pesquisa, educação e interpretação. Áreas que incluem o Jardim Japonês e a Gruta Nossa Senhora da Glória, localizados a leste do lago.
- Zona de Uso Especial: compreende áreas administrativas e de manutenção do parque. Os objetivos gerais são de minimizar os impactos da implantação de estruturas e obras de serviços no ambiente natural.
- Zona de Recuperação: áreas temporárias que têm o objetivo de serem recuperadas e posteriormente incorporadas a outras áreas de caráter permanente. São áreas que tem o objetivo de deter a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação do local. Compreende as áreas ao longo das erosões, iniciando nas imediações da Rua Antônio Salema, indo em direção sul até o limite da zona primitiva. A partir da margem esquerda do Córrego Moscados estende-se até o limite do parque na Av. Juscelino K. de Oliveira. Desta avenida, estende-se até a rampa de acesso no portão 2, contornando a porção norte do parque, até seu limite com a rua Néo Alves Martins, terminando na altura da Rua Arthur Thomas.

O zoneamento é um instrumento que estabelece uso público diferenciado em cada zona do parque. As áreas mais relevantes abordadas no presente trabalho são as zonas de uso extensivo, intensivo e histórico-cultural, por serem as zonas que compreendem a maioria dos atrativos turísticos e dos equipamentos do Parque do Ingá.

A maior parte dos atrativos turísticos localiza-se na zona de uso intensivo, como a Locomotiva, o monumento de homenagem ao fundador e a região do

entorno do lago (ancoradouro e lanchonete). Porém, alguns atrativos como o Jardim Japonês e a Gruta Nossa Senhora da Glória localizam-se na zona histórico-cultural.

Os equipamentos analisados localizam-se, em sua maioria, na zona de uso intensivo, porém, foram analisados em todas as zonas do parque.

2 PAISAGEM E GEOGRAFIA

O estudo da paisagem, enquanto categoria de análise para o turismo, requer uma definição conceitual do termo, ainda que de maneira breve

Inicialmente, é preciso pontuar que o conceito de paisagem não é exclusivo da Geografia, mas sim utilizado em diversas outras áreas do conhecimento humano, tais como urbanismo, arquitetura, turismo, entre outras. Estudiosos (as) como Bertrand (1971), Santos (1985, 1988), Milano (1990), Carlos (1992), Cavalcanti (1998), Schier (2003), Cosgrove (2008) debruçaram-se sobre o assunto.

Cavalcanti no texto *Geografia, escola e construção do conhecimento* (1998) aponta que é a Geografia que procura definir seu campo de estudo. Tempo depois, Schier (2003) em *Trajetórias do conceito de paisagem na geografia* menciona que as premissas históricas do conceito de paisagem começam a surgir por volta do século XV, no Renascimento. O termo é marcado pelo distanciamento do homem com a natureza, ao mesmo tempo em que este começa a adquirir técnicas para transformá-la e vê-la como objeto a ser apropriado. Acrescente-se que essa ruptura não ocorre de forma drástica, preservando-se ainda os valores místicos e espirituais presentes na paisagem da Idade Média, que passariam a ser superados somente no século XIX, no qual os estudos da paisagem passam a ser considerados científicos. E é a Geografia que abarca os primeiros estudos sobre o tema.

Para o autor, a paisagem foi introduzida como termo científico-geográfico pelo alemão Alexander Von Humboldt. Na linguagem alemã, o termo paisagem "*landschaft*" tem uma conotação geográfico-espacial no prefixo "*land*", diferentemente da paisagem encontrada na arte e literatura. Humboldt resgatou a noção de "Espaço Geográfico" que era encarada de forma integrada desde tempos antigos e se perdeu durante a Idade Média. É Humboldt que implementa a ideia de paisagem enquanto totalidade. A ciência, em Humboldt, expressava correlações entre elementos físicos, métodos comparativos, normatização e padronização de paisagens.

Mas, é a escola soviética, com Sotchava, em 1963, que institui a sistematização de um modelo de análise da paisagem integrado, o "Geossistema". Porém, é com Bertrand, na década de 70, que esse conceito ganha força, atribuindo nova interpretação ao conceito de paisagem.

Para Bertrand (1971, p. 47):

A paisagem não é simplesmente adição de elementos geográficos disparatados. É numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Essa visão sistêmica faz com que a análise da paisagem perca um pouco a espacialidade, priorizando uma análise mais biológica ou ecológica, e menos geográfica. Como consequência, a geografia perde espaço e a multidisciplinaridade ganha força no estudo geográfico ligado ao meio ambiente.

A respeito de uma possibilidade de abordagem atual do estudo da paisagem, Schier (2003) admite haver uma nova concepção de paisagem na geografia física e humana, prevalecendo uma considerável diferença de interpretação e abordagem, o que para ele é benéfico e necessário, uma vez que cada fenômeno requer um nível de interpretação. A geografia física entende a paisagem mais como um sistema ecológico, a humana se prende a uma abordagem mais interpretativa. Erigindo, assim, uma dialética entre o concreto e o abstrato. A Geografia física começa a entender a importância da análise social e da presença do fator humano, para entender o espaço e a paisagem.

Mediante esse breve resgate histórico, é possível observar que o conceito de paisagem evoluiu de uma visão cartesiana e mecanicista para uma visão integrada, sistêmica, que leva em consideração todos os fatores de uma paisagem, não apenas o físico, mas, também, o fator social e o humano. Porém, não existe paisagem sem um observador. A percepção visual é uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem. A paisagem é, antes de tudo, um fator cultural, isto é, ela é caracterizada por meio de aspectos ideológicos presentes em cada observador (COSGROVE, 2008).

Milano (1990), em *Estudos da paisagem na avaliação de impactos ambientais* admitira que para existir, a paisagem tem que ser vista e observada, não bastando apenas a concepção física de sua existência. E, Santos (1985, 1988) define paisagem como o domínio do visível. É tudo aquilo que a visão engloba, como a própria paisagem, que também é sensitiva, ou seja, formada por odores, sons e

movimentos. Defende também que a paisagem é formada por fatos do passado e presente, é uma acumulação de diferentes tempos (SANTOS, 1985).

Pode-se categorizar a paisagem como o resultado de uma complexa interação entre os processos naturais e as atividades antrópicas, em um determinado período de tempo e em uma determinada fração do espaço. Santos (1988, p. 35), acrescenta que “paisagem é um complexo de formas naturais e artificiais e é sempre um conjunto heterogêneo”. Mesmo para Santos (1988) há dois tipos de paisagens: física e cultural. A física é representada por espaços livres da presença e influência humana, ou com poucas alterações antrópicas. A paisagem cultural é decorrente da complexidade social, representando uma paisagem antropizada.

A paisagem, no presente trabalho, é abordada sob a ótica do turismo, representada como forte apelo de atratividade que compõe a oferta turística. Portanto, é de suma importância pontuar o conceito de paisagem para que se possa entender o motivo de ela estar intimamente ligada ao turismo.

A valoração paisagística de diversas áreas do Parque do Ingá tem como base a leitura e análise das paisagens geográficas, e posteriormente, a avaliação de suas condições para o turismo.

2.1 PAISAGEM URBANA

Pelo fato do objeto de análise localizar-se em meio urbano, cabe fazer um breve resgate conceitual envolvendo a paisagem urbana e o que a geografia considera como tal. Sabe-se que ela pode ser abordada de diferentes perspectivas, porém, no presente trabalho, será tratada do ponto de vista do turismo como parte do espaço geográfico.

A Paisagem urbana é discutida por Carlos (1992) como expressão da manifestação do urbano, que tende a relevar uma dimensão necessária da produção espacial e suas contradições. E afirma: “a paisagem geográfica revela os antagonismos e as contradições inerentes ao processo de produção do espaço num determinado momento histórico” (CARLOS, 1992, p.42). O espaço, nessa visão, se reproduz desigualmente.

A autora considera a paisagem como um registro instantâneo de um determinado momento, no qual revela-se apenas a dimensão do momentâneo e do

visível, caracterizando uma paisagem aparentemente imóvel, mas que na realidade é móvel, cheia de movimento, lugar em que os seres humanos identificam-se com os espaços da vida. Salaria que da paisagem urbana depreendem-se dois elementos fundamentais: o espaço construído e o movimento da vida.

Santos (1988), estudou este aspecto da paisagem e a entende como parte integrante do espaço, sendo este suscetível a processos de transformação natural e antropológica, uma vez que a paisagem não é estática, mas está em perpétua evolução e modificação.

Quando se aborda a paisagem pelo viés da paisagem urbana, percebe-se que esta é o resultado do processo de ocupação do solo ao longo do tempo, demonstrando as transformações humanas e do espaço em que ela está inserida. Portanto, a paisagem não é um elemento estático, mas sim a manifestação do urbano que revela a dimensão da produção espacial e suas contradições.

Segundo Nucci e Presotto (2009), a urbanização caracteriza-se pela substituição de ecossistemas naturais por um ambiente criado pelo homem, com grande densidade populacional, e que a espécie dominante é o próprio homem, possuindo as condições necessárias para a sua própria sobrevivência. Dessa forma, as características físicas da paisagem urbana assumem a materialização da forma de cidade.

Sobre a ideia de cidade, Carlos (1992), a define como realização humana que vai se construindo ao longo do processo histórico e que se materializa de forma concreta e diferenciada em função de determinações históricas específicas. A cidade, em sua visão, aparece como materialidade, produto da divisão técnica e social do trabalho. O desenvolvimento histórico produz um espaço a partir da dialética homem-natureza e, na medida em que o homem começa a produzir, passa a produzir um espaço como produto social e com isso o espaço geográfico.

A cidade pode ser entendida como a manifestação do urbano, construída ao longo do tempo e de acordo com o processo histórico de cada local. Cada cidade é diferente uma da outra pelo seu desenvolvimento histórico próprio, que produz um espaço único e diferenciado, de acordo com suas condições sociais.

Dezen-Kempter (2010), amplia esta ideia ao caracterizar a cidade como espaço idealizado pelo homem, constituído por ambientes sólidos, construções edificadas e a presença dos espaços vazios. Esse espaço é composto por todos esses elementos que estão associados e se interagem. Não é possível conceber a

paisagem urbana considerando apenas um ou outro elemento isoladamente, deve-se analisá-los conjuntamente.

Boullón (2002), em *Planejamento do espaço turístico* conceitua a paisagem urbana como conjunto de elementos naturais e artificiais, entre espaços abertos e edificados, que constituem a cidade e formam a paisagem urbana como um todo. Aponta que o espaço urbano começou a existir a partir da ação do homem. As cidades foram criadas obedecendo às características sociais e econômicas do período histórico em que se originaram e com o tempo se tornaram espaço cultural. A esse respeito Boullón (2002), afirma que esse espaço cultural é consequência do trabalho humano.

Yázigi (2002), corrobora a ideia de Santos (2006), de que a paisagem urbana é o conjunto das formas num dado momento e período histórico, porém é algo que está constantemente sendo refeito. Caracteriza, também, a paisagem urbana como patrimônio, uma vez que esta possui atributos simbólicos, onde o homem e suas construções arquitetônicas são o grande marco paisagístico.

Lynch (1997), ao estudar *A imagem da cidade*, compreende a paisagem urbana através da percepção das formas, significados e práticas sociais a partir da imagem que a cidade produz, fundamentados pela análise de três componentes: identidade, estrutura e significado. Nesse sentido, o conteúdo das imagens das cidades é composto por cinco elementos físicos e perceptíveis: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos.

No entanto, para se interpretar corretamente a paisagem urbana é preciso fazer uma análise integrada, sobreposta e inter-relacionada desses elementos. Nenhum dos elementos deve ser analisado de forma isolada.

Cullen (1996), menciona que a paisagem promove reações emocionais, que são processadas por meio da visão serial composta pela ótica, o local e o conteúdo. O autor entende como visão serial o estímulo causado para que o observador se surpreenda a cada ponto que passe pela cidade e veja elementos que nunca tinha reparado antes. Com isso, a visão deve ser estimulada, tornando a paisagem urbana mais interessante e despertando curiosidade no observador.

Esse ponto é importante para o turismo, já que o turista é movido pela percepção e quer ser surpreendido a cada quarteirão visitado, quer ter contato com locais nunca antes presenciados, ou seja, está sempre buscando novas paisagens.

Boullón (1985), analisa a paisagem urbana, dividindo-a em: tipos de urbanização; nível socioeconômico das edificações; estilo arquitetônico; topografia; tipo de rua; tipo de pavimentação; e tipo de árvore.

Chemin (2011), aponta que o espaço urbano possui forte relação com a atividade turística, como ambiente de visitação, principalmente pela paisagem urbana e seus recursos, que exercem papel de atratividade para os visitantes vindos de outros lugares.

Nesse sentido, elementos da paisagem urbana tornam-se atrativos turísticos por possuirem peculiaridades que geram fluxos de pessoas.

2.2 ÁREAS VERDES URBANAS

As últimas décadas foram marcadas por discussões sobre os problemas ambientais causados pela crescente industrializa o e urbaniza o, mudando radicalmente a rela o do homem com a natureza.   nesse contexto que se insere a discussão da importância das áreas verdes urbanas no panorama atual das cidades.

O rápido processo de urbaniza o das cidades brasileiras, sobretudo na década de 1970, gerou uma série de problemas relacionados   qualidade ambiental em áreas urbanas.

Sp sito (2003) aponta que a cria o e manuten o das áreas verdes são uma tentativa da busca por um passado natural das cidades, haja vista que estas sofreram perdas quase que totais de suas coberturas vegetais, em detrimento da busca por maiores espaços construído.

São nesses moldes que as áreas verdes urbanas vêm tomando relativa importância no contexto das cidades, sendo elas os remanescentes de algum contato que o cidadão urbano ainda tem com o ambiente natural, proporcionando um significativo aumento na qualidade de vida e satisfa o da popula o local. As áreas verdes tornam-se os principais ícones de defesa do meio ambiente pela sua degrada o e pelo pouco espaço que tem dentro da zona urbana.

Llardent (1982) define áreas, zonas, espaços ou equipamentos verdes, todo e qualquer espaço livre, no qual, predominam as áreas plantadas de vegeta o, correspondendo a parques, jardins ou praças. São espaços verdes urbanos públicos: praças, parques urbanos, arboriza o urbana e corredores ecológicos.

Na mesma linha de raciocínio, Lima et al. (1994) definem espaço livre como contraponto ao espaço construído em áreas urbanas. As áreas verdes urbanas são espaços com predomínio de vegetação arbórea, tais como: praças, jardins públicos, parques urbanos, canteiros centrais de avenidas, trevos e rotatórias. Para os referidos autores, a arborização nas calçadas não faz parte dessa definição por serem espaços impermeabilizados. Hardt (2000), propõe dois tipos de áreas verdes: pública (parques, praças e unidades de conservação) e privada (jardins e quintais).

Buccheri Filho e Nucci (2006), apontam três objetivos centrais das áreas verdes urbanas: ecológico-ambiental; estético; e lazer.

Na questão ambiental, as áreas verdes públicas constituem-se de elementos centrais para a qualidade de vida e bem estar da população, influenciando em sua saúde psicofísica. De Angelis e Loboda (2005), observam que a questão ambiental, atualmente, em forma de percepção ambiental, ganha importância e se materializa na produção de áreas verdes urbanas, por meio de praças e parques urbanos, e essas áreas, através de sua importância ambiental, tornam-se atenuantes da paisagem urbana.

Tuan (1980), aborda de maneira mais aprofundada essa questão da pressão que a vida urbana causa nos cidadãos, que acabam por tentar “escapar” da agitação e dos problemas decorrentes dela. Afirma que o sentimento pela natureza e vida rural é encorajado pelas pressões da vida urbana.

As áreas verdes urbanas propiciam melhoria nos centros urbanos por garantirem áreas de lazer e preservação ambiental. Os parques, no geral, são procurados diariamente por atividades de lazer que vão desde caminhadas e piqueniques até observação de fauna e flora, entre outros. Porém, além de propiciar lazer para a população local, as áreas verdes possuem outras funções de grande relevância para a qualidade de vida humana.

De Angelis e Loboda (2005), as áreas verdes urbanas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental do homem. Em relação ao lado físico: atenuando calor, absorvendo ruídos e filtrando partículas sólidas em suspensão no ar. No plano psicológico: atenua o sentimento de opressão do homem em relação às grandes edificações e contribui para a formação do senso estético.

Ainda em relação às funções das áreas verdes urbanas, Mascaró e Mascaró (2010), apontam que estas desempenham funções importantes para o ambiente urbano e seus habitantes, pois ajuda no controle do clima e poluição, na

conservação da água, redução de erosão e na economia de energia, e ainda promovem a biodiversidade e valorizam áreas.

Guzzo (2004), afirma que as áreas verdes também exercem função educativa, na medida em que propicia ambientes para o desenvolvimento de atividades e programas escolares ou turísticos, de educação ambiental.

As áreas verdes públicas sofrem com a falta de recursos que, na maioria das vezes, são utilizados para outras atividades consideradas como mais importantes. Ao ficarem em segundo plano, passam a depender da sobra de recursos de outras atividades econômicas. A esse respeito, De Angelis e Loboda (2005), observam que esta é uma característica das cidades brasileiras, quando apresentam áreas verdes, mostram-nas de forma desorganizada, com poucos recursos, falta de mão-de-obra e pessoal qualificado.

Nesse sentido, os autores apontam que a falta de um planejamento que considere os elementos naturais é um fator determinante na queda de qualidade de vida nos centros urbanos brasileiros. No Brasil, o planejamento urbano ainda está quase todo centrado na lógica socioeconômica e não, na ambiental.

É nesse contexto que as áreas verdes urbanas têm recebido, recentemente, outra função, a de atrativo turístico. Essas áreas são procuradas por turistas que querem fugir do ambiente urbano, estar em contato com a natureza, ou parte dela. A transformação destas áreas em atrativo turístico é uma estratégia para a sua própria manutenção. É uma demanda atual, sobretudo, das grandes cidades. Conforme comenta Silva (2012), os parques, bosques e praças de Curitiba são exemplos clássicos dessa realidade, consagrando-a como capital ecológica.

2.2.1 Parques urbanos

As áreas verdes urbanas que estão na pauta do turismo são, em sua maioria, os parques urbanos. Trata-se de áreas verdes em meio ao ambiente urbano, com características, além de estéticas e paisagísticas, recreativas e turísticas.

Dada à importância das áreas verdes urbanas, é preciso buscar uma definição conceitual de parques urbanos, haja vista que o tema da presente pesquisa enfoca esse tipo de área verde, mais precisamente, o Parque do Ingá, na cidade paranaense de Maringá.

Os estudos de Krippendorf (1984), Kliass (1993), Lima et.al. (1994), Jacobs (2000), Hass (2000), Scalise (2002), Macedo e Sakata (2003), Silva (2003) De Angelis e Loboda (2005), Cabral (2005), Serpa (2006), Friedrich (2007), Souza (2010) e Scifoni (2010) auxiliam na apreensão do significado dos parques urbanos para o homem da contemporaneidade.

Scalise (2002), aponta para uma dificuldade de caracterização do que é um parque urbano, pelas diferentes dimensões, funções, equipamentos, e formas de tratamento. As funções não obedecem a um único padrão, pois alguns estão voltados para a prática sustentável e proteção ambiental, outros estão mais ligados à massiva visitação voltada ao lazer. Em relação aos equipamentos, variam desde os que possuem equipamentos culturais até os que possuem equipamentos esportivos ou voltados para o lazer da população. Em outras palavras, os parques urbanos não obedecem a padrões, moldam-se, modificam-se de acordo com os interesses de cada sociedade, em cada época.

Para Macedo e Sakata (2003), parque urbano é definido como todo o espaço de uso público destinado à recreação, incorporando intenções de conservação, na qual a estrutura é autossuficiente, não sendo influenciada diretamente por nenhuma outra estrutura em seu entorno.

De acordo com Lima et al. (1994), o parque urbano é definido como uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, mas com extensão maior que os jardins e praças públicos. Kliass (1993), conceitua parques urbanos como espaços públicos com significativas dimensões, com a predominância de elementos naturais e vegetais, destinados à recreação.

Scalise (2002), complementa esse raciocínio definindo o parque urbano como espaço público aberto, com grande dimensão, ocupação de área de pelo menos um quarteirão urbano, localizado, geralmente, em torno de áreas naturais acidentadas e que fazem divisas entre bairros. Sua paisagem apresenta certo equilíbrio entre o urbano, pavimentado e o natural. Sua utilização remete-se às atividades físicas, recreativas, entre outras.

A compreensão dos parques atuais demanda um breve resgate histórico dos movimentos destes, entre o final do século XVIII e o século XIX. Friedrich (2007), destaca o movimento dos parques ingleses como um dos precursores dos parques urbanos modernos. É a partir do século XVIII que há uma transferência da paisagem do campo para o cenário urbano. Insere-se o uso coletivo do espaço, a fim de aliviar

as tensões causadas pelo urbano, e criar uma espécie de “pulmão verde” dentro da zona urbana. Nesse modelo há uma preocupação com os equipamentos de lazer, criando espaços livres para a prática recreativa e lazer para a população, aliada à concepção de “ar puro” para contemplação.

A respeito dos parques ingleses, De Angelis e Loboda (2005), acreditam que eles foram os pioneiros na idealização e criação dos parques urbanos públicos nos moldes contemporâneos. Os ingleses observavam a natureza e a entendiam como espaço aberto, ilimitado, ao qual o homem deveria se submeter.

Scalise (2002), por sua vez, pontua que o movimento Haussmanniano em Paris foi outro importante movimento que surge com o conceito de abertura de grandes avenidas e *boulevards*, ligando monumentos da cidade. Esse sistema incorpora a criação de um sistema de parques urbanos ligados por avenidas. Surgiram *boulevards* urbanizados com vegetação e equipamentos urbanos (bancos, luminárias, entre outros).

Observa-se que esses dois movimentos, o inglês e o de Haussmann têm em comum a ideia de dilatação da cidade, em contrapartida a uma cidade fechada como era no período medieval. A cidade tinha que buscar espaços mais amplos, iluminados e arejados, provendo saúde e espaços livres para a população.

Friedrich (2007), aponta que o movimento dos parques americanos ocorria em paralelo aos dos ingleses e franceses. Caracterizou-se por ser um movimento a favor dos parques, com a visão de ser uma válvula de escape às patologias crescentes no período de crescimento urbano. O parque era considerado um lugar público e de participação democrática.

Kliass (1993) constata, como Friedrich (2007), que os parques urbanos surgem na Europa e aparecem paralelamente na América, com o movimento dos parques americanos, nos Estados Unidos, inspirando modelos de parques por todo o continente americano. Tinham por finalidade a recreação e lazer da população, como alternativas ao urbano.

As concepções de parques urbanos foram se modificando de acordo com cada época, seja por características socioeconômicas ou culturais. O que se deve perceber é que não existe uma única concepção de parque urbano, mas ela se molda de acordo com a ideologia e influências de cada época.

A partir das experiências inglesas, francesas e americanas, no final do século XVIII e início do século XIX, Friedrich (2007) em seu trabalho sobre planejamento e

gestão das áreas de fundo de vale urbana define parque urbano, no século XX, como espaços públicos de grandes dimensões e predominância de elementos naturais e cobertura vegetal. Trata-se de grande espaço aberto ao público destinado às atividades recreativas e contemplativas da natureza. O parque do século XX procura recriar as condições naturais que a vida urbana suprimiu.

De acordo com Souza (2010), no Brasil, os parques se desenvolveram somente a partir do século XIX, com o intuito paisagístico de melhorar o visual das cidades brasileiras a partir da chegada da família real portuguesa e sua corte ao Rio de Janeiro, em 1808. Macedo e Sakata (2003), dizem que a cidade do Rio de Janeiro é o maior exemplo desse período, como capital do Império, a partir de 1822. São criados os três primeiros parques públicos, o mais importante e conhecido deles é o Jardim Botânico.

Mas, é somente a partir da década de 1980, no contexto global, que emerge o Movimento Ecológico como herança das lutas ambientais dos anos anteriores, sobretudo dos anos 70. Surgem também reivindicações de melhor qualidade para com o ambiente urbano. A mudança comportamental que se dá nas décadas anteriores aos anos 80 alavancou uma série de mudanças no tratamento dos parques públicos, deixando de ser apenas lugares de lazer para se tornarem locais de conservação dos recursos naturais. Passaram a ser locais de contemplação, lazer, turismo e conservação ambiental.

Entende-se com os autores estudados que os parques atuais não devem permanecer estáticos dentro da área urbana, devem estar ligados organicamente aos espaços da cidade, promovendo atividades de lazer e integração da população do entorno. Porém, no contexto atual, os parques concorrem com uma série de atividades de lazer urbano, e constitui-se em só mais uma das opções em uma enorme gama de lazer em meio à cidade, conforme observa Friedrich (2007).

Krippendorf (1984) e Friedrich (2007), observam que as mudanças na relação do trabalho, aliadas a uma maior flexibilidade em sua jornada, maior número de horas livres, aumento do ócio e uma maior expectativa de vida dos idosos, levaram a um aumento significativo de uma nova categoria social potencialmente usuária dos equipamentos e dos espaços de lazer nos centros urbanos. Nota-se que houve uma mudança cultural da sociedade, sobretudo nos anos 90, que teve como característica uma maior valorização ambiental, a prática de exercícios físicos e uma maior valorização do corpo.

Sobre a função dos parques urbanos, Cabral (2005), menciona que ela não se limita à proposição de lazer às populações, mas sim, visa proporcionar melhoria no microclima urbano, circulação do ar, balanço da umidade, captura de poeira e gases, reciclagem de compostos urbanos, manutenção da qualidade da água pela conservação dos córregos e da biodiversidade e ainda, local de escape de tensões psíquicas.

Silva (2003), sugere que os parques urbanos assumem inúmeras funções e as divide em quatro categorias: Espaço de Conservação; Socialização; Conflitos; e Metáforas da Natureza. Os parques auxiliam no processo de conservação, prevenindo danos ambientais, melhorando o microclima local, abafando ruídos, controlando a erosão, melhorando a qualidade do ar e protegendo mananciais. Também são espaços de socialização, à medida que reúnem pessoas e mediam aspectos da vida cotidiana. Nelas as pessoas podem caminhar e se relacionar, além de ajudar no bem-estar psicológico da população (equilíbrio psicofísico).

De outra parte, os parques urbanos podem ser também espaços de conflito, disputando espaço com comércios, residências e outros. Os parques urbanos são fragmentos de natureza em meio urbano e refletem-na como um espetáculo.

Com relação ao convívio urbano e o relacionamento das pessoas nos parques urbanos, Hass (2000), analisa que os parques são verdadeiros centros sociais abertos onde predominam as interações verticais (de distintas classes sociais) e as interações horizontais (de mesma classe social).

Scifoni (2010), complementa a descrição acima defendendo que, além dessas atribuições, os parques urbanos são espaços públicos de convivência da população local e dos turistas, em meio urbano. Contemporaneamente, são considerados patrimônio natural de uma determinada sociedade, fazendo parte de sua memória social.

Conforme observa Jacobs (2000), os parques urbanos, assim como outras áreas livres de construção, devem ser usufruídos e apropriados pela população local para que se tenha alguma vitalidade e para que possa ser patrimônio natural daquela sociedade. Esta deve utilizar deste espaço para a prática educativa, através de programas de educação ambiental, por exemplo.

Em relação ao turismo em parques urbanos, Serpa (2006), analisa que os parques podem viabilizar e incentivar a atividade, pois, segundo ele, o parque dá certa identidade ao espaço urbano, constituindo-se em uma “imagem” a ser exibida

e consumida como mercadoria. E mais, os parques urbanos também têm a característica de serem locais que propiciam beleza cênica, tanto para quem passa na região do entorno, quanto para quem o adentra. É a beleza cênica a principal responsável pela turistificação dos parques urbanos, pois este é um remanescente das características naturais em plena paisagem urbana, não precisando o turista deslocar-se grande distância para usufruir dessas áreas.

Outro fator importante é que a paisagem urbana, em harmonia com a paisagem do parque, desperta um olhar curioso e muitas vezes valorado por parte do turista, pois os parques urbanos costumam prover paisagens de mistura da malha urbana com as manchas de vegetação, criando assim paisagens com grande potencial turístico.

3 ATIVIDADE TURÍSTICA

De acordo com Seabra (2008), o turismo é o fenômeno econômico mais expressivo das últimas décadas, gerador de milhares de empregos e aliado no combate à pobreza em regiões subdesenvolvidas.

A Organização Mundial do Comércio - (OMT) (2003, p. 18), define turismo como “atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios e outros objetivos”.

Moesch (2000, p. 134) diz que:

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidades, troca de informações interculturais. O somatório dessa dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, que é consumido por milhões de pessoas, com síntese: o produto turístico.

Sabe-se que é no espaço geográfico que está a sua definição mais completa. Cruz (2003), aponta para uma definição de turismo baseada no espaço geográfico. Classifica a atividade turística como uma prática social que envolve deslocamento de pessoas sob fluxos de um local a outro e que tem no espaço geográfico seu principal elemento de consumo.

Segundo Ignarra (2003) o turismo pode ser definido como deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual, por motivos não relacionados ao exercício profissional de forma constante. Uma pessoa que se desloca a trabalho, esporadicamente, à determinada localidade turística, pode-se enquadrar dentro do conceito de turista. Em contrapartida, pessoas que se deslocam frequentemente a trabalho ou estudo para determinada localidade fora de sua residência, não se enquadram na concepção de turista.

Com relação a esse conceito, Trigo (2000), comenta que para ser considerado turista, suas viagens devem ser superiores a 24 horas. Deslocamentos com períodos inferiores a isso são considerados excursões, e as viagens relacionadas a estudo e trabalho não são consideradas turismo.

O sistema turístico foi abordado nos estudos de Leiper (1990). Ele apresenta três elementos essenciais para o seu funcionamento: o turista, os elementos geográficos e o *trade* turístico. Para esse autor, o turista é o indivíduo que se desloca no espaço geográfico, das regiões emissoras para as regiões receptoras de fluxos turísticos, e utiliza de todo o serviço inerente ao setor.

É consenso entre os autores que o turismo não é recente na história da humanidade. Seabra (2008), afirma que esta atividade exista desde a existência da própria humanidade. Porém, é na Grécia Antiga que se tem os primeiros registros de pessoas que se deslocavam de uma região à outra para atividades ligadas à cultura e lazer, semelhante ao que se observa na atualidade.

Barreto (1997), pesquisa o surgimento do turismo. Atribui aos romanos a característica de serem os pioneiros a realizarem viagens turísticas por prazer, através da ampliação de seu Império pela construção de estradas que vieram a facilitar as viagens em busca de lazer e arte.

De acordo com Seabra (2008), foi somente nos séculos XVI e XVII, na Europa, com o advento do Renascimento que ampliaram-se as viagens turísticas. Nelas muitos artistas, artesãos e jovens, acompanhados de seu professor, realizavam os chamados *grand-tours*, objetivando o conhecimento de outras culturas. Esse tipo de turismo tinha caráter educativo, uma vez que esses jovens pleiteavam cargos militares ou civis e, o conhecimento geográfico os colocavam em uma posição privilegiada, em relação aos demais concorrentes. Entretanto, é somente com o surgimento de uma nova classe, a média, e o aumento do tempo livre que a atividade ganha maiores proporções no século XVIII, período esse marcado pela Revolução Industrial.

Krippendorf (1984), analisa que é no século XIX, com a ampliação dos meios de transporte e da infraestrutura, que o turismo entra em uma nova escala, a mais predatória do ponto de vista dos recursos naturais e sociais, o turismo de massa. Mas, sublinha que somente no século XX, o desenvolvimento dos meios de transporte, sobretudo o carro, introduziu a revolução do lazer móvel de forma rápida. Essa evolução permitiu o aumento de pacotes de viagens e hospedagens e deu ao turismo um aspecto comercial nunca antes visto na história. Desenhava-se assim uma atividade rapidamente lucrativa.

Na década de 1950, a grande expansão do turismo de massa começara e chegara ao seu ápice nas décadas de 1970 e 1980. Seabra (2008), avalia que é a

fase do turismo de forte domínio sobre os recursos naturais, na mesma medida que crescem as preocupações ambientais a nível mundial. O turismo, assim como outras atividades, começa a ser discutido como prática causadora de inúmeros impactos negativos. É a partir desse momento que se inicia a procura por um “turismo verde”, objetivando recuperar o “equilíbrio psicofísico” da sociedade urbanizada.

Krippendorf (1984), definira, décadas antes, o turismo de massa como o grande êxodo das massas citadinas que buscam momentos de “fuga” das condições do cotidiano e se lançam aos milhares para longe de suas residências. É o prazer de viajar, antes privilégio de poucos, agora experimentado pela grande massa. Contudo, a alegria e o prazer que as viagens deveriam proporcionar não ocorrem mais. Complementa que, nos dias atuais, a necessidade de viajar é criada pela sociedade e marcada pelo cotidiano. As pessoas viajam por não se sentirem mais à vontade onde se encontram, pretendem desfazer-se temporariamente do fardo das condições normais de trabalho, moradia e lazer, a fim de retomá-los quando regressam.

Nesta perspectiva, a sociedade coloca à disposição a indústria do lazer que se apoderou do tempo livre, as férias tornaram-se uma indústria. Desse modo, a sociedade atual trabalha para poder sair de férias e o turismo exerce um papel terapêutico, de maneira que possa exercer um efeito estabilizador sobre o indivíduo, toda a sociedade e a economia. Nos anos de 1980 o crescimento do movimento ambientalista começa a influenciar o setor de turismo. Os viajantes começam a procurar alternativas ao turismo de massa.

Ruschmann (1997), expressa as características do turismo de massa, que é marcado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou de forma individual para um único lugar, na mesma época. Considera - o como o maior agressor dos espaços naturais, e aponta uma série de problemas que o excesso de turista causa em determinada localidade, como o superdimensionamento dos equipamentos de serviço, transporte e alimentação, que agredem a paisagem e destroem os ecossistemas. Aponta ainda, para uma falta de “cultura turística” dos visitantes, fazendo com que se comportem de maneira alienada ao meio ambiente que estão visitando. Esse tipo de turista entende que pagou pela sua viagem e por isso deve e pode fazer o que desejar, que seu tempo livre é sagrado e está apenas, de passagem no lugar.

Contudo, sabe-se que o turismo de massa tem contribuído demasiadamente para a destruição do meio onde a atividade turística é implantada. Sua causa principal é a falta de planejamento e monitoramento, permitindo, muitas vezes, um número exagerado de pessoas visitarem determinada localidade. A atividade turística se desenvolveu rapidamente, com a utilização intensiva dos recursos naturais e sem a devida preocupação em preservar e conservar os atrativos que formam a sua base de sustentação.

Ruschmann (1997), aponta que o forte crescimento da atividade, aliado a uma falta de planejamento e gestão, resultam em uma atividade geradora de impactos negativos do ponto de vista socioeconômico e ambiental.

O que se sabe é que a fuga das massas citadinas, na forma do turismo de massa atual, não pode constituir uma alternativa de turismo sustentável, de maneira que causa problemas para os próprios turistas que gozam de pequenos momentos de liberdade, e são obrigados a enfrentar congestionamentos, superlotação dos locais visitados, entre outros problemas.

3.1 TURISMO E MEIO AMBIENTE

A temática ambiental traz à tona a questão da interdisciplinaridade, uma vez que se constitui um estudo integrado de diversas ciências, mas é na ciência geográfica que se origina a discussão, e esta ganha força nos atuais debates sobre o turismo e seus eventuais impactos sobre o meio (CORIOLANO, 2006).

A questão ambiental emergiu após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo no final da década de 1960, promovendo importantes mudanças na visão do mundo, pois é a primeira vez que a humanidade percebe a finitude dos recursos naturais, e que seu uso incorreto e inconsciente poderia até representar o fim de sua própria existência como espécie.

Hoje, em pleno século XXI, estão colocados os problemas ambientais que o homem enfrenta com a utilização cada vez mais predatória do espaço e dos recursos nele inseridos, no qual o homem é apenas uma das espécies que se encontram nesse meio.

De acordo com Coriolano (2006), o meio ambiente, na atualidade, se configura como um conceito amplo, abrange a natureza e o cultural, a própria

sociedade e toda a inter-relação homem-homem e homem-natureza. No presente trabalho a temática ambiental é abordada do ponto de vista do turismo.

Como qualquer atividade econômica, o turismo desenvolveu-se de forma rápida com a utilização intensiva dos recursos naturais e, sem a devida preocupação com a preservação e conservação dos atrativos que formam a própria base de sustentação dessa atividade. Seu progressivo crescimento, aliado à falta de gestão resultaram em uma atividade geradora de inúmeros impactos negativos, do ponto de vista socioambiental.

A exploração comercial do turismo em larga escala é marcada pela explosão do turismo de massa, movimento esse que se intensifica a partir dos anos 50 e vêm contribuindo para o desequilíbrio ecológico, para a degradação social e perda de valores culturais das comunidades anfitriãs, além de danos ao patrimônio histórico, conforme observa, Salvati (2002).

É sobre a ótica do turismo de massa que se estabelece o debate acerca de um turismo responsável, que busca o uso sustentável dos recursos por parte dos agentes envolvidos. A ideia de sustentabilidade não é nova na história da humanidade, porém, é a partir da década de 1970 que começa a ganhar força, em nosso tempo. Segundo Seabra (2008), a aceleração dos problemas ambientais, no período pós-guerra, culminou na Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano), organizada pela Organização das Nações Unidas - ONU em 1972. Esta teve marco histórico na discussão sobre futuras soluções para os problemas ambientais que atingiam toda a sociedade, e o meio natural. Houve, nessa conferência, uma mudança conceitual a respeito do tema.

Seabra (2008), afirma que durante a década de 1980, seminários e conferências ocorreram para se pensar formas alternativas de desenvolvimento econômico. Porém, somente no ano de 1987, na Comissão Mundial do Meio Ambiente, da Assembleia Geral da ONU, o conceito de desenvolvimento sustentável apareceu, sendo definido como aquele que satisfaz as necessidades atuais, sem comprometer as gerações futuras.

É nesse crescente cenário de discussão ambiental, intensificada nos anos 70, que a década de 1980 resultou na procura de uma atividade turística que buscasse a conservação e manutenção dos locais visitados, envolvendo o turista em meio à

discussão ambiental, na qual este participaria do processo de conservação destes locais.

O debate se acirrou e na década de 1990 foi aprovada, na Assembleia da Organização Mundial de Ética do Turismo, a ideia de “turismo sustentável” como uma forma de turismo que não agride o meio ambiente e as comunidades receptoras (RUSCHMANN, 1997). Inicia-se, naquele momento, a aplicação do modelo de desenvolvimento sustentável ao turismo. Esse modelo passa a ser amplamente discutido como benéfico, do ponto de vista social, econômico e ambiental, por estar intimamente ligado à manutenção da qualidade do meio ambiente, do qual essa atividade depende.

Nesta perspectiva, como prática de uma atividade sustentável, o turismo está diretamente relacionado com as questões ambientais, pois intenta melhorar a qualidade do meio ambiente e dos agentes envolvidos, em toda a atividade turística.

É da relação “meio ambiente e turismo” que emerge o conceito de ecoturismo, ou turismo ecológico. Ele aglutina atrativos naturais, culturais e preocupações ambientais, por isso pode ser considerado alternativa de turismo baseada no meio ambiente natural, e tem como principal objetivo a manutenção do uso sustentável do local onde é praticado, servindo, assim, como instrumento de manutenção e conservação do meio ambiente.

Coriolano (2006), ao pesquisar o assunto caracteriza o ecoturismo como uma espécie de lazer em contato com a natureza, e surge como proposta conservacionista, tendo cuidado com o meio ambiente, valorização das populações locais e outros fatores envolvidos na sustentabilidade da atividade. É uma modalidade de turismo motivada pela descoberta de que a natureza é recurso natural, e que pode ser transformada em recurso turístico ou, objeto de consumo.

De acordo com a definição da Embratur (1994, p. 19), o ecoturismo é:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Apreende-se nessas definições, que não é possível conceber ecoturismo sem pensar no conceito de desenvolvimento sustentável, em virtude da atividade estar pautada na sustentabilidade socioambiental e econômica. É preciso conservar os

recursos naturais e o patrimônio histórico cultural dos lugares a serem visitados, inserindo a comunidade receptora, na atividade econômica gerada pelo turismo, para a melhoria socioeconômica das populações.

Kinker (2002), pontua que o turismo na natureza não é um conceito novo de turismo, porém, tem sido amplamente utilizado nos últimos anos em função do alto grau de urbanização que a sociedade vive e, paralelamente, à relevância com que a questão ambiental é discutida. O turista procura um tipo de turismo fora do espaço urbano, que transmita uma sensação de tranquilidade.

O ato de viajar para locais longes dos centros urbanos é característica da “fuga” das pessoas ao modo de vida e aos problemas causados pelo crescente processo de urbanização. Há uma tendência de querer viajar para lugares afastados, tido como naturais, para usufruir de momentos de certa liberdade e tranquilidade, em relação à opressão que o referido estilo de vida proporciona ao indivíduo.

Deste modo, existem diversas atividades turísticas que podem utilizar a área natural, como é o caso do turismo de aventura em ambientes naturais, por exemplo. Mas, se a atividade não levar em consideração a conservação do ambiente visitado, a conscientização ambiental do turista e da comunidade receptora, e o desenvolvimento local e regional integrado, não pode se enquadrar dentro da concepção de ecoturismo. Para Kinker (2002), somente se estas três premissas forem cumpridas, pode-se classificar a atividade como ecoturística.

O turismo que não engloba os elementos acima mencionados não pode ser conceitualizado como ecoturismo, e sim como qualquer outro tipo de atividade na natureza, sendo ela turística ou não. Ao analisar a questão do turismo com o meio ambiente depara-se com um contraponto. Se por um lado o ecoturismo busca a manutenção das belezas paisagísticas naturais (cênicas), com vista na sustentabilidade de seu uso, de outro, o seu próprio uso, quando de forma não planejada leva ao crescimento e agravamento dos impactos socioambientais, na localidade onde é explorado, devido ao seu crescimento desordenado e descomprometido com o meio ambiente.

Logo, para a atividade ecoturística acontecer, deve-se conservar os recursos naturais e o patrimônio histórico cultural dos lugares a serem visitados. Isso requer uso consciente por parte dos usuários, que só pode ser adquirido por meio de sensibilização ambiental.

Deve-se destacar que o perfil do ecoturista, em grande parte dos casos, é diferenciado em relação a outros tipos de turistas. Ele procura estar engajado com a causa ambiental. Não está satisfeito apenas com o ato de viajar, e necessita participar do processo de conservação dos locais visitados.

Dias (2003), aborda as inúmeras contribuições potencialmente efetivas do turismo para um bom gerenciamento ambiental. Exemplifica, entre outros, o caso de muitos animais africanos, em savanas, que estariam extintos se não fosse pela atividade turística, que proporcionou a visita e apreciação desses animais em seus ambientes naturais, deixando recursos financeiros para as localidades em questão.

Neste sentido, a conservação dos recursos naturais pode dar-se pela atividade turística, que provoca a criação de parques e reservas naturais buscando atender visitantes interessados em conhecer a fauna e flora em seu estado natural. Há que se considerar também que são inúmeros os aspectos negativos dos impactos do turismo no meio ambiente, que surgem, em sua maioria, no incorreto manejo dos resíduos gerados pela atividade, em alterações paisagísticas geradas pelo crescimento da infraestrutura nas áreas naturais e pelo volume de visitantes que afetam os ecossistemas mais sensíveis.

Sobre este aspecto, Dias (2003) observa que o turismo apresenta-se com uma atividade econômica de crescimento acelerado, rápido e de difícil planejamento, além de possuir a capacidade de alterar o meio ambiente em um tempo muito curto. O poder público, no geral, não consegue dimensionar seus impactos a tempo de evitá-los. Isso se dá porque os agentes que participam do processo do desenvolvimento turístico possuem uma visão de que a atividade precisa gerar retorno rapidamente.

Contudo, as paisagens naturais, que são os verdadeiros atrativos desses lugares, irão degradar-se em um curto prazo de tempo, impedindo a recuperação e o retorno do investimento feito. Em outras palavras, o tempo de recuperação da área degradada é muito mais lento em relação à recuperação do investimento aplicado na mesma área, gerando assim uma prática insustentável, de gestão turística.

Para Dias (2003), o mercado turístico deve entender que a sustentabilidade da atividade proporciona ganho em longo prazo, tornando-se mais interessante conservar a paisagem originária de determinado local para, no futuro, usufruir da

atividade turística, ao invés de efetuar modificações consideráveis nesta, fazendo com que, pouco a pouco, o local se descaracterize, perdendo sua potencialidade.

O turismo voltado para a natureza tem forte relação com a biodiversidade, pela atividade que exerce, pelas belezas cênicas que a paisagem, em ambientes naturais, proporciona ao turista. A paisagem natural é o principal fator que o leva a visitar aquele determinado local, e a perda dessa característica implica a perda desse potencial turístico.

Como os ganhos econômicos em curto prazo são mais imediatos, a tendência é o desenvolvimento de atividade turística predatória, do ponto de vista socioambiental. Porém, essa sensação é apenas ilusória, uma vez que os ganhos socioeconômicos e ambientais são maiores com a atividade realizada de forma sustentável, pois são benefícios duradouros, ganhos que se dão em longo prazo.

Dias (2003), destaca que a relação do turismo com o meio ambiente é bem complexa. Ela envolve inúmeras atividades que podem ter efeitos ambientais negativos, resultando em impactos muitas vezes irreversíveis. Muitos dos quais estão ligados à construção de obras, de infraestrutura para atender à demanda turística. Esses impactos podem resultar na destruição de recursos ambientais, que são essenciais para o turismo.

A reflexão implica dizer que a beleza cênica de determinadas paisagens são as principais motivadoras da visitação turística em ambientes naturais. Uma vez que essa paisagem é transformada em atrativo para o turismo, ela é valorizada, e sua própria conservação é o seu maior quesito para o ganho econômico. Os principais impactos negativos da atividade turística estão relacionados à escassez causada pelo aumento da demanda em ambientes que o turismo se faz presente, assim como a poluição do ar, sonora, do solo, da água e visual-estética.

Dias (2003), observa que muitos impactos físicos dizem respeito a dois fatores: ao desenvolvimento turístico e às atividades turísticas. O primeiro, está ligado à construção da infraestrutura turística e ao uso insustentável da terra e desflorestamento. O segundo, diz respeito aos impactos diretos da atividade turística como o pisoteamento do solo e da vegetação; a pesca esportiva, os mergulhos em corais sensíveis e o uso de embarcações, assim como, alterações de ecossistemas, proveniente da atividade dos turistas.

Ruschmann (1997), também estuda os impactos da atividade turística e identifica o acúmulo de lixo e a contaminação das águas por parte dos turistas,

causados pelo turismo de massa. A poluição de nascentes e mananciais se agrava, assim como o desmatamento para a construção de hotéis, ruídos de motores de barcos, entre outros.

Vale ressaltar que os impactos do turismo sobre o meio ambiente não são apenas ligados aos aspectos socioambientais, mas também culturais. Dias (2003), destaca que quando um turista chega a uma determinada localidade não apenas traz consigo o seu poder de compra, mas também o seu comportamento e seus costumes, que podem transformar profundamente os hábitos sociais locais, causando uma perturbação das normas sociais existentes naquela região. O turismo é, dessa forma, um evento social.

Deste modo, os habitantes das regiões visitadas podem começar a sentir uma determinada aversão em relação ao turismo de massa, podem ter o sentimento de que estão sendo invadidos e, ao mesmo tempo, excluídos do processo de beneficiamento socioeconômico que o turismo traz. Com isso, deve-se observar que o impacto cultural do turismo sobre uma localidade nem sempre é negativo, ele pode ser um elemento de conservação de certas tradições originais, constituindo o principal motivo da vinda do turista para a comunidade, por exemplo.

Entende-se com Ruschmann (1997), que deve-se tomar cuidado com o mercantilismo de costumes culturais tradicionais. Este processo pode caminhar para uma descaracterização, levando muitos lugares a assumirem características que não fazem parte de sua rotina, ou se fazem, é de forma exagerada. Isso resulta na transformação de lugares em “não lugares”, criando verdadeiros “parques turísticos”, fazendo com que o próprio atrativo perca o sentido para o turista. É o exemplo do Pelourinho, Salvador, onde a comunidade local foi pouco a pouco sendo expulsa para a criação de uma localidade artificial.

Corroborar-se com o teor das reflexões de que os impactos ligados à atividade turística podem ser de natureza econômica, socioambiental e cultural. Nestas três esferas, a solução parece ir ao sentido da conservação natural e cultural, e da integração da comunidade local nas atividades econômicas geradas direta ou indiretamente pelo turismo. O turista é o consumidor que ajudará a manter esse esquema em equilíbrio ao buscar o turismo exatamente pela característica própria, daquele lugar.

É preciso uma força conjunta de todo o *trade* turístico para alcançar formas sustentáveis de turismo, otimizando a conscientização dos problemas que a

atividade turística vem enfrentando, principalmente nos países em desenvolvimento. O mercado deve entender que o turismo sustentável é a forma de turismo que busca atender as necessidades dos turistas do século XXI, oferecendo produtos que são operados em harmonia com o meio ambiente e comunidades locais, de modo que estas façam parte do processo, e não fiquem excluídas dele.

3.2 TURISMOS NO ESPAÇO URBANO

O estudo do turismo no espaço urbano mobiliza vários pesquisadores (as) tais como Rodrigues (1991), Carlos (1996), Rodrigues (1996), Beni (1998), Knafou (1999), Boullón (2002), Cruz (2003), Ribeiro (2004), Silva (2004), Candiotto (2007), Henz e Oliveira (2010), Chemin (2011), dentre outros.

Para eles o turismo se difere de outras atividades econômicas no que se refere ao consumo e produção do espaço, através das paisagens e dos lugares que acabam por se tornar mercadorias. Assim, diversos equipamentos são inseridos no lugar para a facilitação de seu consumo.

Candiotto (2007), diz que na atividade turística a paisagem potencial é transformada em recurso turístico, sendo, então, apropriada pela atividade e transformada em mercadoria a ser consumida. Para que esse consumo se dê em larga escala e de forma mais estruturada, diversos equipamentos são introduzidos no espaço, para atender essa demanda. De acordo com esse raciocínio, com a chegada dos turistas, esse processo de consumo do espaço se complexifica, modificando a paisagem e o espaço geográfico.

Rodrigues (1996), conceitua o turismo como mercadoria e acrescenta que o espaço geográfico constitui-se o principal objeto de consumo do turismo. Aspecto que é abordado por Carlos (1996). Esta autora visualiza o turismo como produtor do espaço, que é produzido por novos atores de atividade econômica, e o turismo se enquadra nesse patamar. Neste sentido, paisagens com elementos naturais (praias, montanhas e campos) entram no circuito da troca e se tornam áreas privadas de lazer para quem puder usufruir.

Boullón (2002), chama de espaço turístico a espacialização e distribuição territorial dos atrativos, causando consequências e modificações ao espaço geográfico. Para ele, os elementos do patrimônio turístico, a infraestrutura turística e os empreendimentos definem o espaço turístico de uma localidade e, através destes

elementos, é possível definir o espaço turístico de qualquer localidade. E Cruz (2003) aponta que o espaço turístico é parte do espaço geográfico no qual a população é determinada pela maior participação do turismo, do que de outras atividades. Logo, pode-se afirmar que o espaço turístico é parte do espaço geográfico e é composto pela infraestrutura turística e não turística; serviços diretos ou indiretos do turismo; e a demanda, nesse caso, o turista.

Knafou (1999), separa o espaço turístico em três pilares: presença do turista; o mercado de produtos turísticos; e os planejadores e promotores territoriais. Apesar de, em muitos casos, principalmente quando se trata de grandes investimentos turísticos, como o caso de grandes complexos turísticos (resorts), o turismo pode ser caracterizado como produtor do espaço.

Candiotto (2007), observa que, na maioria dos casos, o papel do turismo como produtor do espaço deve ser relativizado, uma vez que seu papel de produtor se dá por meio da relação com outros setores da economia pré-existentes. Pode-se afirmar que o turismo depende de vários outros setores da economia para existir, ou seja, para que se tenha atividade turística é preciso ter infraestrutura, transportes e serviços diretos ou indiretos ao turismo. Essa questão relativiza seu papel de produtor e o coloca mais como um modificador e reorganizador dos espaços.

Depreende-se das leituras que o turismo deve ser visto, do ponto de vista geográfico, como transformador do espaço, pois afeta e é afetado por todas as escalas espaciais, sendo elas locais e globais.

Por ser o turismo uma atividade em crescente estudo, sobretudo na Geografia, surgiram, no meio acadêmico, diversas tipologias baseadas nas motivações que levam os turistas a se deslocarem no espaço, para determinados locais, gerando fluxos de pessoas. Uma dessas tipologias é o turismo urbano, que tem seu foco nas cidades. Rodrigues (1999), menciona que encontram-se os espaços turísticos compostos de oferta turística; demanda; serviço; transporte e infraestrutura. A junção desses elementos compõe o espaço turístico. No espaço urbano o turista tem opções, das mais variadas: turismo cultural, gastronômico, negócios, entre outros.

É nesse sentido que Ribeiro (2004), afirma que a atratividade turística, em meio urbano, está centrada no grau de interesse histórico, cultural e arquitetônico, que os componentes paisagísticos urbanos geram enquanto atratividade.

A oferta urbana de turismo é composta por atrativos turísticos, que Beni (1998, p. 302), conceitua como “todo lugar, objeto ou acontecimento que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los”. O tipo de atrativo turístico e a sua qualidade determinam a demanda e os fluxos turísticos. De acordo com esse mesmo autor, os atrativos são divididos em parques temáticos e de diversão; museus e galerias; ambientes naturais; religiosos; e patrimônios culturais edificados.

É possível entrever que o turismo é uma atividade econômica que pode coexistir com o patrimônio histórico, cultural e natural. Pode contribuir positivamente para a conservação destes patrimônios, exatamente por depender deles para acontecer. Em outras palavras, o turismo não existe sem que haja a conservação do patrimônio histórico-cultural e ambiental. E essa preservação dá-se pela transformação do bem natural ou cultural em atrativo turístico. A turistificação do espaço o valoriza enquanto produto a ser consumido pelo turista, e isso pode contribuir para a conservação e manutenção do local visitado.

De acordo com Cruz (2003), o turismo urbano representa quase o total dos fluxos turísticos mundiais, o que significa que as cidades não são apenas polos emissores de fluxos, mas também representam importantes polos receptores da demanda turística. Esse fato é explicado pela concentração espacial que a cidade proporciona quanto aos equipamentos necessários para o “acontecer turístico”, ou seja, hospedagem, agenciamento, transportes, e equipamentos de apoio (hospitais, restaurantes, entre outros). A cidade concentra a maioria dos equipamentos necessários para o desenvolvimento do turismo.

Concordando com esse ponto de vista, Chemin (2011), comenta que as cidades podem ser caracterizadas como polos receptores e emissores de turistas. Receptores porque há atratividades e infraestrutura para atender à demanda turística. Emissores, pois são nelas que a maioria da população mundial, encontra-se confinada. Este fato é explicado pelas consequências e desequilíbrios próprios da urbanização e dos grandes aglomerados urbanos, fazendo com que os cidadãos se “lancem” a outros lugares, à procura de alguma paisagem que os faça sentir-se bem e, de certa forma, fugir das situações de seu cotidiano.

Para Rodrigues (1991), o turismo apresenta três aspectos como consequências de sua territorialização, sendo eles: áreas de dispersão ou polos emissores de viajantes; áreas de deslocamento; e áreas de atração ou receptoras de turistas. Destaca que é nos polos emissores que o espaço turístico é produzido

ou reformulado, com a implantação de infraestrutura e equipamentos turísticos que, acabam gerando uma ordem espacial. Esta caracteriza o espaço geográfico de áreas utilizadas para o consumo turístico.

As áreas receptoras do fluxo turístico são os locais onde se manifesta, de forma mais clara, a alteração do espaço urbano pelo turismo. Neste caso, a paisagem potencial é transformada em atrativo turístico pelos agentes responsáveis ao empreendimento a ser construído (RODRIGUES, 1991). Posteriormente, o espaço urbano, em questão é incrementado pelos equipamentos turísticos e de serviços.

Ressalte-se que é inegável a centralidade que a compreensão do espaço urbano toma quando se discute a questão do turismo, pois, tanto as áreas emissoras como as receptoras da atividade turística sofrem alterações por meio da implementação da atividade, modificando os espaços e adequando-os para as necessidades que se abrem com a implementação dessa atividade econômica.

Cruz (2003), observa que a atratividade das cidades não reside apenas na questão da espacialidade, mas sim também, por tudo aquilo que representam como “obras de arte” das sociedades humanas, lugares de encontro e, do ir e vir. Completa que, do ponto de vista metodológico, a relação entre turismo e cidade se dá a partir da análise quanto ao aparecimento do turismo. Deve-se analisar se a urbanização é precedente ao aparecimento do turismo, simultânea ou posterior a tal.

Neste contexto, o turismo urbano transforma a paisagem em novos atrativos, valorizando esses espaços, melhorando a qualidade de vida da população. Propicia uma gama de atrativos turísticos e gera melhoria econômica nas cidades brasileiras. Estas, no geral, nas últimas décadas, têm valorizado e aumentado suas ofertas através da conservação das áreas verdes urbanas, que servem tanto para o lazer, quanto para o turismo.

Sabe-se que os turistas buscam as paisagens urbanas constituídas de elementos naturais, pois o aspecto visual é, antes de tudo, fator imprescindível para a atração turística. O contraste do natural dentro do urbano chama a atenção das pessoas. Neste tipo de paisagem, o turista tem a visão de grande beleza cênica em meio a uma gama de serviços e ofertas que só a cidade propicia. A esse respeito, Silva (2004), pontua que a procura por ambientes naturais em meio urbano dá a sensação de uma natureza “domesticada” e uma viagem sem riscos para o turista,

haja vista que este terá o conforto de uma rede de serviços completa, dentro da cidade.

Consoante o raciocínio anteriormente exposto Henz e Oliveira (2010), destacam que a paisagem exerce influência direta na percepção individual, tornando-a um atrativo turístico importante. Com isso, muitas cidades produzem paisagens atrativas para o consumo turístico, a partir da junção do natural com o urbano, transformam a paisagem urbana em uma espécie de mescla de atrativos naturais e, construídos. Esse argumento fica ainda mais explícito quando se pensa no caso dos parques urbanos. Estes representam paisagens naturais em meio à malha urbana, destacando sua paisagem e gerando atratividade natural em meio ao urbano.

3.3 TURISMOS EM PARQUES URBANOS

Na contemporaneidade, o processo de urbanização tem suprimido os espaços naturais e o homem tem buscado valorizar os poucos espaços vegetados que ainda há em regiões urbanas, pois necessita do contato mais intenso com a natureza. As pessoas passaram a buscar locais que possuem aspectos semelhantes ao natural como uma forma de compensação dos malefícios causados pelos aglomerados urbanos.

De acordo com Kliass (1993), a necessidade de espaços adequados para lazer foi o motivo do aparecimento de inúmeros parques em meio ao ambiente urbano, em todo o mundo. Estes possuem a característica de serem espaços que se contrapõem ao ambiente urbano e conseguem manter suas características originais, mesmo com as decorrentes transformações ocorridas ao seu redor. É com esse objetivo que as cidades estão procurando conservar áreas verdes e parques urbanos, oportunizam o aumento de áreas de lazer e equilíbrio para a população, até por questões de manutenção do microclima local, proteção de mananciais, conservação da vegetação nativa e proteção da biodiversidade.

Os parques urbanos possuem funções ecológicas conservacionistas, abrigando exemplares, muitas vezes raros, de vegetação e fauna. Porém, possuem também funções ligadas ao uso público, como o lazer e o turismo.

No passado eles tinham função, quase que exclusivamente, de caráter contemplativo, mas, na atualidade, houve crescente procura por lazer. Macedo e

Sakata (2003) sugerem que essa procura atribuiu novas funções ao parque. Além das atividades de lazer e recreação, os parques possibilitam atividades educativas e de descanso mental e físico.

Dentre todas as funções dos parques urbanos, o seu uso turístico é objeto de estudo e análise do presente trabalho, fazendo com que se dê maior ênfase na discussão dos parques urbanos voltados para o turismo, mostrando os benefícios da atividade nesta porção importante do espaço urbano.

Os parques são espaços públicos de conservação, lazer, convivência da população local e dos turistas no meio urbano. O turismo, sendo uma atividade que recentemente passou a ser estudada em parques urbanos, é uma das suas funções atuais mais importantes, pois é através dele que o parque ganha centralidade e identidade no contexto da cidade.

Essa identidade que o turismo atribui aos parques dentro do espaço urbano, é garantida pela transformação da paisagem natural, em atrativo turístico. E essa transformação dá-se pela importância das áreas verdes, em meio ao espaço urbano e, na própria organização dos espaços turísticos.

O turista busca ambientes naturais em áreas urbanas devido à grande gama de produtos e serviços que a cidade propicia e a vontade de estar em um meio natural. Os parques urbanos, nesse sentido, propiciam a unidade e a proximidade entre os bens de serviços turísticos e o atrativo natural. Por isso, é comum que quase todos os parques que possuem infraestrutura e equipamentos, entrem no roteiro turístico oficial das cidades, e muitas vezes acabam por se tornarem os principais atrativos turísticos da própria localidade.

Henz e Oliveira (2010), destacam a característica que os parques urbanos possuem em juntar os elementos naturais e urbanos, transformando-os em um produto turístico único e indissociável. A paisagem resultante é exótica, e em função disso, transformada em importante recurso turístico.

É nesse contexto que a paisagem natural, inserida no meio urbano, se transforma em um elemento fundamental na oferta turística. Os parques urbanos participam do processo de criação da paisagem da cidade e são referenciais da paisagem urbana.

O parque urbano representa um contraponto entre o espaço construído e a área natural. Caracteriza-se por ser local de encontro entre pessoas, onde lhes são ofertados diversos tipos de atividades ligadas ao lazer e turismo.

Ocorrem diversas formas de turismo no espaço urbano, mas podemos caracterizar uma delas como turismo em parques urbanos. Trata-se de um turismo que coexiste com ambientes de aspecto natural e o espaço urbano. Em muitos casos, é por meio do turismo que o ambiente natural é conservado, aliando desenvolvimento, geração de empregos e conservação ambiental.

Sobre as tipologias de turismo, Pedron (2013), avalia que não se pode considerar apenas ecoturismo a atividade realizada nesses parques, já que não são todos os parques urbanos que abrangem os aspectos e conceitos de ecoturismo, e muitas vezes o turista não está disposto a realizar essas atividades quando visita um parque urbano. Porém, o turismo em parques urbanos é apenas uma das diversas modalidades de turismo em ambientes urbanos, mas que possui características próprias por se tratar de uma atividade em áreas verdes, dentro do contexto urbano.

É importante lembrar que a atividade turística em parques urbanos não está relacionada apenas à contemplação da paisagem, e nem, tão pouco, relacionada somente à conscientização do turista em relação à conservação ambiental. Ela se configura, na verdade, como um misto de área de lazer para a população local e turista, com o cenário de contemplação de um espaço urbano com alguns elementos naturais.

Neste sentido, Pedron (2013), afirma que não se pode chamar nem de ecoturismo e nem de turismo urbano, o tipo de turismo praticado em parques urbanos, mas pode-se propor uma tipologia única, no qual contemple as duas características acima apresentadas. Para maior compreensão da questão, vale ressaltar brevemente os conceitos de ecoturismo e turismo no espaço urbano, uma vez que esse conceito retira elementos presentes nestas duas atividades.

Ecoturismo é um segmento que utiliza o patrimônio natural e cultural de maneira sustentável, buscando sua conservação e a construção de uma consciência ambientalista. O turismo urbano é a atividade que se desenvolve em cidades, e envolve patrimônio histórico e cultural.

É possível apontar que o turismo em parques urbanos se apropria de elementos destes dois conceitos acima abordados. Trata-se de uma atividade que utiliza do patrimônio natural, busca sua conservação, e através das visitas turísticas trabalha para a construção de uma consciência ambiental, pautada na manutenção de ambientes naturais. Porém, é, ao mesmo tempo, atividade inserida

no contexto urbano, composta por infraestrutura e equipamentos da paisagem urbana.

A discussão sobre o uso turístico em parques urbanos está longe de se esgotar, trata-se de uma questão a ser resolvida pelo poder público, pela administração dos parques e pela sociedade. Essa problemática consiste no seu uso para o lazer e turismo, uma vez que o parque urbano tem a difícil tarefa de conservação, seja ele unidade de conservação ou não e, ao mesmo tempo, de permitir seu uso público para atender à demanda populacional de lazer.

É nesse aspecto que o turismo pode ajudar, pois permite que seu uso incentive a conservação socioambiental, gere empregos e renda aos parques. No entanto, seu uso deve ser ponderado, respeitando normas técnicas de gerenciamento, como a capacidade de carga turística e o plano de manejo.

No tocante ao objeto de estudo do presente trabalho, o Parque do Ingá possui a referida vantagem de ser um parque inserido na malha urbana, na região central de Maringá. A centralidade em que se insere é fator propício à implementação de um amplo espaço de lazer voltado à população do entorno e bairros adjacentes de Maringá. Essa vantagem também se apresenta do ponto de vista turístico, uma vez que o turista não precisa se deslocar à regiões distantes da zona urbana para usufruir de um tipo de turismo voltado à contemplação de áreas naturais.

O fato de o Parque do Ingá ser um fragmento de vegetação semidescidual estacional, em plena região central de Maringá propicia um ambiente de alta valoração em termos turísticos, e abre uma discussão acerca da prática de um turismo, de áreas naturais, dentro do perímetro urbano.

Independente de sua função, os parques urbanos constituem-se elementos importantes dentro do contexto urbano, pois contribuem diretamente para a qualidade de vida do cidadão, para a preservação de mananciais, e da biodiversidade, além de ajudar a construir determinada identidade para o espaço urbano onde está inserido, através de seu potencial, como atrativo turístico.

4 PAISAGEM E TURISMO

4.1 PAISAGEM COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA O TURISMO

Sabe-se que o turismo é uma das atividades que mais se liga intimamente à paisagem. A paisagem é o principal elemento motivador, seja para os agentes ligados à implementação da atividade turística quanto para o turista, para a escolha dos locais visitados.

Segundo Yázigi (2002), a paisagem sob a ótica do turismo é a busca de outro lugar, em outra posição geográfica, carregada de histórias e costumes diferentes. Quem viaja, busca conhecer lugares revelados por suas paisagens particulares e, carregadas de informações histórico-culturais. Estas viagens são impulsionadas pelo cotidiano, pelo modo de vida urbano que provoca certa monotonia.

A paisagem, para o turismo, torna-se central quando analisada como “recurso turístico” e ganha importância nos estudos relacionados à Geografia do Turismo. Font (1992), observa que a paisagem é fundamental para toda a oferta turística, e complementa que, quando ela se consolida, deve ser considerado o mais valioso dos recursos.

Pires (1999), corrobora com essa visão, complementando que a dimensão visual da paisagem, aliada com outras formas de percepção por parte do observador, constitui o principal apelo de atratividade para o turismo. A paisagem deixa de ser considerada apenas como estética, algo a ser observado e contemplado, para se tornar importante recurso da atividade turística.

A atratividade da paisagem, transformada em recurso turístico para o desenvolvimento da atividade é o que vai determinar a oferta turística a ser consumida. Logo, a paisagem não é o único fator que leva o turista a viajar, mas, dependendo do tipo de turismo a ser implementado, é o principal.

Neste sentido, Pires (1999), observa que a razão de ser do turismo é o deslocamento voluntário de pessoas no espaço, de um lugar a outro; então pode ser concebido como experiência geográfica, na qual a paisagem, nesse contexto, torna-se elemento central.

Em relação a esse raciocínio, Cruz (2003), afirma que a paisagem é a primeira instância do contato do indivíduo com o lugar visitado, estando assim no centro da atratividade dos sítios visitados.

Bolson (2004), também acredita que a paisagem é elemento imprescindível para o impulso da atividade turística, importante e decisivo, mas não é o único elemento que influencia a escolha do local a ser visitado pelo turista.

Segundo Marujo e Santos (2012), a paisagem para o turismo, além de ser elemento imprescindível, constitui-se elemento fundamental de captação de turistas para determinado local. A imagem paisagística divulgada através dos meios de comunicação provoca construções mentais nos potenciais consumidores sobre o destino a se procurar. Por isso ela está ligada ao processo de tomada de decisão, por parte do turista, sobre qual local irá visitar ou deixar de visitar. Contudo, são as singularidades de cada lugar que atraem o “olhar” de cada turista.

Conforme observa Bolson (2004), a imagem da paisagem atua no imaginário do turista, tendo o poder de fazê-lo sonhar como será seu período de folga, antes mesmo de viajar. Cada paisagem atrai um tipo de turista. Pessoas que moram em lugares quentes gostam de viajar para lugares frios, pessoas que moram em zonas planas preferem viajar para locais montanhosos, por exemplo. Nesse contexto, Conti (2014), relaciona zonalidade, relevo, clima e vegetação para explicar as preferências paisagísticas. Relata que a zonalidade, entendida por ele como a vinculação das características espaciais às faixas latitudinais, provoca fluxos turísticos entre diferentes faixas de latitude, em detrimento das diferenças das condições geográficas.

O relevo, para o autor citado é uma característica geográfica significativa para a identidade regional e pode se associar à atividade turística, em função da beleza cênica. Pode ser motivador da atratividade em virtude das irregularidades do terreno, expressando, muitas vezes, contrastes altimétricos, revelando paisagens de montanhas e vales. Assim como propicia processos erosivos em rochas, principalmente do calcário, provocando paisagens relacionadas às cavernas e cachoeiras.

Ainda, de acordo com Conti (2014), o clima e a temperatura são importantes para os fluxos turísticos, do ponto de vista da atratividade que o próprio clima propicia, levando pessoas a se deslocarem de inúmeros lugares para verem uma situação de neve, por exemplo. Além do que, a ocorrência de chuvas, tempestades e outros fenômenos naturais podem atrapalhar a atividade turística. Isso mostra a importância que esses elementos detêm para a ocorrência do turismo.

A paisagem é um elemento fundamental para a atividade turística, e a paisagem urbana tem relação direta com ela, pois na medida em que a urbanização avança, o homem começa a se agrupar em complexos centros urbanos. Como consequência acabam por valorizar áreas de grande relevância paisagística e cênica.

Com relação a isso, McHarg (1969), acredita que o subconsciente humano, mesmo com as características e oportunidades que os centros humanos proporcionam, insiste em retornar aos meios naturais. A paisagem preenche o “vazio” de uma vida apressada nos grandes centros urbanos, como relaxamento e tranquilidade que somente a natureza proporciona.

A qualidade cênica da paisagem é um dos principais objetivos tanto recreacionais quanto turísticos, fazendo Hammitt et al. (1994), afirmarem que milhões de pessoas viajam longas distâncias para alcançar áreas florestadas ou ambientes naturais, no geral, ressaltando a importância da beleza e qualidade cênica da paisagem desses locais.

As paisagens consideradas como “naturais” (praias, montanhas, florestas), ou “humanizadas” (cidades, parques, monumentos), quando consideradas atrativas, desencadeiam um processo que Candiotta (2007), chama de “turistificação da paisagem”, processo no qual ela se torna mercadoria altamente lucrativa para o todo o *trade* turístico, característico por investimentos de infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos.

Com isso, a partir do momento que uma paisagem é atrativa ao turismo, passa por um rápido processo de transformação material e imaterial (CANDIOTTO, 2007). A transformação material incorpora novos objetos à paisagem, tais como edificações, transportes e bens de serviços. A transformação imaterial (danças, costumes, lendas) modifica a percepção de turistas e moradores locais.

Candiotta (2007), pontua que o turismo transforma antigas paisagens em novos atrativos, valorizando e equipando os espaços, transformando-os em “espaços turísticos”, melhorando a qualidade de vida dos moradores, gerando empregos diretos ou indiretos, decorrente da atividade.

A discussão da paisagem no turismo principia por analisar a relação do homem com a natureza, que existe desde os primórdios da civilização humana. Segundo Bolson (2004), no início, a natureza era algo assustador, onde o homem buscava apenas sobreviver e sofria com as questões naturais. O medo era

constante, a floresta era um lugar perigoso e estava no imaginário popular como local do demônio e, monstros.

É a partir do Renascimento que o homem consegue romper essa barreira ideológica e passa a admirar a natureza, criando assim o conceito de paisagem. A paisagem não passa a existir após o nascimento da humanidade, ela já estava lá, porém, o conceito se constrói a partir da observação do homem sobre ela.

Atualmente, o turista procura locais que ofereçam sensação de bem-estar psicofísico. A curiosidade de vivenciar novas emoções leva milhares de turistas a movimentarem uma das maiores atividades econômicas do mundo, o turismo.

Silva (2004), identifica a paisagem como “testemunhos visuais” de vários elementos simbólicos e estéticos, construídos historicamente. Desde que o observador é um sujeito, o conceito de paisagem é impregnado de conotações culturais e ideológicas, portanto, são vários os elementos que podem interferir na captação da imagem pelo observador.

A análise da paisagem, para o turismo, tem que levar em consideração a diferenciação de “visão da paisagem” que os turistas possuem em relação aos moradores locais. Estes últimos estão mais acostumados, em sua ida ao trabalho, escolas e atividades rotineiras, passarem por algum atrativo e se depararem com um cenário comum para sua percepção, parte de sua rotina comum. Entretanto, para o turista, a simples visão desse mesmo atrativo tem outra conotação, pois aquela paisagem não faz parte de sua rotina habitual. Essa situação pode levar, inclusive, à observação de detalhes que os moradores locais não conseguem identificar, pois o olhar para com a paisagem é, muitas vezes, de desprezo ou indiferença.

Com relação a essa observação, Dias (2010), concorda que, em situações cotidianas, os moradores locais não observam a paisagem por considerá-la comum, e, com isso, não reconhecem sua qualidade visual. Observa-se que as paisagens rotineiras passam, muitas vezes, despercebidas pela população local. O turista tem uma visão mais detalhada de determinada paisagem, diferentemente do morador que não a percebe, em seu trajeto ao trabalho ou à escola.

É uma questão bastante complexa a diferença de “visão” entre o turista e o morador local, em determinadas situações. Por exemplo, a simples presença de áreas verdes e arborização, próximas a uma residência, pode não ser bem vista pelo morador, uma vez que as plantas atraem insetos, sujam as calçadas e ainda podem

causar acidente. Este sentimento pode levar a uma falta de interesse em conservar a paisagem por parte do morador local.

Partindo do princípio que a paisagem é repleta de conotação cultural e, individual, para cada observador, ela pode ter um sentido diferente. A análise da paisagem é mais do que fundamental no que diz respeito à sua valoração para o turismo. O turista é um colecionador de paisagens, e o seu primeiro contato com o local visitado acontece por meio de sua visão.

Por entender que cada observador ou indivíduo capta um elemento da paisagem de forma diferenciada, Silva (2012), aponta que estes elementos despertam interesse pelo local visitado e auxilia possível estudo de valoração qualitativa da paisagem.

É nessa concepção que foi pautada a escolha dos locais de maior gradiente de visitação e beleza cênica da presente pesquisa.

4.2 ELEMENTOS E COMPONENTES DA PAISAGEM

O presente estudo aborda a compreensão do significado e a importância dos elementos e componentes da paisagem.

Segundo Pires (1993), o entendimento da paisagem como expressão espacial e visual do meio, possibilita sua análise através de elementos visuais tais como: forma, linha, cor, textura, escala e espaço.

Os elementos visuais da paisagem referem-se, segundo Mopu (1987), à expressão visual objetiva da paisagem e não à preferência do observador. No entanto, a combinação desses elementos pode criar qualidades estéticas similares àquelas utilizadas na arte como unidade, força, intensidade, variedade. Permitindo, assim, a identificação de diferentes unidades paisagísticas por parte do observador.

Mopu (1987), pensa as qualidades visuais. Estas residem nos elementos naturais ou artificiais que compõe a paisagem. Para ele, estes fatores físicos, separados em bióticos e abióticos, perceptíveis à visão, no qual a paisagem pode desagregar-se, são chamados de componentes da paisagem e estão relacionados à água, à vegetação, à terra, e às estruturas artificiais criadas pelas atividades antrópicas.

O autor divide os componentes paisagísticos em naturais e artificiais, onde os naturais são compostos por: forma da terra – aspecto da superfície terrestre

representado pelo relevo e sua disposição no terreno; água – formas das águas superficiais, sua disposição e movimento; vegetação – distintas formas de vida vegetal, características, disposição geográfica e densidade. Quanto às estruturas artificiais, caracterizam-se por serem estruturas espaciais, criadas por diversas formas de ocupação do solo ou construções humanas dispostas no espaço geográfico.

Pires (1993), menciona que alguns componentes da paisagem se sobressaem visualmente em relação a outros, seja pela sua singularidade, valor estético, histórico ou relevância turística. Há, ainda, componentes que influenciam a qualidade visual da mesma, tais como: diversidade de elementos; naturalidade da paisagem e, se determinada paisagem encontra-se igual ou próxima às condições originais e, ainda, singularidade ou exclusividade; irregularidade do relevo; superfícies d'água; alterações antrópicas; obstrução visual; recursos turístico, infraestrutura; e detração da qualidade visual, elemento que incide de forma negativa na paisagem. Portanto, a paisagem é formada por uma série de componentes naturais, estéticos e culturais, os quais são associados a um dado espaço, tempo e escala percebidos pelo homem.

4.3 INTERPRETAÇÃO E VALORAÇÃO DA PAISAGEM

A percepção visual da paisagem, sua interpretação e valoração fazem parte de inúmeros estudos interdisciplinares e complexos. Portanto, são de fundamental importância para os estudos de planejamento da paisagem, sobretudo para o turismo. E, é do ponto de vista do turismo que esse tema é abordado e desenvolvido, nesta pesquisa.

Canteras (1992), afirma que a paisagem é um recurso do meio, que pode ser analisada e valorada. Completa que a paisagem é uma realidade construída pelo indivíduo através da percepção de seu entorno. Enquanto ainda não percebida, não pode constituir-se como paisagem.

De acordo com Bartley (1978), o ser humano percebe o mundo por meio de todos os seus sentidos, simultaneamente. O organismo humano apresenta dez modalidades sensoriais: visão, audição, tato, temperatura, dor, gosto, olfato, sinestesia, sentido vestibular e sentido químico comum. Punter (1982), completa

que os processos de percepção envolvem a experiência sensorial, a cognição e a avaliação ou preferência.

Font (1992), considera que a relação sensorial dos seres humanos com a paisagem é global e não apenas visual, mas sim de sons, odores que remetem às lembranças espaciais e temporais. No entanto, para a percepção da paisagem, a visão é a mais importante e mais complexa.

Entende-se que a percepção diz respeito aos sentidos, ao que o observador captou como mensagem da paisagem, seja pela visão ou demais sentidos. Essa mensagem é então interpretada, analisada pelo observador, que transmite um juízo de valor sobre o conteúdo da paisagem observada. Entretanto, os sentidos não são a única forma de ler e interpretar a paisagem; soma-se também a experiência individual, que segundo Rodrigues (1999), é construída da bagagem cultural e da história de vida, de pensamentos e sentimentos de cada observador.

Para uma análise mais complexa da interpretação da paisagem, Tuan (1980), vai além da questão individual de cada observador. Para ele, duas pessoas não veem a mesma realidade, dois grupos sociais não possuem a mesma visão do meio ambiente que os cerca. Por mais que os órgãos e sentidos sejam os mesmos, a forma de utilizá-los é que difere de cultura para cultura. Como resultado, divergem-se as atitudes para com o meio ambiente. Em outras palavras, cada cultura possui uma relação com a natureza.

Tuan (1980), cria o termo Topofilia para explicar exatamente a relação que cada cultura tem com seu ambiente de origem. É uma generalização de conceitos que faz com que cada indivíduo se identifique com seu local de origem. Inclui todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material que os cerca.

A diferenciação de “visão” do mundo, e conseqüentemente, visão do meio ambiente, pode ser relatada nas experiências com os visitantes e com os moradores locais. Nesse sentido, Tuan (1980), afirma que a avaliação dos visitantes é uma avaliação estética, representando a visão de um estranho que julga pela aparência, através de algum critério formal de beleza. O visitante é capaz de perceber inúmeros méritos e defeitos em um ambiente, coisas que não são mais visíveis aos residentes.

De acordo com Mopu (1987), os elementos básicos da percepção são: a paisagem; a visibilidade; o observador; a interpretação, que é a análise realizada pelo observador sobre o conteúdo e o significado do que foi observado. Contudo,

completa que a percepção visual é a que proporciona interpretações mais concretas e objetivas, pois possibilita uma relativa tipificação da paisagem pelos seus componentes e elementos visuais.

Jordana (1992), amplia esse raciocínio analisando que a percepção da paisagem está condicionada a três fatores: inerentes ao próprio indivíduo; educativos e culturais; e fatores emotivos e sensitivos, derivados da relação do observador com o ambiente. Para a referida autora, a valoração da paisagem não é uma questão fácil, uma vez que é consequência da relação entre espaço visual e observador, no qual este último pode ser condicionado a ter uma resposta perceptiva, com conotações que irão influenciar sua visão sobre a paisagem, como fatores educativos, culturais, emotivos, entre outros.

Laurie (1976), afirma que a valoração da qualidade visual da paisagem dá-se através de exercícios comparativos, gerando, muitas vezes tendências subjetivas, que provém da formação individual de cada observador, da sua educação, gostos adquiridos e outras características que aparecem quando esse observador emite juízo de valor sobre a paisagem observada.

Observa-se, portanto, uma dificuldade de comparação das qualidades visuais, uma vez que as análises sempre partem do observador individual e seu julgamento, revelando que as preferências paisagísticas, muitas vezes, estão ligadas às origens, culturas e personalidades.

Para Bolós (1992), um estudo de preferências paisagísticas deve observar a presença ou, ausência de componentes naturais da paisagem (água, vegetação, céu); a forma que dá leitura à paisagem; o contraste, nitidez das formas; os aspectos relativos ao relevo: forma, textura; e a diferenciação de cores e seu significado na paisagem. A junção desses aspectos representaria os componentes sensoriais das imagens de uma paisagem natural.

Ainda acrescenta que a diversidade dos entornos naturais pode provocar sentimentos dos mais variados, frente à determinada paisagem. Esses sentimentos estão diretamente relacionados com as preferências paisagísticas, são eles que determinam que tipo de turista prefere determinado tipo de paisagem.

De acordo com Silva (2012), são inúmeros os métodos de classificação da paisagem, assim como diversos são os métodos de avaliação desta. Porém, o que será abordado vai em direção ao que Bolós (1992) aponta, classificando-a quanto às

características geográficas e a dominância de elementos: naturais, artificiais ou antrópicos.

A análise da qualidade visual da paisagem ou de seu valor estético é o ponto de partida para uma valoração da paisagem para o turismo. Conforme observa Pires (1999), embora exista uma subjetividade marcante na percepção humana para o processo de observação da paisagem, sua condição visual e espacial do meio, com seus componentes e elementos, também permite sua análise objetiva com base em juízos de valores profissionais.

A análise da qualidade visual da paisagem é essencial para sua atribuição de valor. Ela parte de uma análise objetiva dos componentes e elementos paisagísticos, depois é submetida a uma análise subjetiva, que depende de fatores como percepção, cultura, e “visão individual”.

De acordo com Marenzi (2000), vários autores agrupam os distintos métodos de avaliação da paisagem em diretos, indiretos e mistos. As distinções criadas foram baseadas na premissa de que a avaliação da paisagem tem tendência subjetiva, mas que pode ser estudada de forma objetiva.

Pires (1993), resume os métodos de análise da paisagem da seguinte forma:

- Método Direto – a valoração se dá a partir da contemplação da totalidade da paisagem pela visualização presente ou por substitutos da paisagem (fotografias, slides, vídeos ou gravuras). Os agentes desse processo podem ser o público em geral ou profissionais ligados à área de meio ambiente;
- Método Indireto – a valoração é realizada através da desagregação da paisagem e da análise de seus componentes ou elementos, de acordo com critérios de pontuação estabelecidos por profissionais;
- Método Misto – a valoração é efetuada de forma direta e, posteriormente, dá-se o estudo da participação de cada componente da paisagem no seu valor total, realizado estatisticamente.

No método direto insere-se a análise da qualidade visual da paisagem. Segundo Pires (1993), toma-se por base a totalidade da paisagem pela visualização local ou por substitutos (fotos, gravuras, slides etc.), com valoração efetuada pelo público em geral ou especialistas.

A fotografia tem sido utilizada para avaliação qualitativa da paisagem por ser um instrumento de fácil manejo e utilização em pesquisas. Font (1992), a considera

como registro momentâneo e sujeito a limitações, mas ainda sim é a técnica mais habitual e eficiente para avaliação qualitativa da paisagem.

Contudo, apesar da paisagem ser um dos principais elementos motivadores das viagens, ela não revela a dinâmica social e cultural do lugar. É por isso que a fotografia não substitui a visita *in loco* do turista, que permitirá o contato direto com a população local, ou seja, a vivência do lugar é insubstituível para a atividade turística. Neste caso, a fotografia representa a paisagem na pesquisa e análise de preferências paisagísticas, ela serve para facilitação da metodologia, mas de forma alguma substitui a paisagem observável.

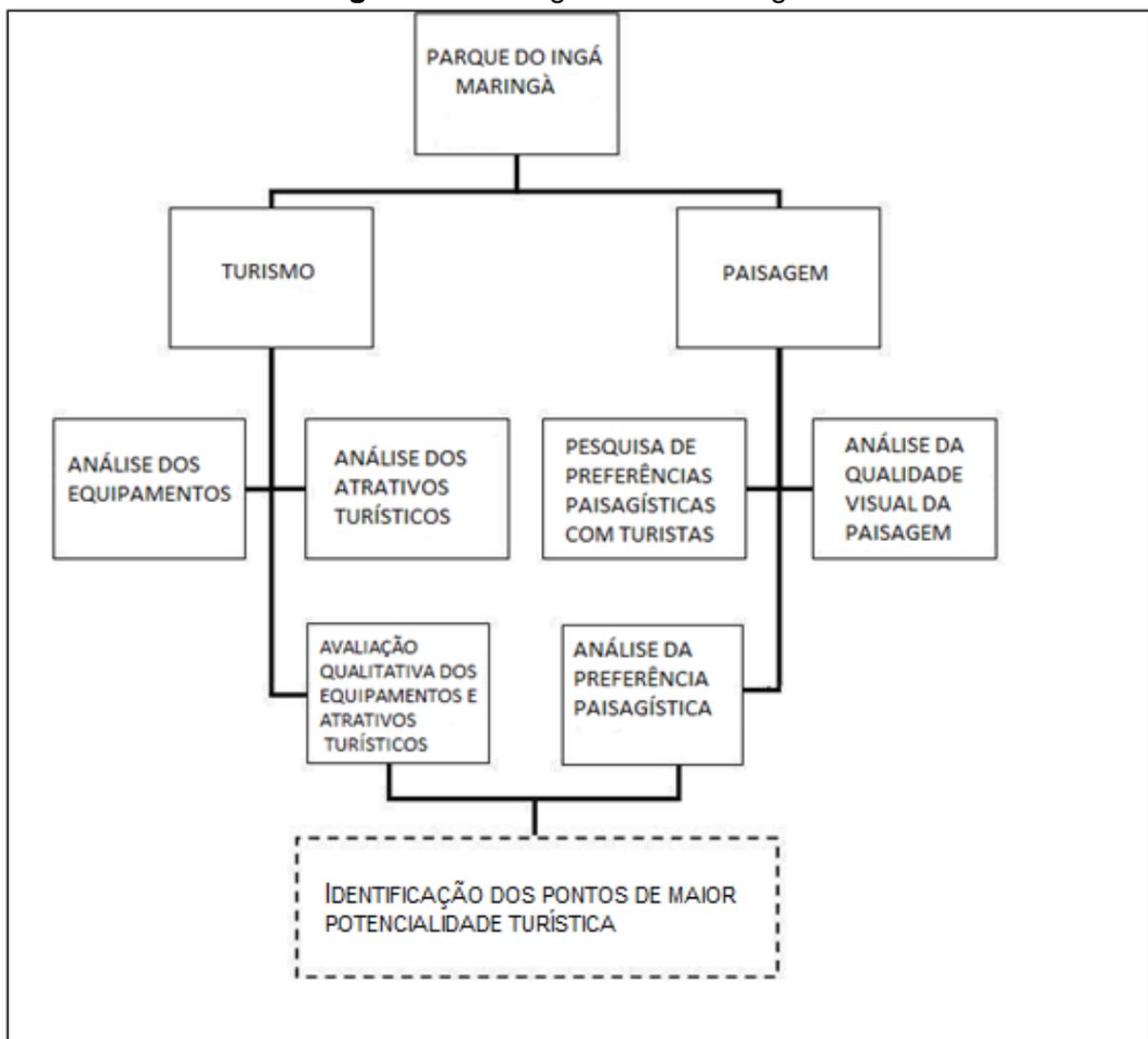
É notória a prática turística da fotografia, tanto que Marujo e Santos (2012), discorrem que o turista procura criar uma narrativa própria sobre o lugar, procurando integrar-se a ele para a criação de inúmeros registros que comprovem que esteve naquele local. Os autores observam que há um “casamento” entre a fotografia e a viagem do turista, revelando a maneira de como a fotografia pode contribuir para “encurtar” as distâncias geográficas.

A paisagem e o turismo, de acordo com Pires (1993), são duas realidades intimamente relacionadas, pois a atividade turística é feita com o objetivo de romper com a rotina, sendo a paisagem o principal fator desse rompimento. As características peculiares de cada lugar são, na verdade, o produto de cada lugar, capaz de atrair turistas, a partir de sua percepção, seja *in loco* ou através de substitutos (figuras, fotografias, pinturas e outros) influenciando assim, na tomada de decisão das pessoas, para onde querem viajar. Pode-se dizer que a valoração e o estudo da paisagem, através de substitutos, de forma direta, são fundamentais para uma adequada atividade turística, evitando a destruição destas e as mantendo, assegurando a sustentabilidade econômica, social e ambiental de determinado destino.

5 MATERIAL E MÉTODO

O método utilizado para a avaliação das condições da prática turística no Parque do Ingá é abordado em duas etapas: a primeira quanto à avaliação qualitativa dos equipamentos para a atividade turística; e a segunda quanto à valoração dos elementos e componentes da paisagem para o uso sustentável do turismo (Figura 3). As duas etapas metodológicas avaliaram a potencialidade turística do Parque do Ingá.

Figura 3 – Fluxograma metodológico.



Fonte: Organizado pelo Autor (2015).

No tocante à primeira etapa metodológica, baseada em De Angelis (2000), foi efetuado levantamento dos equipamentos presentes no interior do Parque do Ingá, para posterior análise qualitativa destes, para o uso turístico, atribuindo notas de

avaliação de cada equipamento levantado. É nesta etapa que será avaliada a condição dos atrativos turísticos do parque.

Quanto à segunda etapa metodológica, baseada em Bobrowski et al. (2010), será aplicado o método direto de análise da qualidade visual da paisagem, por meio de valoração dos componentes paisagísticos, utilizando substitutos da paisagem (fotografias). Trata-se da avaliação técnica da paisagem, tendo a função de qualificar seus elementos e componentes, de acordo com os pesos estabelecidos previamente para a valoração da qualidade visual desta. A presente técnica é útil para que se conheçam os elementos predominantes e os que depreciam a qualidade visual das paisagens selecionadas.

As referidas etapas metodológicas indicaram a qualidade paisagística do Parque do Ingá, bem como a qualidade dos equipamentos e serviços turísticos presentes, fornecendo subsídios para uma avaliação geral da potencialidade do parque, quanto ao uso turístico.

5.1 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Nesta etapa metodológica, foi efetuado levantamento dos principais atrativos turísticos do parque, assim como sua avaliação em relação à infraestrutura e condições de uso para o turismo. Paralelamente, foram feitos levantamento e avaliação dos equipamentos encontrados no interior do parque para a atividade turística, na qual utilizou-se a metodologia de De Angelis (2000), que consiste em, primeiramente, efetuar um levantamento dos principais equipamentos do parque, e, depois, efetuar sua avaliação qualitativa.

Para evitar diferentes avaliações para um mesmo equipamento, o método propõe parâmetros para proceder às avaliações, minimizando a subjetividade. Deve-se analisar quanto à conservação, localização e quantidade: os bancos, luminárias e sanitários; quanto à condição de uso: telefones públicos, bebedouros e pisos; quanto ao material a ser utilizado, monumentos e estátuas; espelhos d'água ou chafarizes se estão no contexto ou não do parque; estacionamento, quanto à acessibilidade. Conservação e manutenção das trilhas e pontes.

Deve-se, ainda, avaliar quanto à acessibilidade da terceira idade e deficientes aos atrativos, e também a infraestrutura e compatibilidade de uso. Foram analisados os quiosques de alimentação ou estruturas similares, quanto ao tipo, construção,

higiene, estética e localização no parque. Foi feita a análise das edificações quanto à localização e estado aparente externo, além da segurança e manutenção das estruturas físicas e limpeza.

Vegetação e paisagismo, também, foram avaliados quanto ao seu estado e manutenção, e, se este “verde” se insere no conjunto. E, por último, a situação de equilíbrio entre o elemento vegetal e o elemento construído em seu entorno.

A aplicação da presente metodologia baseou-se nos dois formulários propostos pela metodologia de De Angelis (2000). O primeiro tem a função de quantificar cada tipo de equipamento encontrado na área de estudo (Anexo 1), enquanto que o segundo (Anexo 2) de atribuir notas para os referidos equipamentos.

Essa etapa é vital para estabelecer diagnóstico da infraestrutura do parque, permitindo, assim, avaliação e proposição de adequações necessárias ao uso turístico do parque.

5.2 ANÁLISE DA QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM PARA O TURISMO

A avaliação técnica da paisagem, por meio da valoração de seus componentes, visando à análise da qualidade visual da paisagem, para o turismo, no Parque do Ingá, foi efetuada de forma objetiva utilizando-se o método direto de análise da paisagem, por meio de substitutos (fotografias) a fim de facilitar a aplicação dele.

A paisagem foi submetida a uma análise objetiva. Foram atribuídos os valores de cada componente, para posterior avaliação subjetiva, indicando a preferência paisagística por parte do turista no Parque do Ingá, feita através de entrevista.

Segundo Marenzi (2000), os métodos diretos de análise da qualidade visual da paisagem podem contribuir, com informações relevantes para o estudo da ecologia da paisagem, principalmente quando se tem como objetivo o estudo do potencial turístico ou recreativo, bem como de impactos visuais causados pela transformação da paisagem, uma vez que esse método consegue representar as preferências paisagísticas.

A valoração da paisagem serve como instrumento prático e objetivo para o gerenciamento de parques urbanos, na avaliação e manejo de impactos. Esta metodologia permite promover um melhor planejamento para a ocupação do

território, com um menor número de impactos negativos, procurando maior harmonia entre o homem e seu ambiente urbano.

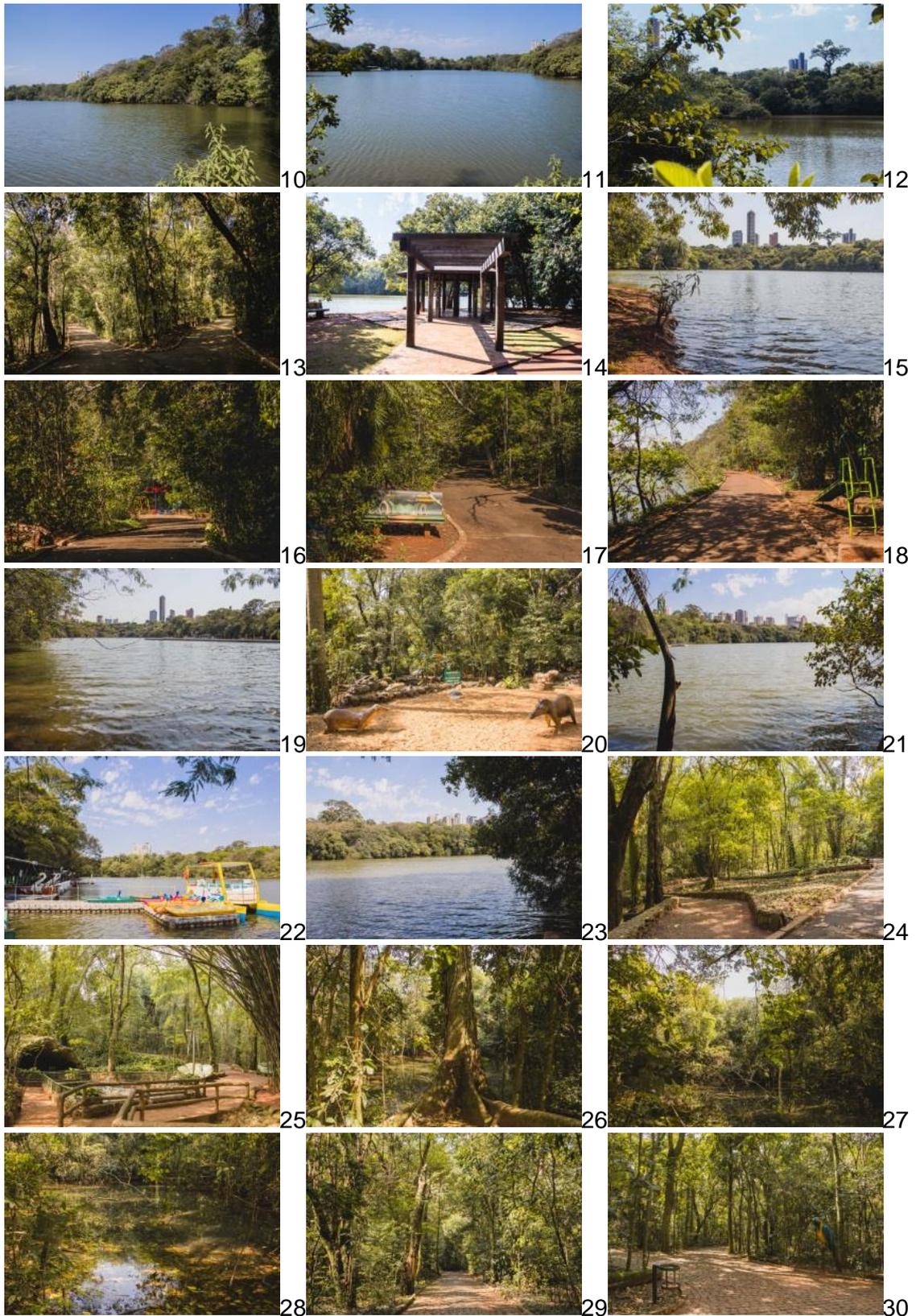
O método explicitado foi escolhido para valorar e analisar as paisagens turísticas do Parque do Ingá. O método direto permite avaliar todos os componentes da paisagem de forma direta, objetiva, atribuindo valores a cada componente paisagístico. O presente método procura diminuir a subjetividade nas escolhas das fotografias de modo a analisá-las, primeiramente, de forma objetiva.

Baseado no método de Bobrowski et al. (2010), foram tiradas fotografias¹ nos locais de maior acessibilidade do parque, tais como mirantes, trilhas, bosques, lagos e outros. Nestes locais, fotografou-se nos sentidos norte, sul, leste e oeste. Do total de fotografias obtidas, foram sorteadas 30 fotos (Figura 4) para representar a paisagem observada no parque. Escolheu-se essa quantidade para que não fique um número grande que atrapalhe a efetivação da metodologia, e nem que seja um número que não dê, minimamente, representatividade ao local. Os substitutos da paisagem foram avaliados de acordo com os valores estabelecidos, em função da presença dos componentes naturais e antrópicos em cada paisagem.

Figura 4 – Fotografias do Parque do Ingá selecionadas para avaliação técnica.



¹ As fotografias foram tiradas pela fotógrafa profissional Pollyana Fuzer. O equipamento utilizado foi o Canon 60D EOS.



Fonte: Fotos de Polyana Fuzer (2015).

As fotos de número 2;3;4;5;6 representam as vistas em diferentes ângulos do jardim japonês, sendo que a foto 1 representa o arco de entrada (torii) do jardim. As de números 7;8;9;10;11;12;15;19;21;23 representam a tomada do lago em diversos locais e mirantes do parque. Percebe-se, em algumas fotos, a presença de elementos que indicam a urbanização do entorno. As de números 13;16;17;18;24;29;30 representam caminhos e trilhas ao longo de todo o parque. A de número 14 representa um mirante localizado ao norte do lago. A de número 20 representa o local onde se encontram diversas obras de arte de animais, próximo ao parquinho infantil. A foto de número 22 representa vista do ancoradouro. As fotos 26;27;28 representam, respectivamente, a vista de um pequeno lago próximo à gruta Nossa Senhora, e a foto de número 25 representa visão da Gruta Nossa Senhora da Glória.

De acordo com a metodologia Bobrowisk et al. (2010), foram considerados os seguintes componentes naturais da paisagem: vegetação, céu, água; componentes antrópicos: elementos que representam presença de urbanização e elementos arquitetônicos do parque.

Cada componente recebeu uma valoração. No caso dos elementos naturais, por exemplo, receberam valoração positiva, representando melhor qualidade visual, assim como alguns representantes arquitetônicos. No entanto, a presença de urbanização dentro e no entorno do parque diminui os componentes naturais da paisagem, recebendo assim valoração negativa. Os pesos estabelecidos de cada componente são baseados na metodologia Bobrowski et al. (2010) (Tabela 1).

Tabela 1 – Valoração dos componentes da paisagem do parque.

Componente Natural	Peso	Componente Antrópico	Peso
Céu	1,0	Urbanização	-3,0
Vegetação:		Arquitetônico:	
a) Herbácea	3,1	a) Portal	3,05
b) Arbórea	3,2	b) Acessos	3,05
		c) Grutas	3,2
		d) Pontes	3,1
		e) Grades e cercas	-2,0
		f) Obras de arte	3,2
		g) Elementos arquitetônicos	3,05
		h) Equipamentos	3,0
Água:			
a) Córrego	3,1		
b) Lago	3,2		

Fonte: Bobrowski et.al (2010), adaptação do autor.

Em relação aos componentes naturais, considerou-se que o elemento céu teria menor peso (1,0) de forma a não afetar significativamente a valoração e não alterar os valores dos componentes terrestres. Os elementos água e vegetação foram subdivididos, recebendo peso alto. A vegetação dividiu-se em herbácea (3,1) e arbórea (3,2), sendo a segunda mais atrativa por representar um ambiente com menor frequência de intervenções antrópicas, porém a diferença entre as duas é mínima, com o intuito somente de diferenciá-las, mas evitar que uma se sobressaia de maneira exagerada sobre a outra.

Outro elemento avaliado foi a água. Ela foi subdividida em córrego (3,1) e lago (3,2), sendo o lago mais atrativo, possuindo um peso maior por ter uma importância maior na qualidade visual. Os elementos arquitetônicos observados foram: portal, acessos, grutas, pontes, grades e obras de arte, elementos arquitetônicos e equipamentos. Todos receberam pesos diferenciados em relação à sua importância arquitetônica e turística. Merecem destaque as grades, que receberam valoração negativa (-2,0), em função da depreciação que causam na qualidade visual.

A quantificação dos componentes e elementos da paisagem nas fotografias foi efetuada a partir de impressões de quatro fotografias (9 x 13 cm cada) em uma folha de papel A4, e sobre ela colocou-se um papel transparência reticulado, totalizando 117 quadrículas por fotografia. De acordo com a disposição das fotos no papel, contou-se o número de quadrículas existentes de um determinado componente da paisagem. E no caso de em uma quadrícula ocorrer a presença de mais de um componente, foi considerado o elemento de maior frequência nela.

Deste modo, a qualidade visual da paisagem de cada uma das 30 fotografias foi obtida através da somatória dos valores adquiridos na multiplicação da quantidade dos elementos presentes pelo peso de cada elemento. Por exemplo, uma determinada fotografia possui dois elementos, na ocorrência de 25 quadrículas com o elemento água (lago), que será contabilizado $25 \times 3,2$ (valor atribuído para este componente de acordo com a tabela 01), somando-se a 20 quadrículas de vegetação (arbórea), contabilizando $20 \times 3,2$.

Para a obtenção da valoração de todos os elementos da fotografia (levando em consideração que todas as quadrículas forma contabilizadas) basta fazer a somatória das duas equações: $(25 \times 3,2) + (20 \times 3,2) = 144$. Essa fotografia

exemplificada teve um total de 144 pontos e foi classificada de acordo com a colocação das demais.

De acordo com o presente método, as 30 fotografias foram classificadas como: alta qualidade (A), média qualidade (M) ou baixa qualidade (B) de acordo com a somatória dos pesos presentes em cada quadrícula, totalizando a qualidade visual de cada paisagem. Em seguida, foram selecionadas 02 fotografias, representando a melhor e pior classificada de cada classe, totalizando 06 fotografias que foram expostas em pesquisa para que os turistas pudessem opinar sobre qual a sua paisagem preferida e justificar sua escolha, permitindo, assim, a análise subjetiva da paisagem.

Realizou-se a entrevista abrangendo dados como gênero, faixa etária e grau de instrução, a fim de analisar se havia relação do perfil dos turistas com as preferências paisagísticas. Se o visitante declarasse ser turista deviam ser coletados os demais dados da pesquisa, e solicitado para colocar em ordem de preferência, da mais para a menos preferida, justificando a escolha da primeira e última colocadas de acordo com a sua escolha (Questionário 1).

Questionário 1 - Questionário aos turistas (Avaliação da Paisagem).

DATA: __/__/__	FICHA Nº _____
Cidade de Origem: _____	Estado: _____ País: _____
GÊNERO: () Masculino () Feminino	Idade _____
GRAU DE INSTRUÇÃO	
Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior () Pós-Graduação ()	
1. Colocar as 06 fotografias em ordem de preferência.	
2. Justificar a escolha da primeira e última fotografias escolhidas	

Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Efetou-se a pesquisa somente com pessoas que se declararam turistas, uma vez que o intuito era verificar se a referida opinião estava de acordo com os critérios de avaliação técnica, da qualidade visual da paisagem ,para o turismo.

O turista e o nativo possuem visões diferentes a respeito do meio ambiente. A cultura influencia no condicionamento da percepção e dos valores ambientais das pessoas. Por isso, no presente estudo, valeu apenas a visão do turista do Parque do Ingá. Foi observado que se enquadrassem os visitantes, no geral (turistas e residentes), poderia haver falta de precisão e foco na pesquisa, alterando o intuito de sua realização.

A metodologia utilizada para o cálculo da amostra para a aplicação dos questionários baseou-se na pesquisa quantitativa, probabilística, por amostragem representativa dos Visitantes do Parque do Ingá, realizada no período de 23 de janeiro a 09 de fevereiro de 2016, com entrevistas pessoais através de questionário padronizado e estruturado para a coleta.

A amostra foi projetada com base no número médio de visitantes do Parque (7.000 adultos e 700 crianças – dados fornecidos pelo Parque do Ingá em levantamento realizado no ano de 2014 por contador manual no período das 8 as 16hrs de terça a domingo). Considerando erro amostral de 10% com nível de confiança de 99%, foi necessária amostra de 163 indivíduos.

A presente pesquisa tem o intuito de mostrar a preferência paisagística do turista que frequenta o Parque do Ingá, e verificar se há correlação entre as preferencias paisagísticas, em relação à procedência do turista que visita o parque, e se as demais variáveis da pesquisa (gênero, grau de instrução e faixa etária) influenciam no resultado.

Por meio da presente etapa metodológica foi possível conhecer os componentes predominantes e os que depreciam a qualidade visual dentro do parque ou entorno, e com isso propor melhorias para o gerenciamento do turismo no Parque do Ingá.

6 ATRATIVOS TURÍSTICOS DO PARQUE DO INGÁ

Primeiramente, efetuou-se a análise dos atrativos turísticos do Parque do Ingá, quanto às suas características, condições de uso e potencialidades. Foi efetuado um levantamento dos principais atrativos do parque, sendo eles: 1- Estátua de homenagem ao fundador; 2- Jardim Japonês; 3- Gruta Nossa Senhora da Glória; 4- Abrigo Locomotiva; 5- Contemplação do Lago (Figura 5).

Considerado importante área verde urbana da região Noroeste do Paraná, trata-se de uma área “natural”, de vegetação nativa inserida dentro da malha urbana, na região central da cidade de Maringá. Sua característica de parque urbano central lhe configura raro atributo de atratividade, tornando-o destino turístico imprescindível para a pessoa que está de passagem ou se hospeda na cidade.

O parque tem a função de ser local destinado à conservação natural e, ao mesmo tempo, área de lazer e recreação para os cidadãos. Mas, é com relação à importância turística que foi observado e estudado, no presente trabalho. Seu interior é formado por trilhas e caminhos ecológicos, no qual o turista pode contemplar, observando a fauna e flora do local. Possui diversos atrativos turísticos voltados à contemplação da paisagem e lazer em ambientes naturais. A figura 3 destaca os principais atrativos turísticos e suas respectivas localizações.

Próximo à entrada do parque, na zona de uso intensivo, localiza-se o primeiro atrativo turístico, a estátua do fundador do Parque do Ingá, o ex-prefeito Adriano Valente (imagem número 1). A estátua possui tamanho real e encontra-se “sentada” em um banco de madeira.

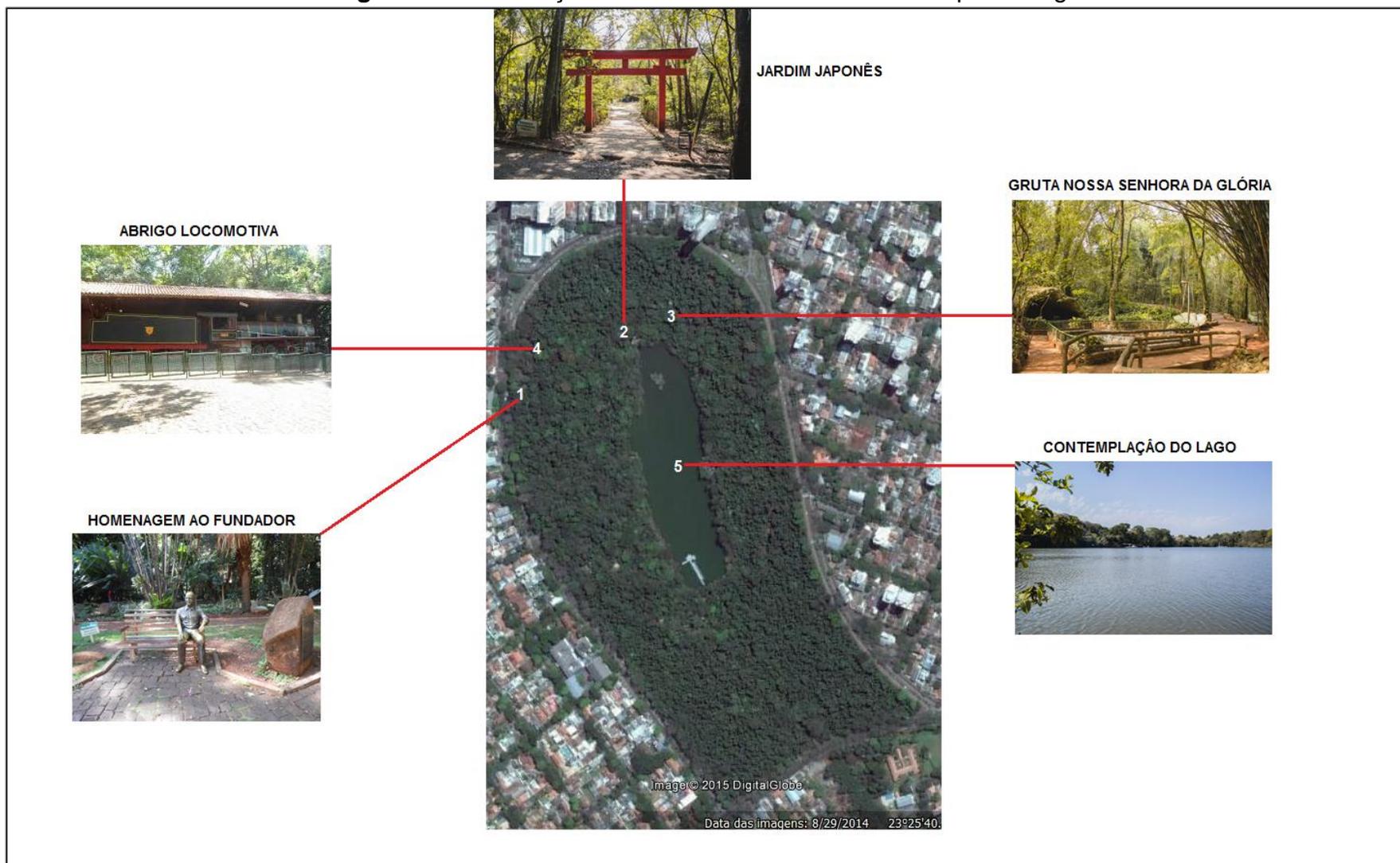
Na parte oeste do lago, na zona histórico cultural, localizam-se o Jardim Japonês (imagem número 2) e a Gruta Nossa Senhora da Glória (imagem número 3). De acordo com o Plano de Manejo (MARINGÁ, 1994), o Jardim Japonês foi construído em 1978, quando da visita do Príncipe Japonês Akihito e sua esposa Princesa Michiko à Maringá. A gruta, próxima ao jardim, foi construída, em 1971, para receber a imagem de Nossa Senhora da Glória.

O abrigo da locomotiva (imagem número 4) encontra-se próximo à entrada, na zona de uso intensivo do parque. Foi construído em 1984 para a proteção da primeira locomotiva, Tender N.608, que chegou a Maringá, em 1954. Ela foi doada pela Rede Ferroviária Federal, em 1973, em homenagem aos ferroviários que abriram os caminhos férreos no Norte Paranaense.

O interior do Parque conta com inúmeras trilhas que adentram a mata, muitas asfaltadas, pois no passado eram utilizadas para caminhadas e corridas. No interior encontra-se um lago central (imagem número 5) com 55.000 m² que abriga inúmeras espécies de peixes, aves e mamíferos.

Ao redor do Lago, há uma pista de *cooper* que o contorna. Foi muito utilizada no passado pelos moradores locais, mas hoje serve mais como local de visitação turística. Atualmente, os moradores do entorno utilizam para fins atléticos e recreativos a pista externa do parque, que, inclusive, é bem aproveitada aos domingos, onde as vias do entorno são fechadas para o lazer. A pista externa possui equipamentos para exercícios e academia para a terceira idade (ATI), todos em boas condições de uso. Há, também, na região do lago, mirantes para sua contemplação e ancoradouro para a prática de passeios em pedalinho.

Figura 5 – Localização dos Atrativos Turísticos do Parque do Ingá.



Fonte: Organizado pelo Autor (2015).

6.1 ANÁLISE DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS

- Homenagem ao Fundador

Próxima à entrada do parque, localizada na zona de uso intensivo, encontra-se a estátua do ex-prefeito Dr. Adriano Valente, em tamanho real. Ao lado da mesma, encontra-se uma placa comemorativa dos 40 anos de fundação do Parque do Ingá, referindo homenagem ao fundador (Figura 6).

Figura 6 – Estátua em homenagem ao Fundador Dr. Adriano José Valente.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Configura-se como primeiro atrativo turístico do parque, pois a estátua é interativa, encontra-se “sentada” em um banco de madeira. É comum observar turistas tirando fotografias, sentados no banco, como se estivessem fazendo companhia ao monumento. Além de caracterizar-se ponto de encontro de visitantes. O atrativo encontra-se em bom estado de conservação, bem localizado e sinalizado.

- Abrigo e Locomotiva

Localizado próximo à entrada do parque, na zona de uso intensivo, o abrigo foi construído em 1984 para proteger a primeira locomotiva Tender Nº 608, que chegou a Maringá, no ano de 1954. Foi doada pela Rede Ferroviária Federal, em 1973, homenageando os ferroviários que abriram os caminhos férreos no Norte paranaense. A locomotiva possui valor e importância histórica. É um dos cartões

postais do parque, configurando-se como um dos atrativos turísticos mais conhecidos e observados pelos turistas.

O local encontra-se em péssimo estado de conservação, assim como a locomotiva. Dada à importância histórica deste exemplar, recomendam-se obras para melhoria do local ou, que a retire do parque, enviando-a para algum museu adequado. É possível perceber o abandono através de uma faixa colocada alguns metros do local de acesso à locomotiva, com os dizeres “manter distância”.

- Jardim Japonês

Localizado a oeste do lago, na zona histórico-cultural, o Jardim Japonês foi construído em 1978, por ocasião da vinda do Príncipe Akihito e da Princesa Michiko a Maringá, mostrando a importância da colonização japonesa na região.

O jardim possui hoje, dois pequenos lagos com algumas carpas e duas pontes de madeira caracterizadas com o estilo japonês (Figura 7), que também é usada na ornamentação de diversas áreas do jardim.

Figura 7 – Ponte do Jardim Japonês no Parque do Ingá.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Segundo a administração do parque, o jardim japonês há muito tempo vem sofrendo com ações de vândalos que caminham nas áreas de jardim, pisoteando a vegetação e pichando os ornamentos característicos. Mesmo com a grade de proteção (Figura 8), essas ações de vandalismo ainda ocorrem.

A grade de proteção é um fator negativo para a estética do jardim, degradando a qualidade visual do mesmo, descaracterizando-o ainda mais e prejudicando sua condição enquanto atrativo turístico do parque.

Figura 8 – Presença de grades de proteção que depreciam a qualidade visual.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Outro fator de depreciação do jardim é o crescimento descontrolado da vegetação nativa ao seu redor, o descaracterizando, transformando-o em um jardim do tipo misto, e não característico japonês.

Apesar das condições depreciativas, o jardim ainda mantém características próprias do estilo japonês, apresentando linhas curvas, de natureza minimizada, sendo inspirado nas paisagens naturais; presença de ornamentos próprios do jardim japonês; presença de lago com formas curvas e irregulares com carpas coloridas; e presença de bonsais e elementos simbólicos. Portanto, ainda se configura como um dos principais atrativos do Parque do Ingá. O jardim apresenta-se bem cuidado do ponto de vista da limpeza e organização. As pontes e alguns ornamentos foram reformados ou substituídos por novos.

- Gruta Nossa Senhora da Glória

A gruta foi construída em 1971 para receber a imagem de Nossa Senhora Aparecida (Figura 9). É um local de tranquilidade e contemplação, possui rampas de

acesso, porém, necessita de adequações nos corrimãos e degraus que dão acesso ao atrativo.

Figura 9 – Gruta Nossa Senhora da Glória.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Local de contemplação e de tranquilidade configura-se importante atrativo turístico do Parque do Ingá. Apresenta rampas de acesso, corrimãos e escadas. É definido como local de fácil acesso e bem sinalizado. Há um chafariz em um pequeno espelho d'água na parte frontal da gruta, com presença de corrimãos que os cercam, protegendo os usuários de possíveis quedas. É alimentado por córrego que passa próximo à localidade.

A gruta encontra-se em bom estado de conservação, apresentando boa estrutura para a recepção turística, com presença de lixeiras e 04 bancos em sua proximidade. A imagem de Nossa Senhora dentro da gruta também se encontra conservada.

- Observação e Contemplação do Lago

O lago situa-se na região central do parque, na zona intensiva de uso, com uma área total de 55.000 m², abrigando diversas espécies de peixes, aves e mamíferos. Diversas trilhas e caminhos dão acesso ao lago, sendo caracterizado como região de fácil acesso.

Local mais importante e de maior beleza cênica do parque, é certamente o atrativo de maior gradiente de visitação. Trata-se da parte mais estruturada do Parque do Ingá para o turismo, local onde se situam o quiosque, ancoradouro e os principais mirantes do parque. É a área de maior concentração de equipamentos turísticos (Figura 10).

Figura 10 – Atividades de contemplação do lago.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

A pista de “cooper”, que contorna a maior parte do lago, já foi bastante utilizada pela população do entorno para a prática de exercícios físicos, mas, atualmente, vem perdendo espaço para a área do entorno do parque, mais estruturada e com piso propício às atividades de corrida, caminhada e pedalada, já que a pista que contorna o lago é, em sua maior parte, de paralelepípedo, dificultando essas atividades.

Outro fator que levou os usuários preferirem as áreas externas ao parque é a segurança. O parque conta apenas com um segurança que se localiza na cabine de entrada.

Região bem estruturada com presença razoável de bancos, postes de iluminação e placas indicativas. No entanto, recomenda-se a implementação de um número maior de bancos na área onde se localiza o mirante próximo à região do quiosque e ancoradouro.

7 INFRAESTRUTURA DO PARQUE DO INGÁ

De acordo com a metodologia De Angelis (2000), primeiramente, foi efetuado um levantamento dos principais equipamentos do parque, assim como a quantificação destes para que depois se fizesse a análise de frequência e condições de uso, atribuindo notas, conforme metodologia citada, a fim de verificar as condições de infraestrutura do parque para o uso da atividade turística.

7.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS

O parque do Ingá possui bancos, lixeiras, postes de iluminação, caixas de som, sanitários, bebedouros, telefone público, parque infantil, academia da primeira idade (API), chafariz, pistas de cooper, caminhos, trilhas ecológicas, quiosque de alimentação, edificações institucionais, placas, entre outros. Possui equipamentos abandonados, trazendo perigo para os visitantes, já que a fiscalização e segurança são insuficientes. Não há efetivo suficiente para o número de visitantes que o parque recebe. Muitos desses equipamentos precisam ser trocados ou requerem manutenção.

Foi efetuado levantamento quantitativo dos equipamentos do Parque do Ingá (Formulário 1), para posterior análise e avaliação qualitativa com atribuição de notas para cada equipamento, conforme a presente metodologia propõe.

Foi efetuada análise de cada um dos equipamentos do parque visando a implementação e melhoria dos serviços turísticos.

Todos os equipamentos analisados localizam-se na área interna do Parque do Ingá, com exceção dos equipamentos de exercícios físicos que se localizam ao redor do parque, na área externa. Decidiu-se por efetuar a contagem e posterior qualificação destes aparelhos em função da detecção da falta destes na região interna, e por avaliar que estes cumprem a função de lazer que o próprio interior do parque deveria cumprir.

Formulário 1 - Levantamento quantitativo de equipamentos, estruturas e mobiliário.

DATA DO LEVANTAMENTO: 10/10/2015

CIDADE: Maringá

ENDEREÇO: Zona 1 – Centro

LEI DE CRIAÇÃO: Lei Municipal 880/71

EQUIPAMENTOS / ESTRUTURAS / MOBILIÁRIO	OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
	SIM	NÃO	
01. Bancos	X		36
02. Luminárias	X		46
03. Lixeiras	X		72
04. Sanitários	X		3
05. Telefone público	X		1
06. Bebedouros	X		5
07. Caminhos	X		6
08. Mirantes	X		5
09. Palco/Coreto	X		1
10. Obra-de-arte	X		4
11. Chafariz/Espelho d'água	X		1
12. Estacionamento	X		1
13. Para prática de exercícios físicos	X		1
14. Parque infantil	X		1
15. Quiosque de alimentação ou similar	X		1
16. Ancoradouro	X		1
17. Centro de Apoio ao Turista	X		1
18. Edificação institucional	X		4
19. Rampa de acesso para PNEs	X		1
20. Comunicação visual	X		-
21. Equipamentos de som/ autofalantes	X		13
22. Equipamentos turísticos abandonado	X		2

Fonte: De Angelis (2000), adaptação do autor.

- Bancos

Na entrada, encontram-se 02 bancos em madeira, em bom estado de conservação, possuindo encostos e apoios para os braços (Figuras 11).

Figura 11 – Banco novo de madeira no *hall* de entrada.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Ao entrar no parque, ainda na área de recepção, observam-se 03 bancos de madeira em péssimo estado de conservação, sem encosto ou apoio, alguns estão “bambos”, representando perigo de possível queda por parte do usuário (Figura 12).

Figura 12 – Banco de madeira, sem apoio para costas e mãos.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Do lado esquerdo, no sentido da locomotiva, região do antigo espaço ambiental, encontra-se 01 banco de madeira, com as condições péssimas, parecido com os da região frontal do parque, e mais 06 bancos de concreto, sem encosto e apoio para os braços. Foi encontrado um exemplar rachado (Figura 13).

Figura 13 – Banco de concreto sem encosto e apoio, com grande rachadura.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Na região do entorno do lago tem 17 bancos de concreto, estilizados com pinturas de animais, encostos, e sem apoio para os braços (Figura 14).

Figura 14 – Banco de concreto com desenho artístico.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Estes bancos encontram-se em bom estado de conservação, porém, foram observados 03 exemplares quebrados ou com grandes rachaduras que podem comprometer o conforto ou a integridade do usuário (Figura 15).

Figura 15 – Banco de concreto quebrado.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Há também 04 bancos na região da gruta, com característica bem particular, em formato de planta. São bancos em concreto de coloração verde, com encosto, mas sem apoio para os braços. Encontram-se em bom estado de conservação (Figura 16).

Figura 16 – Banco em conformação de folha.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

No total, foram contabilizados 36 bancos na área interna do parque. Foram considerados bancos os equipamentos que possuíam algum tipo de suporte com o chão. Estruturas que servem de apoio para sentar, mas não são bancos, não foram

contabilizadas, por exemplo: encostas de calçada, tocos de madeira próximo das trilhas, entre outros.

Quanto à ocorrência de bancos, foi avaliado que há um número satisfatório dentro do parque. Estão bem distribuídos, em locais onde realmente se faz necessária a presença deles: no hall de entrada, em regiões de lazer, recreação e contemplação da paisagem, como é o caso do lago.

Os únicos locais que não possuem bancos para os usuários são o corredores e as trilhas, pois não há necessidade dos mesmos nestas localidades. Porém, a maioria dos bancos está em péssimas condições, necessitando de urgente troca ou manutenção, principalmente os bancos próximos ao antigo local de recepção ambiental e na entrada, assim como alguns quebrados na região do entorno do lago.

Os bancos de madeira sem encosto e apoio são tábuas de madeiras colocadas em dois tocos que servem de suporte, além de estarem em péssimo estado de conservação, são esteticamente prejudiciais à qualidade estética da paisagem, dando a sensação de abandono e falta de investimento, porém, o mais grave, é a integridade do visitante colocada em risco por conta de eventuais quedas.

Observou-se que os bancos de concreto também foram avaliados negativamente, em relação à estética e estado de conservação. Porém, são mais seguros que os de madeira, e não chegam a representar perigo aos usuários, a não ser os que apresentam rachaduras consideráveis. Os ilustrados com figuras de animais estão em melhor estado de conservação que os demais, porém deve-se substituir ou reformar os que estão rachados, pois apresentam pontas ou lascas que podem colocar o usuário em perigo, principalmente as crianças.

Sugere-se, também, a implementação de uma quantidade maior de bancos na região do lago, principalmente próximo ao ancoradouro e quiosque, pois há presença de poucos bancos nas regiões de mirante do lago nestas áreas.

- Luminárias

As luminárias encontram-se em bom estado de conservação. São as mesmas luminárias utilizadas na iluminação viária de Maringá, em muitos pontos da cidade. Possuem cerca de 4m de altura e estão dispostas em intervalos de 40m no entorno do parque e nas principais trilhas que levam ao interior do parque. Estão presentes

nas localidades onde há edificações, nos caminhos que levam as trilhas e na região do lago. São rebaixadas em função da copa das árvores (Figura 17).

Figura 17 – Poste em coluna de ferro acimado por luminária tipo chapéu chinês.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Dentro do parque foram contabilizadas 46 luminárias em bom estado de conservação e bom funcionamento. Contabilizou-se mais duas luminárias quebradas. Em campo, constatou-se que nos períodos de fim de tarde ou início da manhã as luminárias ajudam os usuários em suas atividades de lazer.

Foi detectada a falta delas nos corredores do lado direito do parque, deixando aquela área com precária iluminação, em alguns períodos do dia. Percebeu-se também, a falta de iluminação nos locais onde será o apoio ao turista (local em reforma no período da pesquisa) e nas áreas de sanitários, no caminho próximo ao restaurante, na área leste do parque, próximo ao tanque de areia, onde se localiza as réplicas de animais e parquinho para crianças.

No geral, caracterizou-se como suficiente a iluminação do parque por ser aberto ao público em períodos de incidência da luz solar. Recomenda-se alguns postes de iluminação nas áreas das edificações, mais ao fundo do parque que estão sofrendo reformas, não sendo possível verificar se já estão sendo feitas as adequações.

- Lixeiras

Foram observados dois tipos de lixeiras, a comum de lixo orgânico, e a de lixo reciclável, tanto no entorno quanto dentro do parque. Foram contabilizadas 60 lixeiras de coleta de lixo comum, dentro do parque (Figura 18), ocorrendo em toda a área, inclusive em muitas trilhas; e a lixeira de coleta seletiva reciclável, 12 exemplares (Figura 19), ocorrem em maior quantidade no hall de entrada, no quiosque de alimentação, ancoradouro e próximo às edificações importantes.

Os dois tipos encontram-se em bom estado de conservação e ocorrem em número e locais satisfatórios. Foram observados diversos locais, principalmente nas trilhas ecológicas e longos percursos, sem a presença de lixeira. Pelo fato de, no final de semana o parque receber um público numeroso, recomenda-se a implantação de um número maior de lixeiras de lixo comum para evitar o acúmulo de lixo no solo, já que o número de lixeiras de lixo recicláveis é satisfatório.

Figura 18 – Lixeira para coleta de lixo comum.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Figura 19 – Lixeira para coleta de lixo reciclável ou seletivo.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

É importante observar que não adianta apenas aumentar o número de lixeiras, que é considerado satisfatório, mas deve-se investir em programas de educação ambiental aos visitantes antes destes adentrarem ao parque, advertindo-os sobre as condutas de comportamento dentro de parques urbanos.

- Sanitários

Há três sanitários no parque, o primeiro próximo à entrada, o segundo próximo da região do ancoradouro e quiosque de alimentação, e o terceiro mais afastado, no final do parque, próximo da região do museu. O primeiro, na entrada, encontra-se em melhor estado de conservação, mas não há toalhas de papel ou sabonetes para uso. A edificação encontra-se em bom estado e está em harmonia com as características do parque (Figura 20).

Figura 20 – Sanitário próximo à entrada do parque.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Os outros dois sanitários precisam de adequações na parte externa, porém sofreram reformas na parte interna, estando em bom estado e limpos. Possuem o mesmo problema da falta de toalhas de papel e sabonetes.

A quantidade e localização dos sanitários estão de acordo com as áreas de maior visitação do parque. O primeiro atende ao visitante que adentra o parque ou se instala no hall de entrada deste. O segundo, localizado próximo ao quiosque de alimentação, atende aos visitantes que se instalam naquela área para consumir produtos do quiosque ou que queiram contemplar as áreas próximas ao lago. O terceiro sanitário atende aos visitantes que estão mais ao leste do parque, próximo ao local onde está sendo construído o Centro de Apoio ao Turista.

Portanto, avaliou-se positivamente a quantidade e localização dos sanitários na área do Parque do Ingá em relação ao número de visitantes que o parque recebe.

- Telefone público

Foi encontrado apenas um telefone público em toda a área. Localizado no entorno do parque, bem próximo a entrada, está em bom estado de conservação e caracteriza-se pela peculiaridade de seu formato, que remete a uma onça, característica da fauna da região (Figura 21).

Figura 21 – Telefone público em formato de onça, em frente ao Parque do Ingá.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Trata-se de um atrativo em frente ao parque, onde diversos turistas param para fotografar. Local característico também como ponto de encontro.

Avaliou-se a necessidade de mais telefones públicos dentro e no entorno do parque, principalmente na região leste, próximo ao local onde será o Centro de Apoio ao Turista.

- Bebedouro

Foram encontrados 02 bebedouros na entrada do parque, o primeiro é de inox, em bom estado de funcionamento e acabamento (Figura 22), o segundo é composto por azulejos (Figura 23). Neste último, nota-se a falta de algumas torneiras, porém encontra-se em bom estado de funcionamento, necessitando apenas de manutenção.

Figura 22 – Bebedouro de Inox próximo à entrada.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Figura 23 – Bebedouro revestido de azulejo.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Notou-se a presença de mais 02 bebedouros próximos ao museu, na área leste do parque, de inox, em bom estado de conservação e funcionamento.

Próximo ao parquinho e a área das réplicas de animais, local que atrai muitas crianças, observou-se um bebedouro de azulejos, porém, não há nenhuma indicação de que a água é potável.

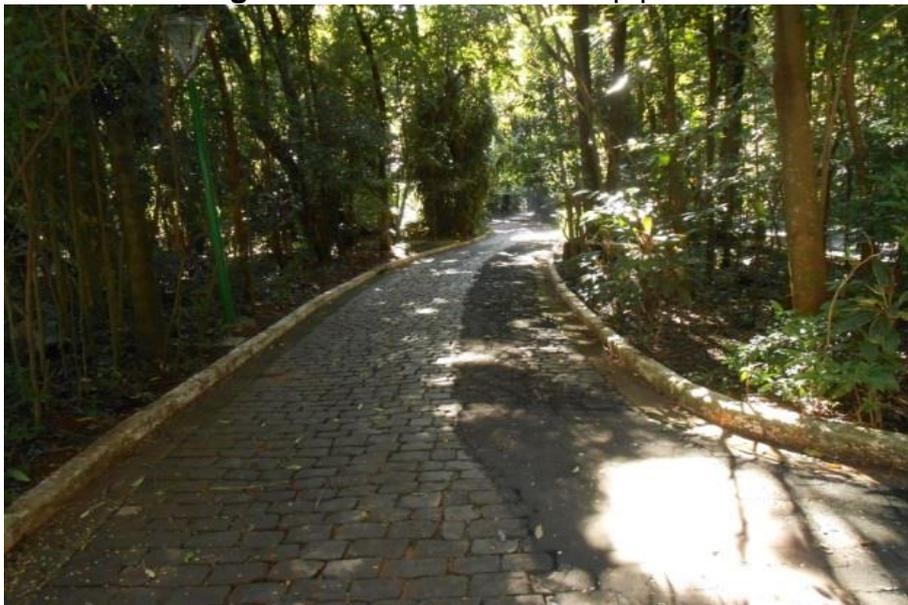
No total, contabilizou-se 05 bebedouros, sendo avaliado como insuficiente pela demanda que o parque possui, sobretudo aos finais de semana. Recomenda-se

a implementação de pelo menos mais quatro, dois nas regiões adjacentes ao lago e dois espalhados pela área do parque.

- Caminhos e trilhas

O piso do parque, em sua maioria, é composto por paralelepípedos (Figura 24), permitindo relativo escoamento da água da chuva.

Figura 24 – Piso de Paralelepípedo.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Porém, em algumas áreas, principalmente na trilha do meio que dá acesso às áreas próximas ao lago, o piso é inteiramente asfaltado (Figura 25), provocando graves problemas de escoamento da água que vai diretamente para o fundo do parque, onde há uma voçoroca em função desse e de outros problemas. O asfalto diminui a capacidade de permeabilidade do solo.

Por esse fato, o piso mais indicado para os caminhos e trilhas, dentro do Parque do Ingá seria o de paralelepípedo, pelo fato deste tipo de piso conter espaços entre as pedras que compõem o assoalho, permitindo, assim, que a água penetre ao solo.

Ao longo do parque foram encontrados diversos caminhos que ligam trilhas, atrativos e edificações. Quanto à ocorrência, a avaliação foi positiva, pois ocorre com bastante frequência no interior, e estão em bom estado de conservação. O que

foi constatado de negativo é que o piso, em grande parte destes traçados, é asfaltado, agravando ainda mais os problemas de escoamento de água do parque.

Figura 25 – Piso de asfalto na trilha central.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Alguns caminhos que levam a atrativos possuem pavimentação adequada, pois são íngremes, com degraus e corrimões, principalmente onde se dá o acesso à Gruta Nossa Senhora da Glória (Figura 26).

Figura 26 – Caminho com corrimão e degraus.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Porém, foram observados caminhos com corrimão quebrado, apresentando perigo para usuários com dificuldades de locomoção (Figura 27).

Figura 27 – Caminho com corrimão quebrado.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

No geral, os caminhos foram avaliados como razoáveis quanto às suas condições de conservação e acessibilidade. Em relação à acessibilidade de pessoas com dificuldades de locomoção foi avaliado como ruim, já que são poucas as rampas de acesso e poucos os locais acessíveis a esse público.

- Mirantes

O Parque do Ingá possui diversas áreas que podem ser consideradas mirantes, pois são locais elevados que possuem boa visibilidade para a contemplação da paisagem. A região do lago é a que possui o maior número de mirantes, sendo contabilizados 5 (Figura 28).

Figura 28 – Mirante na área ao redor do lago, local de contemplação e tranquilidade.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

- Palco/ Coreto

Observou-se a presença de um espaço com bancos e um palco todo talhado em madeira, descoberto. Esse local é bastante utilizado pelas escolas para a prática de educação ambiental com crianças (Figura 29).

Figura 29 – Área do palco com as cadeiras de madeira.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

No entanto, ele se encontra em condições precárias, precisando de reformas e adequações. Parece ser um espaço inacabado, localiza-se atrás da API, na região do lago, e fica no meio da mata. Não há nenhuma placa ou caminho indicando a existência desse local. O turista acaba conhecendo quase por acidente.

Recomenda-se à administração do parque, obras de adequação, reformas, acesso e placas indicativas são necessárias atualmente para otimizar o potencial turístico do referido espaço.

- Obras de arte

Foram contabilizadas 05 obras de arte, no total. Encontram-se, no geral, em bom estado de conservação e de acordo com o propósito e o contexto do parque. Na área frontal do parque, próximo a entrada, localiza-se uma estátua bem conservada, sentada em um banco. Trata-se de uma homenagem ao fundador do parque, o ex-prefeito Dr. Adriano José Valente. Encontra-se em ótimo estado de conservação.

Percorrendo o caminho central, no final deste, encontra-se a entrada do jardim japonês, marcada por um arco típico japonês (*torí*) (Figura 30). Encontra-se em bom estado de conservação e não representa poluição visual ao parque, está em harmonia com o restante da paisagem. O arco marca a entrada do Jardim Japonês.

Figura 30 – Portal (*torí*) de entrada do Jardim Japonês.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Localizado a leste do lago, na região do antigo zoológico é possível observar obras de arte de diversos animais da região. As obras estão em razoável estado de conservação.

Na mesma localidade, encontram-se obras descaracterizadas em função de serem representações faunísticas de animais de fora da região (Figura 31).

Figura 31 – Obras de arte de animais que não pertencem à fauna regional.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

- Chafariz

Há um único Chafariz em toda a área do parque, localizado no lago em frente à Gruta Nossa Senhora da Glória (Figura 32).

Figura 32 – Chafariz próximo à Gruta Nossa Senhora da Glória.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Permanece em bom estado de conservação e bom funcionamento, ligado em alguns momentos do dia.

- Estacionamento

O parque possui estacionamento somente para funcionários e empregados prestadores de serviços. Apesar do entorno do Parque do Ingá possuir ampla área de estacionamento público, dentro do parque não é permitido aos usuários e visitantes. Compreende-se que não há área suficiente para a construção de um estacionamento que possa atender ao público em geral, de forma eficiente. Porém, durante análise em campo, notou-se a existência de uma grande área frontal, mais do que suficiente para a criação de algumas vagas de estacionamento para atender usuários em condições especiais. Seria um número reduzido de vagas, a fim de atender idosos e pessoas com problemas de locomoção, melhorando a precária falta de acessibilidade dessas pessoas.

- Local de prática de exercícios físicos

A região central do Parque do Ingá, ao redor do lago, inicialmente, foi projetada para ser uma área de livre circulação e amplamente frequentada por pessoas que praticam exercícios físicos. Durante certo tempo foi a principal área recreativa e esportiva do parque. No entanto, recentemente, essa região vem perdendo espaço para a área do entorno do parque.

O principal fator dessa alteração de local das práticas esportivas está relacionado ao abandono que a região central do parque sofreu durante um longo período de tempo, gerando certo medo e desconfiança de boa parte dos usuários em relação à segurança. Outro fator está relacionado à pavimentação das pistas ao redor do lago, onde grande parte não é asfaltada, dificultando assim atividades como o “cooper” e o ciclismo.

Atualmente, o entorno do Parque do Ingá é mais frequentado do que o próprio parque, pelo menos durante a semana. O espaço conta com infraestrutura completa para a prática livre esportiva, possuindo pista de “cooper”, ciclovias, aparelhos de

exercícios, academia da terceira idade, e local reservado para a prática esportiva e de lazer de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) (Figura 33).

Figura 33– Academia da Terceira Idade e áreas de exercícios físicos para o público em geral.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Durante todo o dia, principalmente no final de tarde e começo da noite, um grande número de pessoas se reúnem para a prática esportiva, mas também para socializar. É possível observar muitos jovens reunidos no entorno do parque. Essa região parece estar cumprindo a função que o próprio Parque do Ingá deveria proporcionar, que é a socialização entre as pessoas em áreas de lazer.

- Parque Infantil e Academia da Primeira Idade (API)

A academia da Primeira Idade (API) localiza-se na região do lago (Figura 34). Os equipamentos são novos e estão em perfeito estado de conservação. Possui uma área grande para as crianças brincarem. No entanto, sofre com vandalismo e má utilização, haja vista que é possível verificar adultos utilizando os equipamentos que são projetados somente para atender o peso e tamanho infantil.

São áreas de lazer destinadas às crianças. O parque infantil (Figura 35) localiza-se na região leste, próximo ao museu, atrás do tanque de areia, onde encontram-se as réplicas dos animais. Está em bom estado de conservação, com brinquedos novos e bem cuidados.

Figura 34 – Academia da Primeira Idade (API).



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Figura 35 – Parque Infantil.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

- Quiosque de Alimentação

Localizado próximo ao lago, na parte norte, o quiosque encontra-se em bom estado de conservação, com construção adequada e integrada com o ambiente ao redor, e funciona de forma satisfatória, atendendo ao público visitante. Ao lado da lanchonete, há sanitários que também estão em bom estado de conservação, mas que necessitam de melhor sinalização e reformas externas. .

A edificação, conforme indica a Figura 36, não agride a qualidade visual do local e esta encontra-se em integração com o ambiente em que está inserida. É possível observar diversas placas de sinalização, assim como presença de lixeiras destinadas ao lixo comum e reciclável, e sanitário próximo.

Figura 36 – Quiosque de alimentação, de construção harmônica com o ambiente.

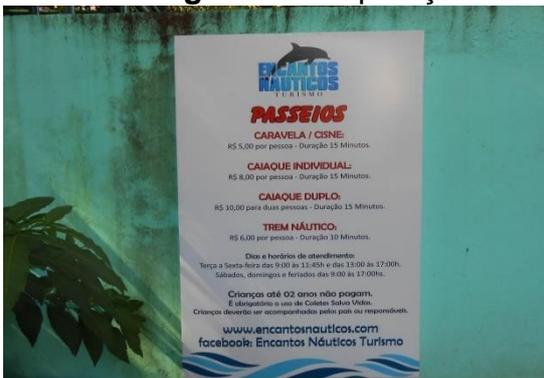


Fonte: Acervo do Autor (2015).

- Acoradouro

Construído em 1984, o ancoradouro localiza-se ao norte do lago e encontra-se totalmente reformulado e adequado para a prática de pedalinhos e passeios de pequenas embarcações turísticas. É cobrada uma taxa de R\$ 5,00²(cinco reais) para a utilização dos pedalinhos (Figura 37).

Figura 37 – Operação do Acoradouro para passeios turísticos.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

² Valor vigindo na data de 11 de março de 2015.

Observa-se que a área onde se encontram o quiosque e o ancoradouro é a mais bem conservada do parque, com 03 lixeiras destinadas a coleta de lixo seletivo e outras 05 a coleta comum. As placas que advertem sobre a preservação ambiental, nesta localidade, são novas e estão em bom estado de conservação. O local é bem sinalizado e de fácil acesso.

- Centro de Apoio ao Turista

Segundo a administração do parque, encontra-se em construção o Centro de Apoio ao Turista (Figura 38), que será um espaço com os mesmos objetivos da abandonada “Associação de Defesa e Educação Ambiental de Maringá”. Será construído em forma de auditório, sob concessão de empresa privada, que poderá locar o espaço para convenções e eventos.

Figura 38 – Área de construção do futuro Centro de Apoio ao Turista.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Nota-se que o local de construção é inadequado ao propósito de ser um espaço destinado ao visitante, pois se localiza em uma área longe da entrada, dificultando, assim, a principal função de receptividade que um centro de visitantes deve ter.

A exemplo de muitos outros parques que trabalham com programas de conscientização e sensibilização ambiental, a construção teria que ser feita na entrada, antes do visitante conhecer qualquer área do parque, pois neste espaço, deveria receber, além de diversas instruções, a informação de como se portar em um parque urbano.

- Edificações Institucionais

As edificações institucionais do parque, em sua maioria, encontram-se em péssimo estado de conservação. São edificações antigas que carecem de reformas e adequações para se integrar melhor à estética do parque, assim como melhorar a receptividade para com o visitante.

O edifício da administração do Parque do Ingá, localizado à direita, próximo do portão de entrada, é um exemplo do que foi exposto anteriormente (Figura 39).

Figura 39 – Área da administração do parque. Escadas inadequadas para receber visitantes.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Há um número grande de edificações abandonadas em todo o parque. A mais marcante é a antiga Associação de Defesa e Educação Ambiental de Maringá, local destinado aos visitantes e turistas para a prática de educação ambiental e sensibilização. O espaço era normalmente ocupado por escolas de educação infantil, Ensino Fundamental e anos iniciais do Ensino Médio.

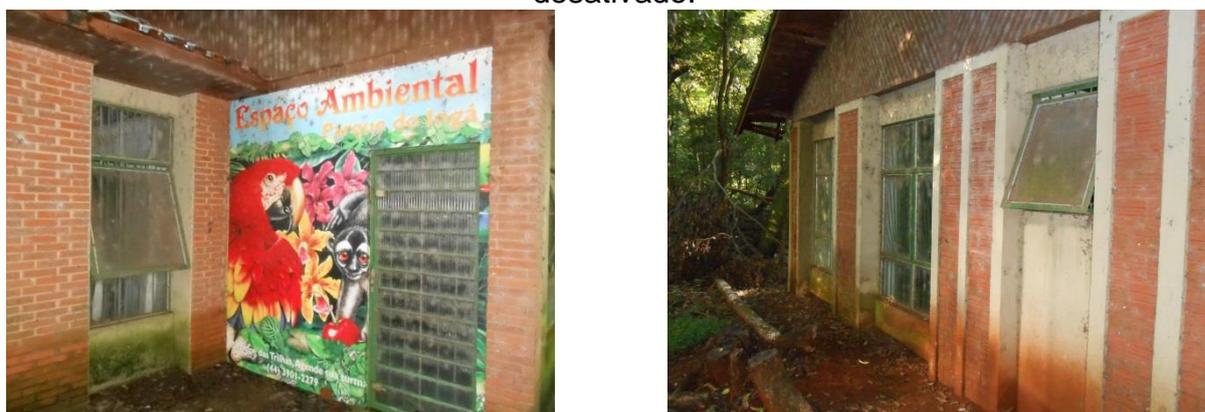
Localizada ao lado esquerdo da entrada do parque, foi inaugurada em 1988, em estilo de construção harmonizado com o ambiente natural. Sua construção foi definida em 1984 pela Lei Municipal Nº 1770/84 e deveu-se à importância da ONG ambientalista na defesa dos recursos naturais e ambientais da região.

No momento da pesquisa, a construção encontrava-se em situação indefinida. Não havia nenhuma atividade acontecendo. Observou-se pelo péssimo estado de

conservação do local e pela falta de qualquer material dentro da edificação. Há necessidade urgente de reforma ou adequação do espaço (Figura 40).

Segundo a administração do parque o espaço não existirá mais, em função da construção do Centro de Apoio ao Turista, auditório que está sendo construído na região do antigo zoológico, na parte sudoeste do parque.

Figura 40 – Antiga Associação de Defesa e Educação Ambiental de Maringá. Local desativado.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Um espaço de educação ambiental utilizado pela comunidade e também por visitantes e turistas é fundamental para a utilização do parque em favor da comunidade local. Muitos dos problemas recorrentes encontrados no parque estão ligados ao mau uso do mesmo, muitas vezes, devido a uma falta de conscientização da população da importância do espaço. Por isso, a importância da manutenção de um espaço deste tipo, principalmente na entrada, no qual o visitante receberia as instruções de melhor utilização do parque e, de sua relevância ambiental.

Outra construção que se encontra em estado de abandono é o antigo local de venda de ingressos (Figura 41). Trata-se da antiga bilheteria do zoológico, museu, arborismo e tirolesa. Segundo a administração do parque, será reativada em caso de funcionamento da tirolesa e, das atividades de arborismo.

Figura 41 – Local abandonado, sede de vendas de ingresso das atividades recreativas.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Outro local que apresenta problemas é o museu (Figura 42). Ele está desativado. Mas a administração do parque e funcionários, presentes no local durante pesquisa de campo, confirmaram que a área passa por reformas, assim como outras áreas do parque, passa por adequações e melhorias para o melhor funcionamento e atendimento aos visitantes.

Figura 42 – Museu na parte leste do parque, passa por reformas.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

- Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Especiais (PNE)

A mobilidade por rampas de acesso para PNEs é precária e não atende aos parâmetros de acessibilidade previstos em lei. O parque não tem estrutura para

receber visitantes nestas condições, pois não há um número razoável de rampas de acesso e nem banheiros adaptados aos deficientes.

Observa-se que algumas áreas do parque possuem asfalto, o que permite a acessibilidade a esse tipo de público, porém são poucos os atrativos que fornecem rampas de acesso. Foi detectada apenas uma rampa que dá acesso à Gruta Nossa Senhora da Glória, um dos principais atrativos do Parque do Ingá.

A falta de estacionamento para PNEs é um dos principais agravantes à falta de acessibilidade do parque.

- Comunicação Visual

A comunicação visual do parque é precária, limitando-se a pequenos avisos de educação e conduta ambiental. Não há placas indicativas com os nomes dos caminhos e trilhas. A falta de painel de localização e interatividade com o usuário, na entrada do parque são os principais agravantes.

Não há placas na entrada, situando o turista, comunicando o posicionamento dos atrativos turísticos, trilhas, caminhos, sanitários, quiosque de alimentação, entre outros. Nos atrativos foram detectadas placas avisando quando de sua entrada. Existem placas muito mal localizadas e em péssimo estado, assim como placas com os dizeres “preserve o patrimônio público”, em estado semelhante (Figura 43).

Figura 43 – Placas mal posicionadas e em péssimo estado.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Nota-se um número muito baixo de placas que indicam nome de espécies arbóreas. As existentes estão em estado precário. Porém, na região do lago,

próximo ao ancoradouro e o quiosque a comunicação visual é boa. As placas são melhores estruturadas e mais novas.

A comunicação visual, no geral, foi classificada como péssima, necessitando da presença de painéis na entrada e placas indicativas dos caminhos para os atrativos turísticos, sanitários, entre outros. O vandalismo se faz presente nas placas do parque. Na sua maioria, são pichações em cima dos letreiros.

Segundo a administração do parque, o vandalismo é o principal fator da precariedade das placas implantadas. Não há efetivo para vigilância patrimonial, muitas placas acabam sendo pichadas ou arrancadas do seu local de origem.

A administração do parque afirma que existem projetos para a colocação dos painéis interativos, novas placas e indicativos visuais, porém, aguarda verbas do município para poder colocá-los em prática.

- Caixas de Som / Autofalante

Foram identificadas 13 caixas de som, ao longo do parque. Elas estão espalhadas nos locais de maior gradiente de visitação. São caixas fixas, em postes parecidos com as luminárias (Figura 44). Foram avaliadas quanto ao seu funcionamento e quanto à sua ocorrência, estando em perfeito estado de funcionamento, e ocorrem em quantidade razoável.

Figura 44 – Caixa de Som / Autofalante posicionado no caminho das trilhas.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Percebe-se a presença das caixas de som, em maior número, nos locais de maior gradiente de visitação, próximos a atrativos turísticos relevantes, como é o caso do lago, do quiosque e ancoradouro, e na área próxima à entrada do parque. Em campo, foi possível observar seu funcionamento algumas vezes, sendo avaliado positivamente.

- Equipamentos turísticos abandonados

A Tirolesa e o arborismo encontram-se desativados por falta de efetivo e manutenção por parte da prefeitura. Segundo a administração, só voltarão a operar em regime de concessão, pois não há efetivo e interesse por parte da prefeitura em operar diretamente estes equipamentos, que requerem cuidados e especialização.

Segundo a administração, há um entrave da secretaria do meio ambiente em colocar em funcionamento equipamentos desse estilo em parques urbanos, em virtude de que essas atividades oferecem perigo e podem causar graves acidentes.

A grande questão é que os equipamentos são mantidos no parque com placas de aviso e grades para a não utilização, e mesmo assim, constantemente, alguns usuários, principalmente crianças e adolescentes se penduram na tirolesa (Figura 45) e nas cordas do arborismo (Figura 46). Portanto, se não houver a perspectiva de otimização do espaço, a favor do turismo, recomenda-se a retirada imediata dos equipamentos. Caso isso não seja possível, recomenda-se que se dificulte ainda mais o acesso a essas estruturas, aumentando o número de placas, tendo em vista que em alguns locais não há, ou foram retiradas, e também cercando esses equipamentos de maneira mais eficiente.

Figura 45 – Tirolesa abandonada.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Figura 46 - Equipamento de arborismo abandonado



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Recomenda-se a retirada imediata de toda esse equipamento, em virtude de estar desativada há um tempo razoável, somente oferecendo riscos à população.

7.2 AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS EQUIPAMENTOS

Em função do levantamento apresentado anteriormente, baseado na metodologia De Angelis (2000), os equipamentos foram avaliados quanto à conservação, localização, quantidade, condição de uso, material a ser utilizado, quesitos como conservação, manutenção, acessibilidade, limpeza, estética, e quanto ao equilíbrio visual e harmônico com os demais componentes da paisagem. O formulário 2 apresenta a avaliação dos equipamentos de acordo com as notas estabelecidas para cada equipamento.

Os bancos foram avaliados como regulares, com nota 2,0, pois ainda que em algumas áreas do parque eles estejam em péssimas condições, nas áreas do entorno do lago, quiosque de alimentação, hall de entrada do parque e gruta, encontram-se em bom estado de conservação. Porém, orienta-se a retirada imediata dos bancos de madeira ou de concreto sem apoio, muitos deles configurando perigo ao usuário.

A iluminação foi considerada boa, recebendo nota 3,5 em função de seu estado de conservação e frequência, mesmo que não detectada em alguns pontos do parque. No geral, está presente em localidades onde há edificações, nos caminhos e trilhas principais, entorno do lago e quiosque.

O item lixeira foi avaliado como bom, com nota 3,0, pois a frequência e condições desta são satisfatórias.

Os sanitários receberam nota 3,0, avaliados como bons, pois passaram por reformas recentes, para adequação às necessidades dos usuários. Encontram-se bem distribuídos na área do parque.

O item telefone público foi avaliado como regular, recebendo nota 2,0, pois entende-se haver necessidade de uma quantidade maior de telefones na área interna do parque, mesmo que no hall de entrada. Um único item foi constatado na parte externa ao parque.

Os bebedouros foram avaliados como regular, recebendo nota 2,0, necessitando de algumas reformas e placas indicando quando a água é potável.

Os caminhos e trilhas apresentam-se bem pavimentados, porém, observa-se grande quantidade de piso asfaltado, o que faz com que se agravem problemas de escoamento de água. Portanto, esse item foi avaliado como regular, recebendo nota 2,0.

Formulário 2 - Avaliação qualitativa de equipamentos, estruturas e mobiliário.

ITENS AVALIADOS	NOTA
01. Bancos:	2,0
02. Iluminação	3,5
03. Lixeiras	3,0
04. Sanitários	3,0
05. Telefone público	2,0
06. Bebedouros	2,0
07. Piso	2,0
08. Traçado dos caminhos	3,5
09. Mirantes	3,5
10. Palco/ Coreto	1,5
11. Obras de arte	2,0
12. Espelho d'água/chafariz	3,0
13. Estacionamento	1,0
14. Equipamentos para exercícios físicos	4,0
15. Parque infantil	4,0
16. Quiosque para alimentação ou similar	4,0
17. Ancoradouro	4,0
18. Centro de Apoio ao Turista	2,5
19. Vegetação	4,0
20. Paisagismo	3,0
21. Localização: () zona residencial () zona comercial () zona industrial (x) zona mista	4,0
22. Limpeza	2,0
23. Segurança	1,5
24. Comunicação visual	1,0
25. Edificações institucionais	1,5
26. Rampas de acesso	2,0
27. Caixas de som/autofalante	4,0
27. Conjunto da obra	2,5

Na avaliação qualitativa, cada um dos itens foi avaliado por conceitos péssimo, regular, bom e ótimo, aos quais correspondem notas que variam em uma escala de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro): 0 —| 1,5 ↔ péssimo; 1,5 —| 2,5 ↔ regular; 2,5 —| 3,5 ↔ bom; 3,5 — 4,0 ↔ ótimo.

Fonte: De Angelis (2000), adaptação do autor.

O traçado dos caminhos é satisfatório, avaliado como bom, recebendo nota 3,5. Apresenta-se em bom estado de conservação e em quantidade adequada de acesso às diversas áreas do parque e trilhas.

Os mirantes foram avaliados como bons, com nota 3,5. Possuem boa qualidade paisagística e boa visibilidade, precisando apenas de melhoras na infraestrutura para o conforto do usuário.

Com relação ao item palco/ coreto, avaliou-se como péssimo, atribuindo-se a nota 1,5. Considerou-se o lugar abandonado, sem sinalização e em péssimo estado de conservação. Trata-se de uma obra inacabada.

As obras de arte do parque encontram-se, em sua maioria, em bom estado de conservação e estão de acordo com o propósito e o contexto do parque. Porém, observou-se a existência de obras de arte que não condizem com a fauna local, dando um “ar” de artificialidade ao lugar. Deste modo, foram consideradas regulares, recebendo nota 2,0.

Quanto aos espelhos d’água e chafariz existe apenas um no parque, próximo à Gruta Nossa Senhora. Ele foi avaliado como bom. Está bem conservado, em funcionamento, recebeu nota 3,0.

O estacionamento é inexistente para os usuários do parque com problemas de locomoção ou idosos. Funciona somente para atender aos funcionários ou prestadores de serviço. Portanto, foi avaliado como péssimo, recebendo nota 1,0. Recomenda-se a abertura do estacionamento para pessoas com problemas de locomoção e idosos, pois existe uma área considerável no hall de entrada do parque com capacidade de atender essa pequena demanda.

Os equipamentos de prática de exercícios localizam-se na área externa ao parque, próximos à entrada, são novos e estão em ótimo estado de conservação. Foram avaliados como ótimos, sendo atribuída nota 4,0. No entanto, notou-se a falta de incentivo à prática esportiva no interior do parque, pois não se pode entrar de bicicleta ou outros instrumentos de lazer.

O parque infantil e a academia da primeira idade (API) estão em ótimo estado de conservação, os equipamentos são novos e adequados ao uso infantil. Avaliados como ótimos, receberam nota 4,0.

O quiosque de alimentação também foi avaliado como ótimo, em bom estado de conservação, tem arquitetura adequada e integrada ao ambiente, sem agressão

ao visual do parque. Possui placas de indicação e boa quantidade de lixeiras de lixo comum e lixo reciclável. A nota atribuída foi 4,0.

O ancoradouro encontra-se na área mais estruturada do parque, com presença próxima de bancos, lixeiras, placas de indicação e limpeza. Trata-se hoje do principal atrativo do parque. Foi avaliado como ótimo, recebendo nota 4,0. Vale ressaltar que a avaliação foi feita em relação à adequação de sua atividade. Não está sendo discutido, no presente trabalho, o mérito de cobrança de serviço em parque público, pois este não é o enfoque do tema.

Em relação ao Centro de Apoio ao Turista, o local encontra-se em construção, não sendo possível avaliar quanto ao seu estado de conservação ou características arquitetônicas, mas é possível avaliar em relação ao local em que este está sendo construído. Trata-se de uma área afastada do parque, na parte sudoeste. Entende-se que um centro de recepção deve ser construído em uma área próxima à entrada, pois é uma estrutura voltada a dar orientações, palestras e educação ambiental, para ai sim o visitante conhecer o parque. Com isso, avaliou-se como regular a construção deste centro, atribuindo-se nota 2,5.

Não foi efetuado, no presente trabalho o levantamento vegetativo para verificação da presença de espécies invasoras. A avaliação do item vegetação foi pautada somente na observação da paisagem. Foi avaliado como ótimo, recebendo nota 4,0 por ser um componente de extrema importância para a atração de turistas ao parque. Trata-se de um exemplar de vegetação nativa em meio ao centro de Maringá.

Quanto ao paisagismo, foi avaliado como bom, atribuindo-se nota 3,0. No geral, a questão da estética visual do parque é boa, porém em alguns locais há aspecto de abandono, como é o caso do acúmulo de material orgânico em áreas do córrego.

A localização do Parque do Ingá é considerada ótima, por estar em meio ao centro da cidade, em uma zona mista (residencial e comercial). A nota atribuída é 4,0.

Quanto ao item limpeza, foi considerado satisfatório, atribuindo-se nota 2,0, avaliado como regular. A limpeza nos banheiros é efetuada com certa frequência, nos caminhos, trilhas e atrativos. Local onde se nota a presença regular de limpeza é o jardim japonês. Porém, na área próxima à Gruta Nossa Senhora, na região do

córrego, observa-se grande quantidade de material orgânico em depósito na água, exigindo limpeza e manutenção do local.

A segurança do parque foi considerada insatisfatória, ruim. Há apenas um guarda na entrada do parque que monitora a entrada de todos os visitantes, mas em períodos de muita demanda, principalmente fins de semana e feriados, deveria haver um contingente maior de guardas espalhados pelo parque para a segurança dos visitantes. Portanto, avaliou-se com nota 1,5 esse item.

A comunicação visual do parque é precária e limita-se a pequenos avisos de educação ambiental. Não há placas indicando os locais de acesso, trilhas e atrativos. Foi avaliada como péssima, recebendo nota 1,0. Recomenda-se a instalação de painel na entrada informando os principais atrativos e trilhas do parque, assim como placas de identificação dos locais. A parte do quiosque e ancoradouro é a mais bem estruturada quanto à comunicação visual.

As edificações institucionais, em sua maioria, encontram-se em péssimo estado de conservação. São antigas, inadequadas ao acesso público e não estão em harmonia arquitetônica com o parque. Além disso, é grande o número de edificações abandonadas no interior do parque, mesmo verificando que muitas delas passam por reformas de adequação. Portanto, avaliou-se como péssimo, atribuindo-se nota 1,5.

A mobilidade por rampas de acesso para PNEs é precária e não atende aos parâmetros de acessibilidade de locais públicos. Recentemente, com a reforma da fachada do parque, foi instalada uma rampa de acesso na entrada, o que melhorou um pouco essa questão. O interior do parque possui áreas asfaltadas e isto facilita a locomoção dessas pessoas. Observa-se rampas de acesso em alguns locais apenas, como a Gruta Nossa Senhora, por exemplo. Portanto, avaliou-se como regular a presença de rampas de acesso, sendo atribuída nota 2,0.

As caixas de som e auto falantes foram avaliadas como ótimos em seu estado de conservação, frequência e funcionamento. Estando presente em regiões onde há maior gradiente de visitação. Atribuiu-se nota 4,0.

Quanto ao “conjunto da obra”, avalia-se a infraestrutura do Parque do Ingá como de regular para bom, atribuindo-se nota 2,5. No geral, pode-se destacar que o parque passa por inúmeras reformas e melhorias que já podem ser observadas em visitas recentes. O parque está mais bem cuidado e limpo. A operação do ancoradouro e as reformas no quiosque agregaram valor.

Conforme o exposto anteriormente há um número grande de equipamentos abandonados que podem oferecer perigo à população, precisam ser retirados com urgência. Os bancos que oferecem perigo e desconforto ao visitante devem ser substituídos por bancos com encosto, os mirantes devem receber maiores cuidados para a acomodação de visitantes, em virtude de possuírem enorme potencial turístico. No entanto, o que chama mais atenção é a precariedade da segurança e comunicação visual do parque.

8 RESULTADO DA ANÁLISE DA QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM

Primeiramente, conforme aponta a segunda etapa metodológica do presente trabalho, foi efetuada a seleção das fotografias a serem utilizadas para as entrevistas e aplicação dos questionários para os turistas no Parque do Ingá, através da análise técnica destas. Em seguida, após a escolha, baseada na análise técnica das fotografias, foi realizada a pesquisa com 163 turistas no parque, a fim de tentar avaliar as paisagens que melhor representam as preferências paisagísticas, por parte dos entrevistados.

8.1 ANÁLISE TÉCNICA DAS PAISAGENS

Foram selecionadas 30 fotografias para a valoração da paisagem. Estas foram divididas em classe alta (A), média (M), e baixa (B), de modo que cada classe fosse representada por 10 fotografias cada.

No geral, as paisagens de classe alta (A) apresentaram um número alto de elementos de vegetação, pouco elemento céu e pouca urbanização em relação às demais classes. São fotografias tiradas no interior do parque, as quais mostram ambientes internos e da parte do lago, algumas contando também com obras de artes e componentes arquitetônicos.

As paisagens de classe baixa (B) apresentaram, no geral, grande quantidade de elementos de urbanização, em relação às demais classes. Apresentaram também considerável quantidade de elemento céu e, poucos elementos de vegetação ou lago. As de classe média (M) apresentaram elementos equilibrados de vegetação ou lago, mas possuem um número maior de elemento céu em relação à classe alta.

Observou-se que entre os elementos naturais, quanto maior a presença de céu, menor a presença de vegetação arbórea e lago, afetando negativamente a valoração das paisagens, uma vez que a maior presença deste componente causa, conseqüentemente, a menor presença de componentes que possuem maior valoração.

Componentes como a vegetação arbórea e o lago afetaram positivamente a valoração das fotografias avaliadas. As fotos com uma proporção maior destes elementos receberam alta valoração paisagística.

Devido ao sistema de valoração adotado, baseado na metodologia Bobrowski et al (2010), a predominância da melhor qualidade visual para paisagens ocorreu onde havia maior proporção de vegetação arbórea ou lago, conforme valor obtido pela análise da paisagem da fotografia 16, por exemplo. Também, observou-se a obtenção de valores menores para paisagens que apresentaram maior proporção dos componentes: urbanização, grades e cercas, representando paisagens com mais alto grau de depreciação visual da paisagem natural (Tabela 2).

Tabela 2 – Valoração da Paisagem de acordo com os valores dos elementos.

Foto	Componentes Naturais					Componentes Antrópicos								Resultado		
	Céu		Vegetação		Água		Urb.	Elementos arquitetônicos							QVP	
	C	H	A	Cr	L	U	1	2	3	4	5	6	7	8	V	C
1	2	2	64	0	0	0	0	33	0	0	2	14	0	0	354,45	M
2	3	1	67	0	0	0	0	25	0	0	4	0	17	0	332,6	M
3	2	3	85	0	0	0	0	16	0	2	9	0	0	0	320,3	M
4	3	1	85	0	0	0	0	13	0	3	12	0	0	0	303,05	B
5	0	9	88	0	0	0	0	3	0	1	16	0	0	0	289,75	B
6	0	14	78	0	6	0	0	11	0	0	8	0	0	0	329,7	M
7	20	0	65	0	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	330,40	M
8	10	5	67	0	27	3	0	5	0	0	0	0	0	0	332,55	M
9	38	0	21	0	58	0	0	0	0	0	0	0	0	0	290	B
10	30	0	41	0	45	1	0	0	0	0	0	0	0	0	302,2	B
11	26	0	20	0	69	2	0	0	0	0	0	0	0	0	304,80	B
12	21	0	73	0	20	3	0	0	0	0	0	0	0	0	309,60	B
13	0	3	94	0	0	0	0	20	0	0	0	0	0	0	371,1	A
14	8	14	44	0	4	0	0	23	0	0	0	0	23	1	348,3	M
15	5	14	45	0	48	5	0	0	0	0	0	0	0	0	331,0	M
16	0	8	90	0	0	0	0	14	0	0	0	0	0	14	397,5	A
17	0	14	68	0	0	0	0	25	0	0	0	0	0	10	367,25	A
18	8	4	59	0	0	0	0	40	0	0	0	0	0	6	349,20	M
19	16	0	32	0	65	4	0	0	0	0	0	0	0	0	314,4	B
20	0	5	74	0	0	0	0	29	0	0	0	8	0	1	369,35	A
21	22	0	38	0	54	3	0	0	0	0	0	0	0	0	307,4	B
22	41	0	30	0	19	1	0	0	0	0	0	0	0	26	274,8	B
23	22	0	49	0	44	2	0	0	0	0	0	0	0	0	313,6	B
24	0	17	78	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	0	369,4	A
25	1	2	72	0	0	0	0	15	7	0	0	0	0	20	365,75	A
26	0	7	105	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	373,2	A
27	6	10	85	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	358,6	M
28	0	16	35	62	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	365,8	A
29	0	12	98	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	372,15	A
30	0	9	76	0	0	0	0	26	0	0	0	2	0	4	368,8	A

Nota: C – céu; Vegetação: H – herbácea, A – arbórea; Água: Cr – córrego, L-lago; Componentes Antrópicos: U- urbanização; 1- portal, 2- acessos, 3- grutas, 4- pontes, 5- grades e cercas, 6- obras de arte, 7- elementos arquitetônicos, 8- equipamentos do parque; QVP – qualidade visual da paisagem: V – valor, C – classe (A – alta; M – média; B- baixa).

Fonte: Bobrowski et.al (2010), adaptação do autor.

As paisagens das fotografias 16 e 25 foram classificadas como qualidade visual alta na análise técnica, representando, respectivamente, a melhor e a pior colocada nos limites da classe (A). As duas paisagens têm a característica de serem fotografias de grande proporção de componentes vegetais e sem nenhum componente que causa depreciação da qualidade visual, como é o caso da urbanização, por exemplo. A figura 16 possui a maior proporção de vegetação, seguida do componente caminhos e, equipamentos. A figura 25 possui uma proporção menor de componentes de vegetação, mas conta também com a presença da gruta.

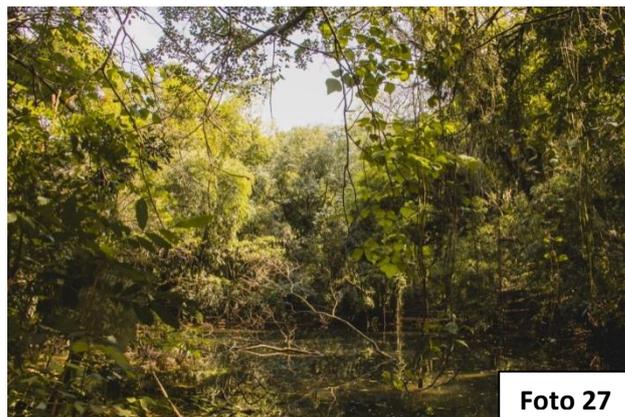
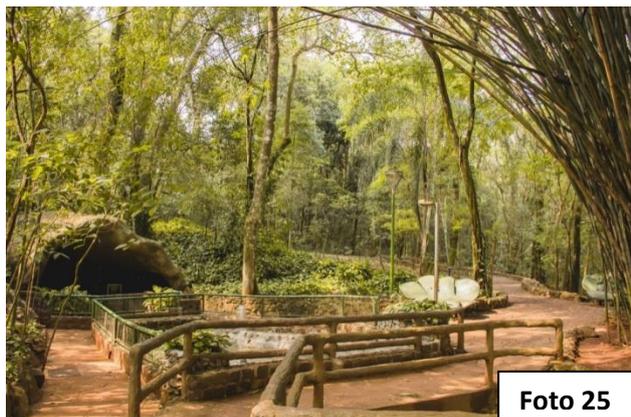
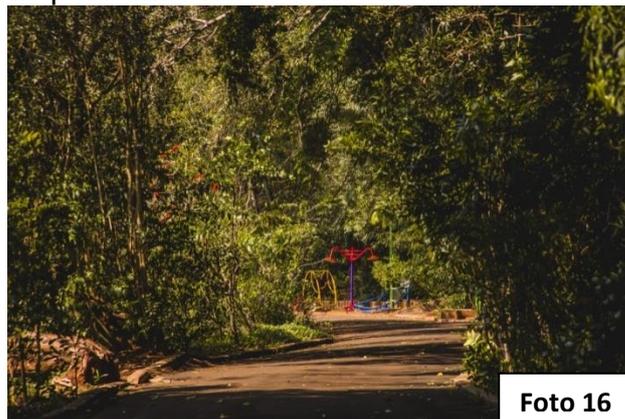
As paisagens das fotografias 27 e 3 foram classificadas como qualidade visual média, representando, respectivamente, a melhor e pior colocada nos limites da classe (M). A paisagem representada na foto 3 possui certo equilíbrio dos elementos que a compõe, com grande proporção de componentes vegetais, mas com a presença de componente céu. Porém, o que marcou maior depreciação visual nesta paisagem foi a presença de grades, fazendo com que a paisagem se desvalorizasse, não recebendo avaliação alta. Já a paisagem da fotografia 27 apresentou alto grau de componentes de vegetação, mas também conta com a presença de componentes céu e, córrego, perdendo pontos na análise valorativa.

Com relação às paisagens das fotografias de número 19 e 22, foram classificadas como qualidade visual baixa, representando, respectivamente, a melhor e a pior colocada nos limites da classe (B). A paisagem que representa a foto 19, apesar de apresentar significativa proporção de elementos de alta valoração, como é o caso do lago, apresenta alta proporção dos componentes céu e uma grande proporção do componente urbanização, o que depreciou demasiadamente a qualidade visual desta. A paisagem de número 22 foi a pior avaliada pela presente metodologia, pois apresenta pouca ocorrência de componentes de vegetação e lago, mas grande ocorrência de componentes céu, equipamentos e, urbanização em sua paisagem.

8.2 PREFERÊNCIA DOS TURISTAS

As seis fotografias utilizadas para a avaliação nas entrevistas foram as de número 03, 16, 19, 22, 25 e 27 (Figura 47).

Figura 47 - Fotografias selecionadas para entrevistas com turistas.



Fonte: Fotos de Polyana Fuzer (2015)

Para facilitar a aplicação da metodologia e da análise dos dados, foi adotada a numeração de 1 a 6 das fotografias acima selecionadas. Porém, a fim de a ordem interferir da menor maneira possível, efetuou-se essa classificação de forma aleatória, resultando na ordem, mostrada na figura 48, abaixo:

Figura 48 - Ordem das fotos selecionadas para pesquisa com turistas.



Fonte: Fotos de Polyana Fuzer (2015)

8.2.1 Perfil dos turistas entrevistados

A pesquisa foi efetuada no Parque do Ingá entre os dias 23 e 24 de janeiro e 06, 07, 08 e 09 de fevereiro de 2016. Foram entrevistados 163 visitantes, identificados como turistas. Utilizou-se o critério de distinção entre visitantes e turistas, no qual se considerou turista aquele que não visita a cidade regularmente a trabalho, e não possui vínculo familiar que acarrete deslocamentos periódicos a Maringá.

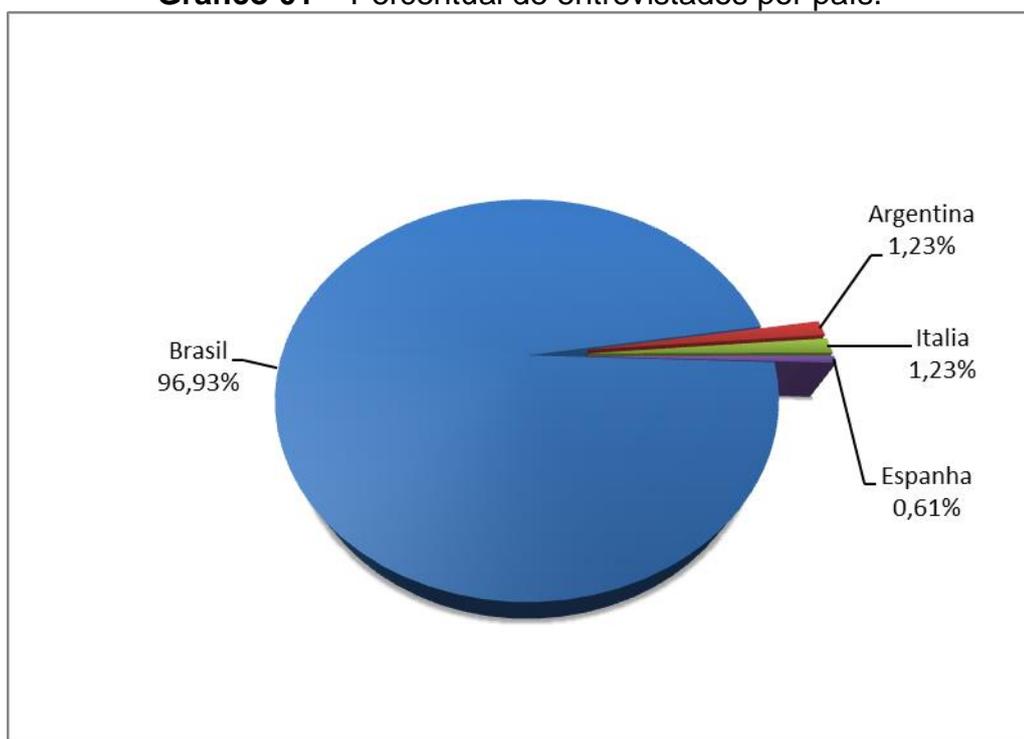
Os dados observados permitem perceber as limitações da pesquisa e traçar um perfil dos turistas que frequentam o parque do Ingá nos períodos de Janeiro e Fevereiro. É importante ressaltar que a pesquisa foi efetuada em um período curto,

de verão, característico de férias escolares e trabalhistas, podendo sofrer variações durante as estações do ano.

Os dados estatísticos foram tratados de maneira auxiliar pela profissional de estatística Liniane Gazola, cujo número de registro é 9063-A.

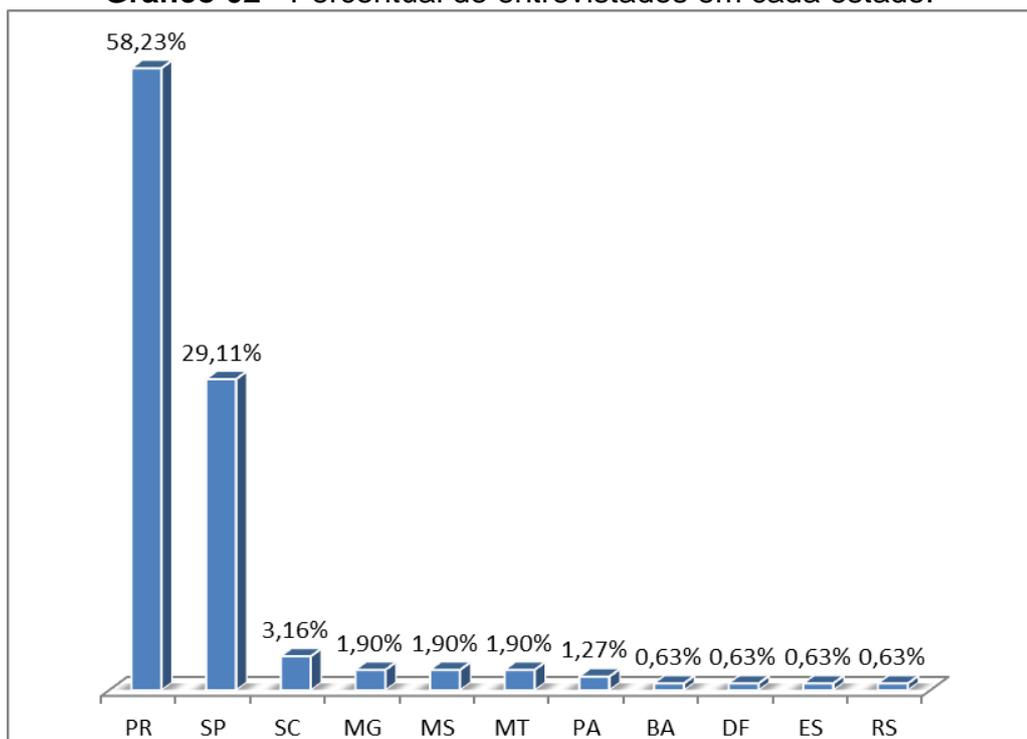
A grande maioria dos entrevistados é composta por brasileiros, e somente 3,07% dos turistas são oriundos de outros países (Argentina 1,23%, Italia 1,23%, Espanha 0,61%) (Gráfico 01). Apesar do número de turistas estrangeiros ser pequeno e influenciar pouco na presente pesquisa, este dado serve para indicar a presença deste tipo de turista na região.

Gráfico 01 – Percentual de entrevistados por país.



Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016)

A pesquisa mostrou que 58,23% dos visitantes são do estado do Paraná, seguido por 29,11% de São Paulo. O estado de Santa Catarina vem em seguida com 3,16%. Os estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso apresentaram cada um 1,90% dos entrevistados. Do Pará 1,27%, e os Estados: Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Distrito Federal e Bahia apresentaram cada um 0,6% (Gráfico 02).

Gráfico 02 - Percentual de entrevistados em cada estado.

Fonte: elaborado por Liniane Gazona (2016).

A maior parte dos entrevistados é do Paraná, provenientes de cidades próximas à região de Maringá e Curitiba. Porém, é possível observar um número considerável de turistas advindos de São Paulo, tanto do interior quanto da capital. Mesmo com a maior parte dos turistas originários destes dois estados, foi possível observar, entre os turistas a variedade de cidades de proveniência.

Do total dos entrevistados, 53% são do sexo feminino e 47%, do masculino. Da amostra de entrevistados em outros estados, observa-se 51,23% feminino e 45,68% masculino (Tabela 3). No Paraná a proporção é de 33,76% mulheres para 24,20% de homens, já no estado de SP é de 11,46% feminino e 17,83% masculino.

Tabela 3 –Gênero conforme o estado de origem dos visitantes.

Gênero			
Estado	Feminino	Masculino	Total
PR	33,76%	24,20%	57,96%
SP	11,46%	17,83%	29,30%
SC	0,64%	2,55%	3,18%
MG	1,91%		1,91%
MS	1,27%	0,64%	1,91%
MT	1,27%	0,64%	1,91%
PA	1,27%		1,27%
BA		0,64%	0,64%
DF	0,64%		0,64%
ES		0,64%	0,64%
RS	0,64%		0,64%
Total	52,87%	47,13%	1000,00%

Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

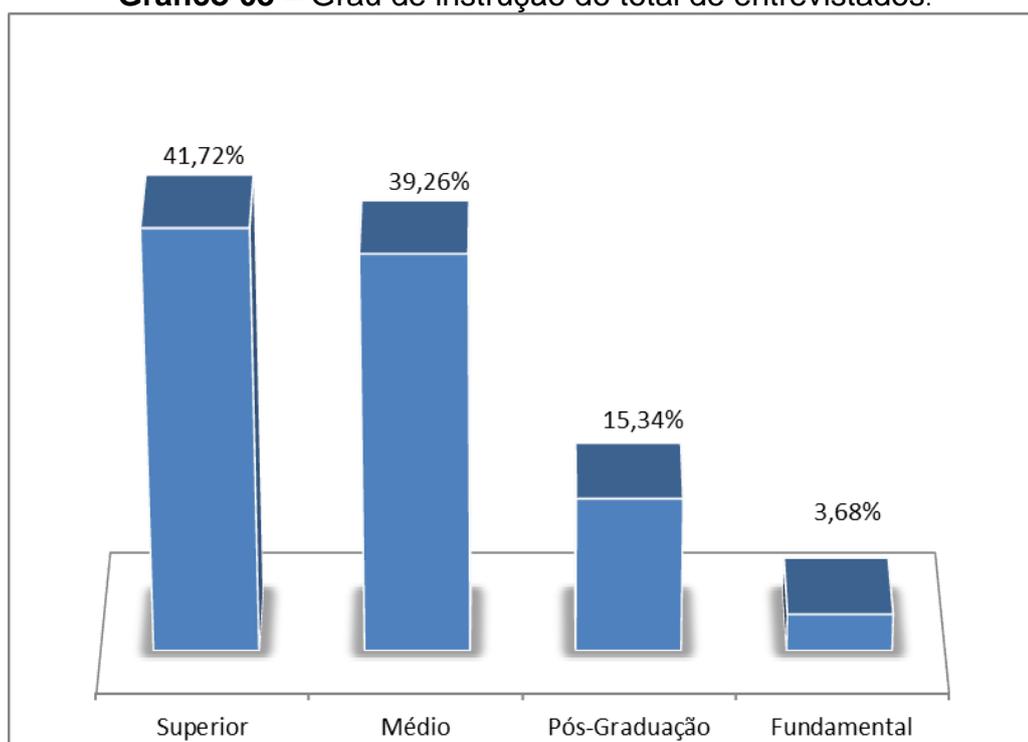
A faixa etária predominante dos entrevistados foi a de 19 a 28 anos, com 29,01%. Dos 28 aos 37 de 25,93%, e de 37 a 46 anos de 20,37% (Tabela 4).

Tabela 4– Tabela da idades dos entrevistados.

Idade	Feminino	Masculino	Total
10 - 19	3,70%	1,23%	4,94%
19 - 28	14,20%	14,81%	29,01%
28 - 37	15,43%	10,49%	25,93%
37 - 46	11,11%	9,26%	20,37%
46 - 55	3,09%	6,79%	9,88%
55 - 64	4,32%	2,47%	6,79%
64 - 73	0,62%	1,23%	1,85%
73 - 82		0,62%	0,62%
82 - 91	0,62%		0,62%
Total	53,09%	46,91%	100%

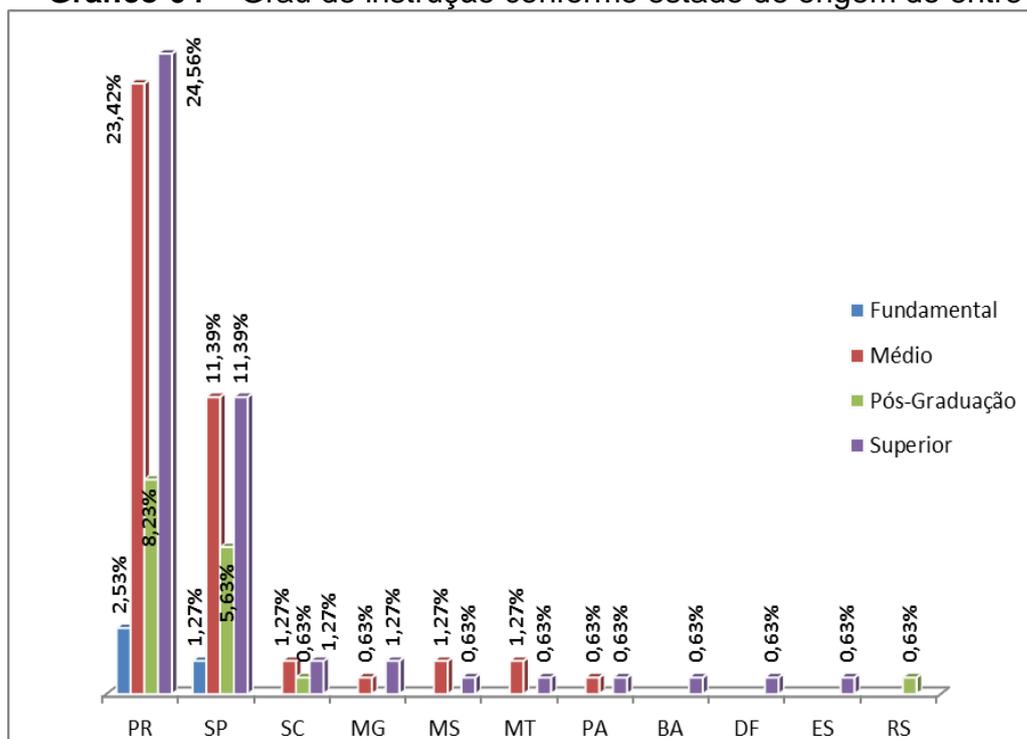
Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

Com relação ao grau de instrução, nota-se que 41,72% tem curso superior, 39,26% o ensino médio, e 15,34% possuem pós - graduação (Gráfico 03).

Gráfico 03 – Grau de instrução do total de entrevistados.

Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

No âmbito nacional, 40,49% tem ensino superior, 38,65% ensino médio, 14,11% pós - graduação, 3,68% fundamental. Nos demais países, nota-se que os entrevistados tem ensino superior e médio em sua maioria. Ainda com relação ao grau de instrução, verificou-se que no Paraná 24,56% possuem ensino superior e, 23,42% ensino médio, 8,23% pós - graduação e 2,53% ensino fundamental (Gráfico 04).

Gráfico 04 – Grau de instrução conforme estado de origem do entrevistado.

Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

8.2.2 Análise da preferência paisagística do turista

Foi realizado levantamento, através dos questionários da ordem de preferência das fotografias em todas as colocações. A Foto 01 foi escolhida pela maioria dos entrevistados como a que representa melhor qualidade visual da paisagem para o Parque do Ingá. A Foto 03 foi a última na preferência da maioria dos entrevistados, sendo eleita a que maior representa a depreciação visual do parque.

A correlação das variáveis e análises cruzadas foram efetuadas apenas para a primeira e última colocada, devido ao enfoque do presente trabalho em eleger a paisagem mais valorada e a menos valorada para o turismo. Com os dados extraídos e a aplicação dos questionários possibilitou verificar se há correlação entre as variáveis da pesquisa (grau de instrução, gênero, idade e origem dos entrevistados) e a preferência paisagística. Só foram observadas as variáveis da primeira e última fotografia, representando a Foto 01 e a Foto 03, respectivamente.

Foram ainda, analisadas as demais fotografias quanto à motivação da escolha de cada uma delas como primeira colocada ou última colocada.

Pretendeu-se, com as análises em questão, verificar se há correlação entre as variáveis da pesquisa e as preferências paisagísticas, e identificar quais fotografias representam a melhor qualidade visual do parque e a que mais a deprecia.

a) Foto 1 – primeira colocada

Dos 163 entrevistados na presente pesquisa, registrou-se a foto 01(Figura 49) como a de melhor qualidade visual escolhida pelos turistas que frequentaram o Parque do Ingá, no período de realização da pesquisa.

Figura 49 - Foto 01, primeira colocada na pesquisa de preferências paisagísticas.

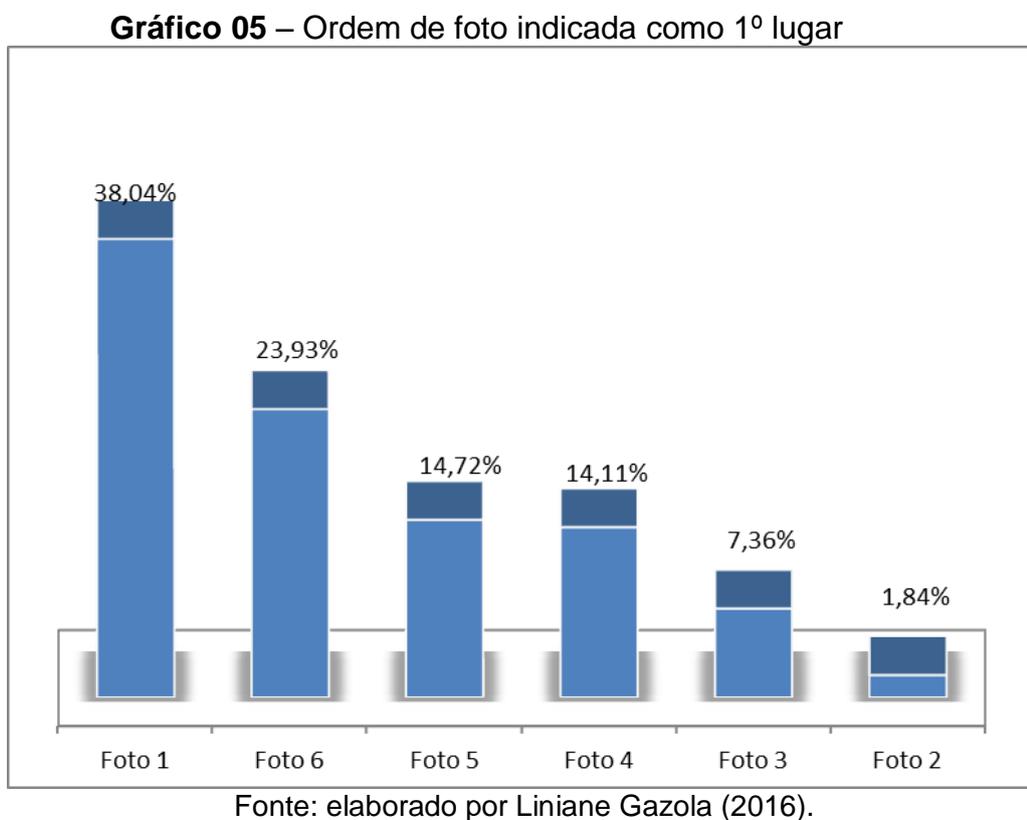


Fonte: Fotos de Polyana Fuzer (2015)

Trata-se de uma fotografia da parte frontal do Jardim Japonês, importante atrativo do Parque do Ingá. É uma imagem que apresenta ornamentos como pontes, bonsais e caminhos. Nela estão representados um grande número de componentes de vegetação arbórea, o que valoriza a paisagem. Mas, apesar da predominância do verde, o que mais chamou a atenção dos turistas foi a harmonia e organização dos elementos na paisagem. A foto representa essa organização, dando aspecto de

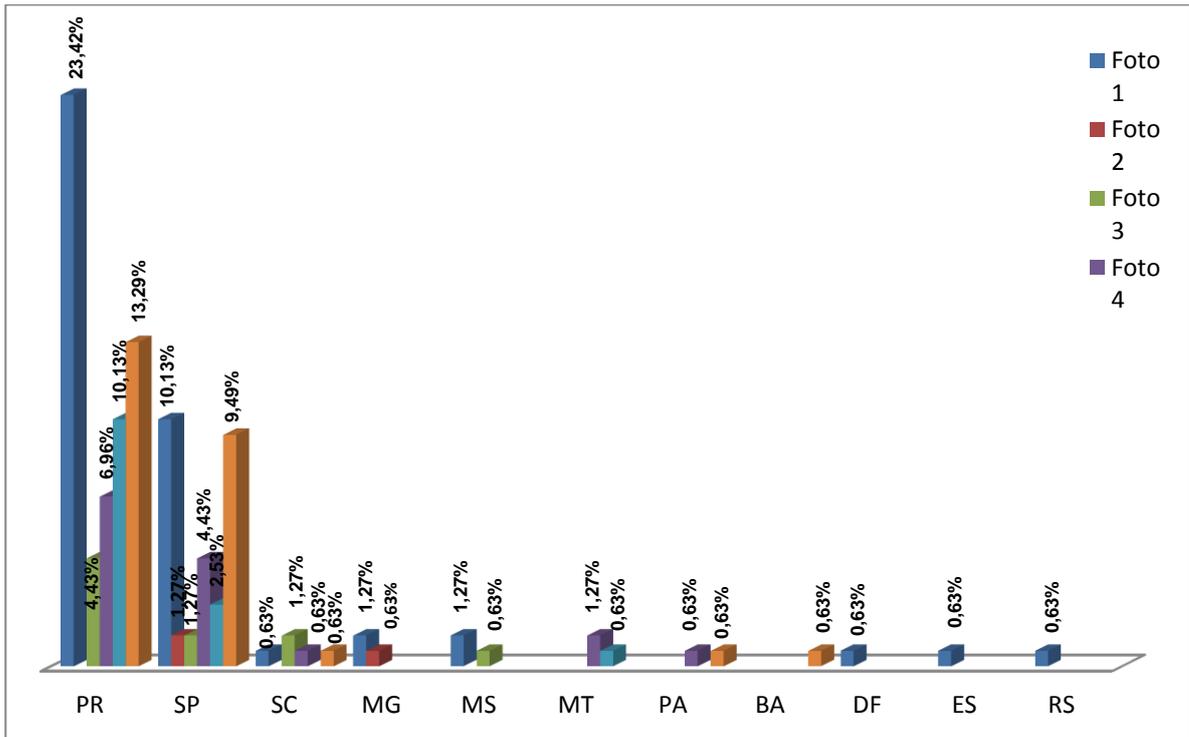
ambiente limpo e contemplativo. Ela também apresenta elementos coloridos em harmonia com o restante do local.

A foto 01 recebeu 38,04% da indicação dos entrevistados, seguida pela foto 06 com 23,93%. A foto 05 recebeu 14,72%, seguida pela foto 04 com 14,11%. As fotos 03 e 02 ficaram respectivamente com 7,36% e 1,84% das preferências (Gráfico 05).



Foi efetuado o cruzamento de dados para verificar a relação entre o local de origem dos entrevistados e a preferência paisagística, destes. O gráfico 06 apresenta a preferência das fotografias em relação aos estados. Observa-se que 23,42% apontaram a foto 1 como preferencial no estado do Paraná, seguido por São Paulo com 10,3%. Pode-se observar uma ampla preferência dos turistas provenientes do estado do Paraná pela paisagem da fotografia de número 01. Fato não evidenciado em relação aos turistas originários do estado de São Paulo, pois neste grupo, houve apenas leve preferência da foto 01 em relação à foto 06.

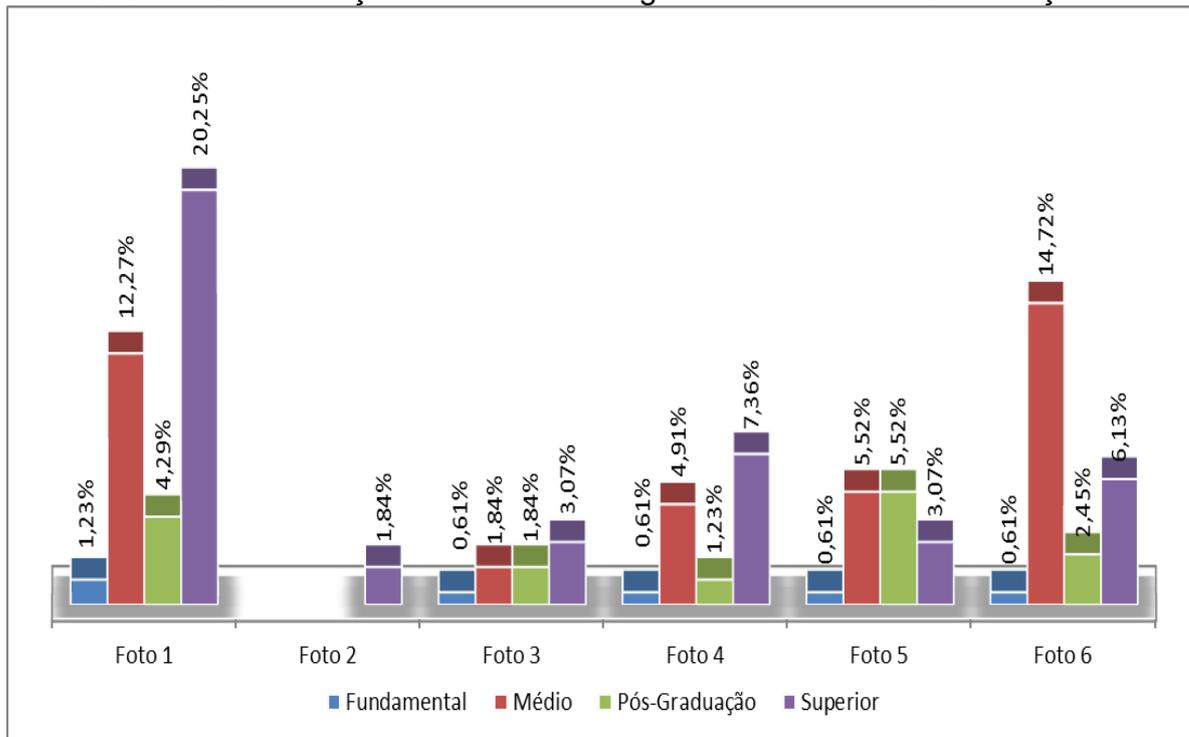
Gráfico 06 – Escolha da foto de 1º lugar conforme estado de origem do entrevistado.



Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

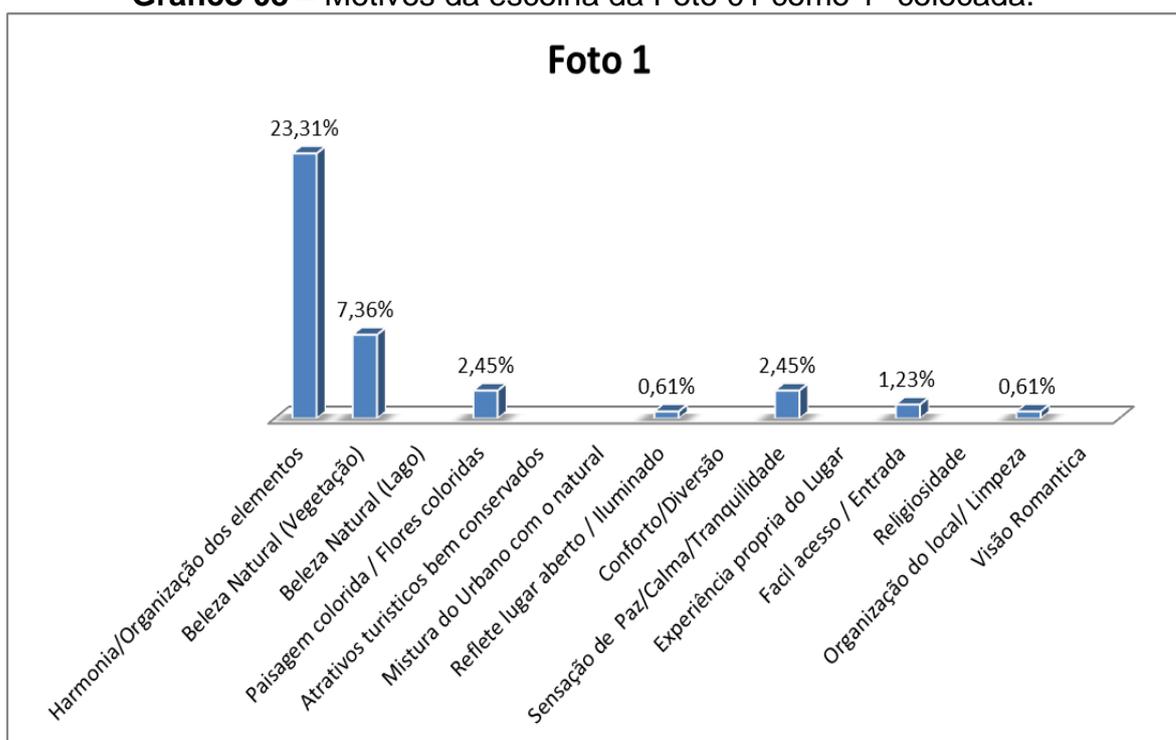
Procurou-se efetuar o cruzamento de dados a fim de se detectar possíveis relações das preferências paisagísticas em virtude do grau de instrução.

Da preferência paisagística, em relação ao grau de instrução, na classificação da foto primeiro colocada, observa-se (Gráfico 07) a foto 01 como a de maior preferência, sendo que sua maior indicação se deu pelos entrevistados com nível superior (20,25%), seguido pelos de nível médio 12,27%. Porém, na foto segundo colocada como primeira preferência - Foto 6, observa-se a preferência de pessoas com nível médio em relação ao nível superior.

Gráfico 07 – Indicação da Foto de 1º lugar conforme Grau de instrução

Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

A maioria dos entrevistados que escolheram a foto 01 como preferida tiveram como motivo hegemônico: harmonia/ organização dos elementos 23,31%; seguido de beleza natural (vegetação) 7,36%; colorido da paisagem 2,45%; assim como sensação de paz, calma e tranquilidade, que também ficou com 2,45%; Fácil acesso/ entrada 1,23%; organização do local / limpeza e lugar aberto e iluminado com 0,6% cada (Gráfico 08).

Gráfico 08 – Motivos da escolha da Foto 01 como 1ª colocada.

Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

b) Foto 03 – última colocada

A foto 03 foi registrada com a pior qualidade visual das seis fotografias analisadas na presente pesquisa (Figura 50).

Trata-se de uma fotografia tirada na área de trás de onde se localiza a Gruta Nossa Senhora da Glória. Caracteriza-se por ser um local com aspecto de abandono e presença de material orgânico no córrego represado.

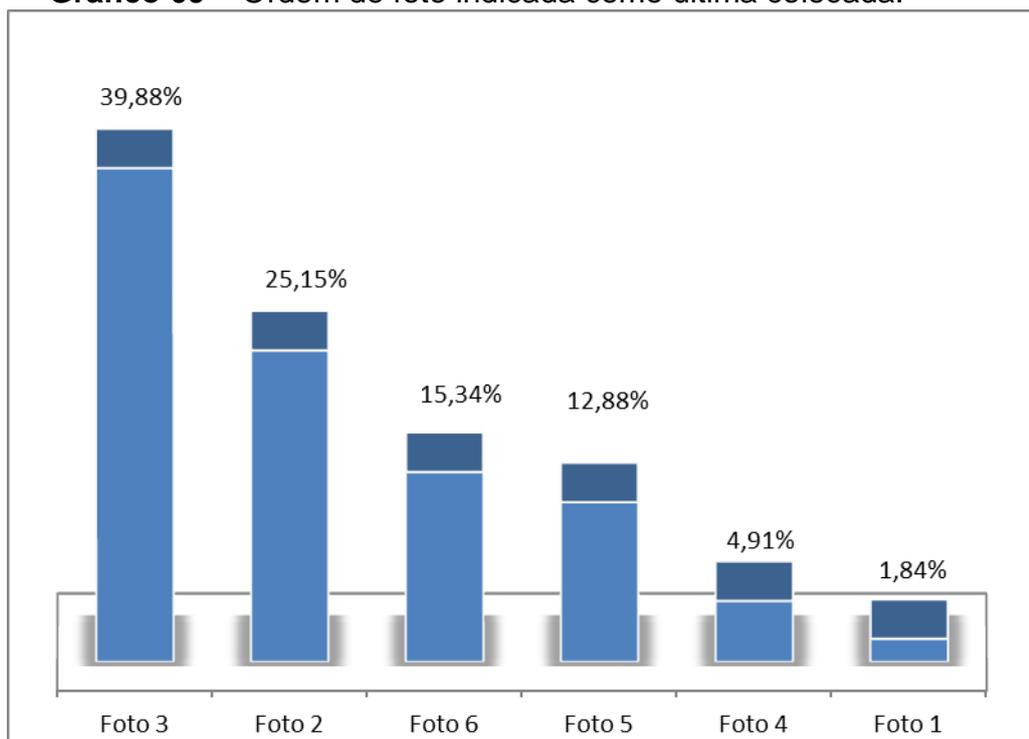
A foto possui um número expressivo de componentes de vegetação e água, mas não há organização e harmonia dos componentes da paisagem. Outro aspecto observado é a pouca variedade de elementos expressos, na fotografia.

Figura 50 - Foto 03, última colocada na pesquisa de preferência paisagística.



Fonte: Fotos de Polyana Fuzer (2015)

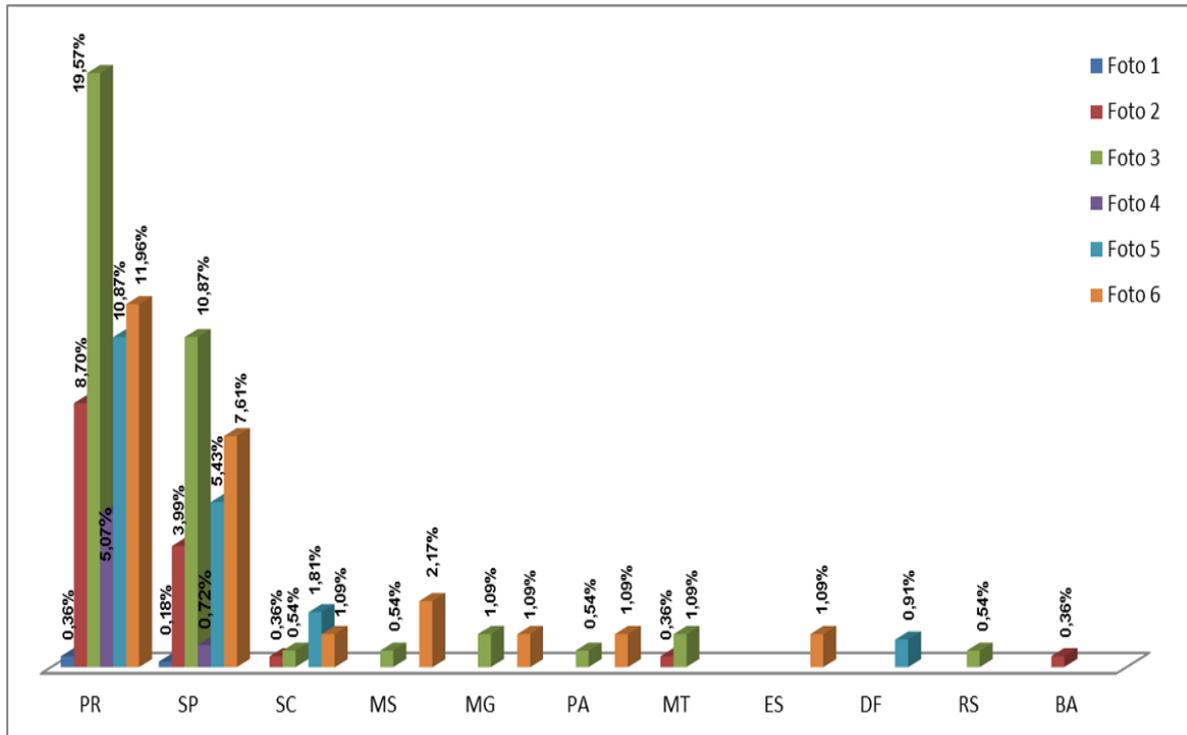
O gráfico 09 apresenta a classificação da sexta colocação, indicando a foto 3 como pior colocada, representando 39,88% do total dos entrevistados. Em seguida, foi indicada a foto 02 com 25,15% dos entrevistados, seguida pela foto 06 com 15,34%.

Gráfico 09 – Ordem de foto indicada como última colocada.

Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

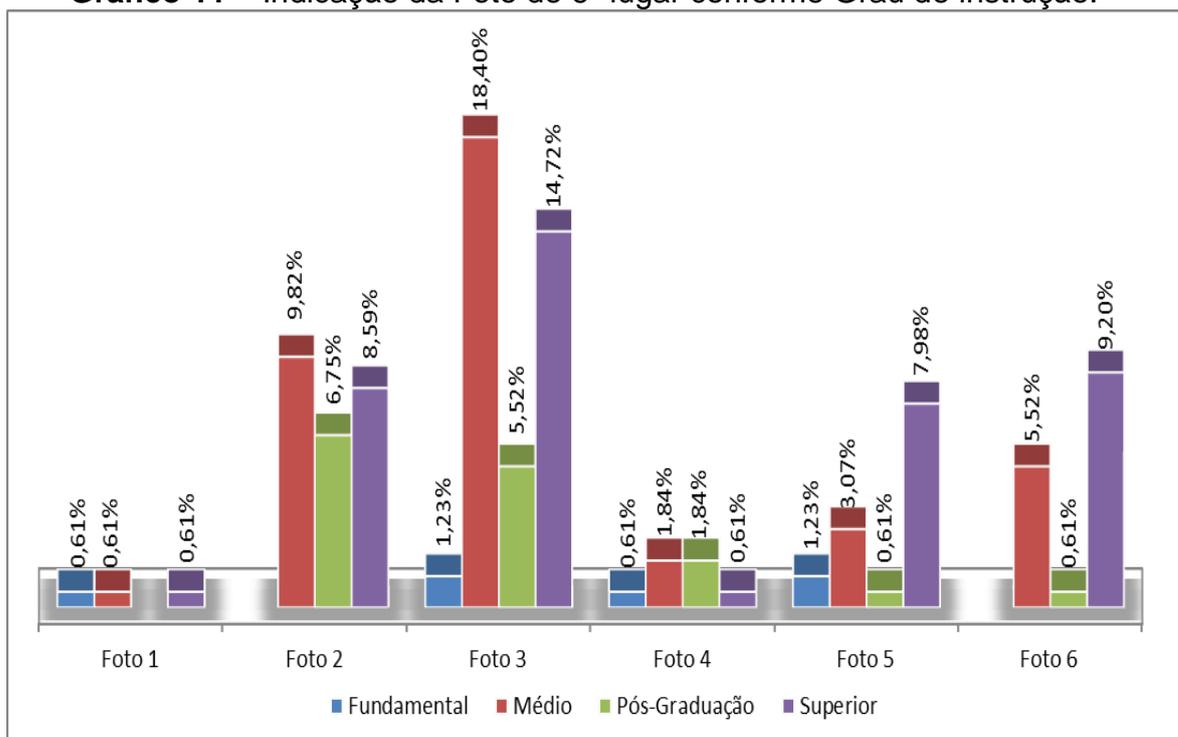
Foi efetuado o cruzamento de dados para verificar a relação entre o local de origem dos entrevistados e a preferência paisagística. O gráfico 10 apresenta a preferência das fotografias em relação aos estados. A fotografia 3 foi indicada como pior colocada por 39,26% dos entrevistados brasileiros que efetuaram a pesquisa, destacando-se o estado do Paraná, com 19,54% e SP com 10,87%.

Gráfico 10 – Escolha da foto de 6º lugar conforme estado de origem do entrevistado.



Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

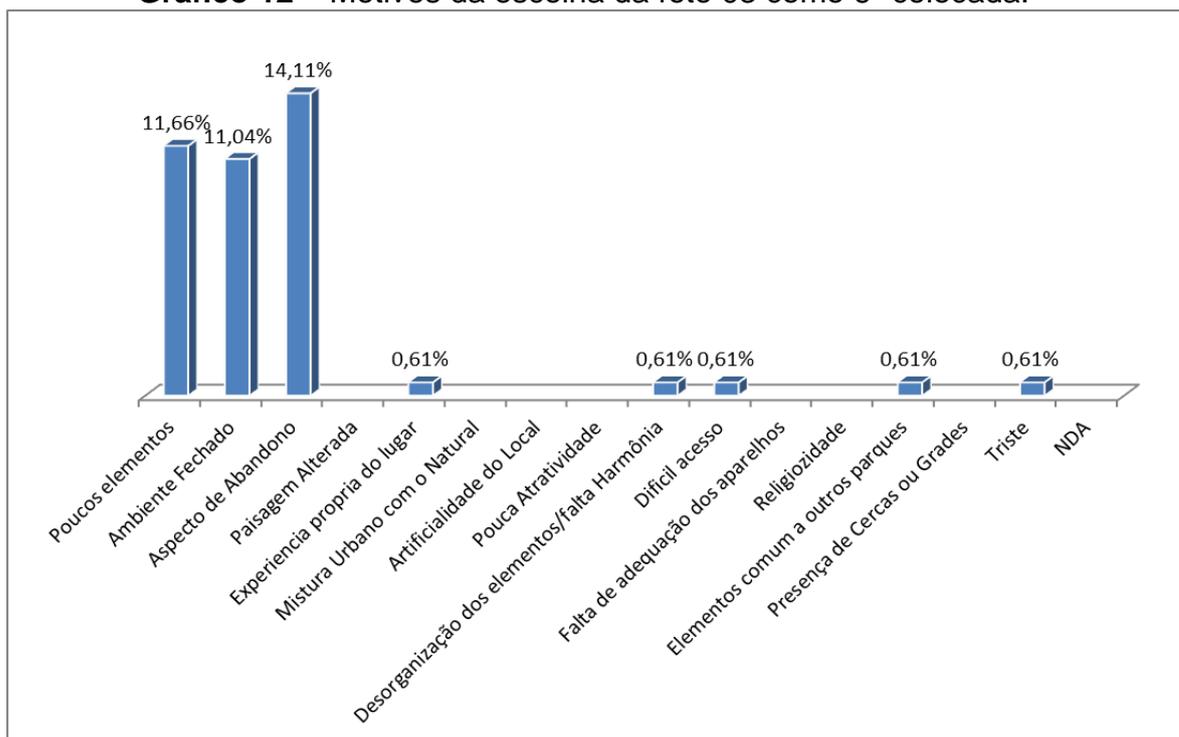
Procurou-se relacionar os dados sobre a preferência paisagística com grau de instrução dos turistas a fim de, verificar se há correlação entre eles. O gráfico 11 demonstra que a maior parte que escolheu a figura 03 como pior colocada possui nível médio de escolaridade, com 18,40%, seguidos de ensino superior, 14,75%.

Gráfico 11 – Indicação da Foto de 6º lugar conforme Grau de instrução.

Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

A presente pesquisa também efetuou a análise dos principais motivos que levaram os entrevistados a escolherem a foto 03 como a de pior qualidade visual, em relação às demais fotografias analisadas (Gráfico 12). Em sua maioria, os entrevistados alegaram se tratar de paisagem com aspecto de abandono, representando 14,11% do geral das entrevistas. O motivo: “poucos elementos” ficou em 11,66% e, ambiente fechado indicou 11,04%.

Conclui-se, em uma primeira análise que o mesmo critério de escolha dos entrevistados, no geral, foi adotado nas duas fotografias que representam os dois extremos. Neste caso, a falta de elementos, ou presença de um único elemento foi determinante para a escolha dessa fotografia como última colocada. O aspecto de abandono remete exatamente à falta de harmonia presente na foto 06. No que se refere ao ambiente fechado, este remete à falta de variedade de elementos e certo abandono.

Gráfico 12 – Motivos da escolha da foto 03 como 6ª colocada.

Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

c) As demais fotografias

As demais fotografias (04, 06, 05 e 02) não foram classificadas como primeira ou última, colocadas. Mas, configura-se relevante uma breve análise destas em relação às preferências dos entrevistados.

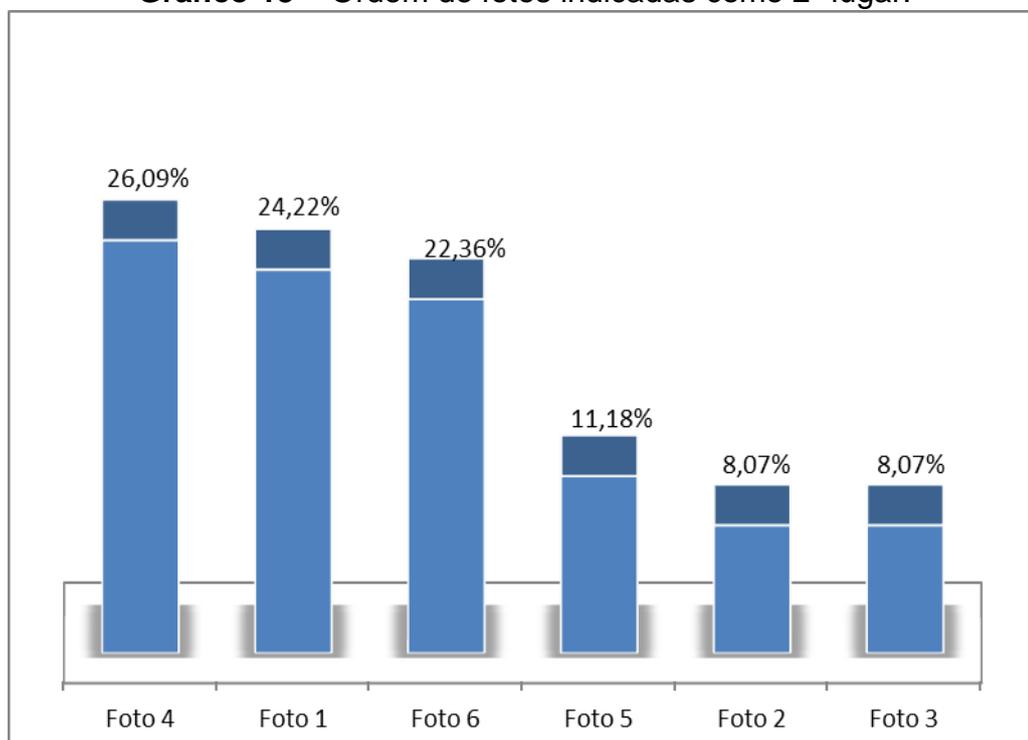
Para uma análise mais completa, foi exposto o motivo da escolha como primeiro lugar (Gráfico 15) e último (Gráfico 18) das demais fotografias, para que se tenha parâmetro de comparação entre elas e as que foram eleitas melhores e piores colocadas. Essa análise permite observar quais os componentes e elementos fundamentais de valoração da paisagem.

A fotografia 04 foi a preferida pelos entrevistados na segunda e terceira colocação, na ordem de preferências paisagísticas. Trata-se de uma fotografia tirada na área da Gruta Nossa Senhora da Glória. É uma fotografia com equilíbrio de elementos naturais e antrópicos, limpa, organizada e apresenta equilíbrio harmônico de todos os elementos, mas prevalecendo o verde da vegetação.

Na segunda colocação (Gráfico 13), a foto 4 ficou com 26,09% do total dos entrevistados, seguido por 24,22% que optaram pela foto 01 como segunda

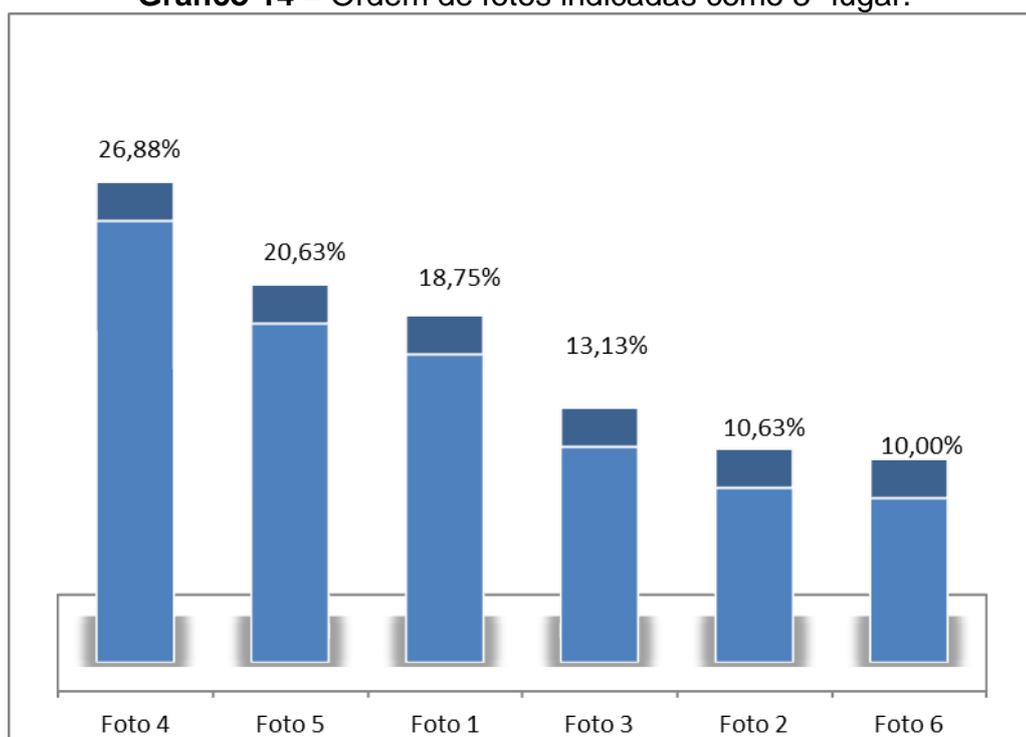
colocada, seguida pela foto 06 com 22,36% do total. Esses dados demonstram o equilíbrio entre as três fotografias para a segunda colocação das preferências.

Gráfico 13 – Ordem de fotos indicadas como 2º lugar.



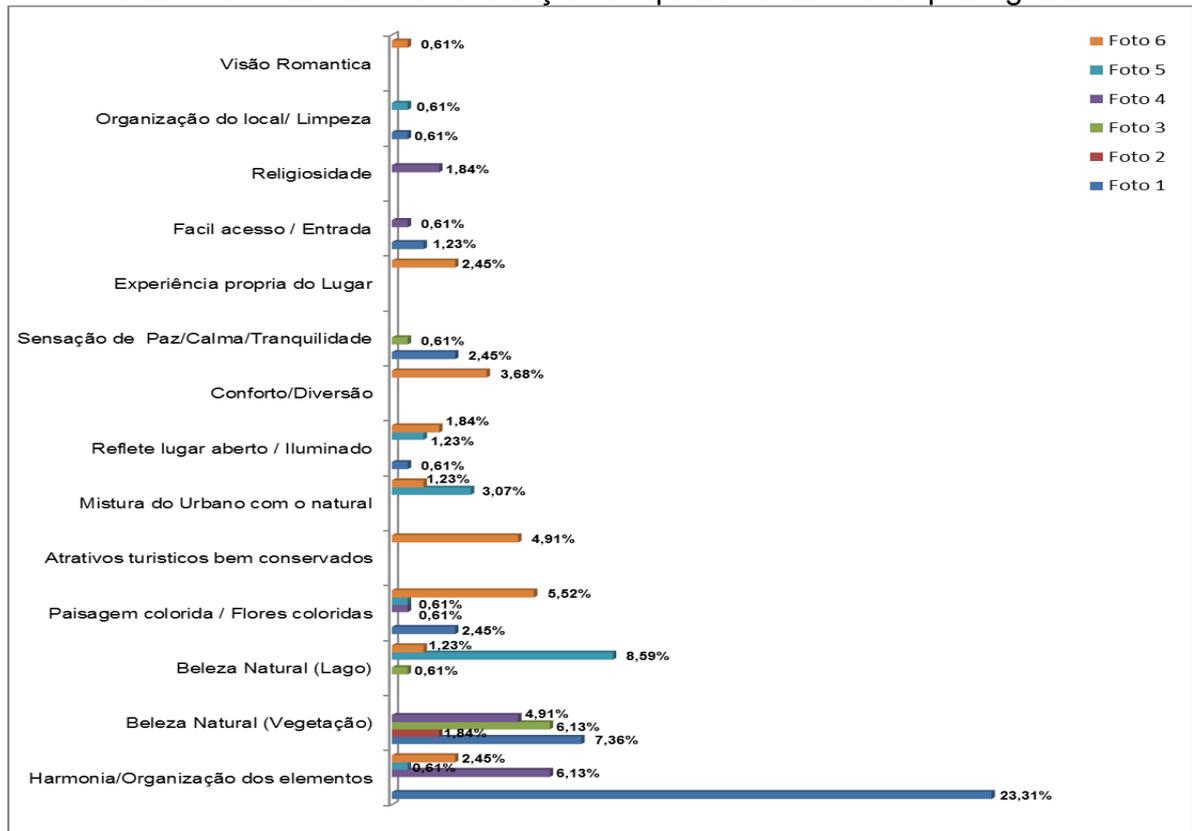
Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2015).

Na terceira colocação, a foto 04 ficou com 26,88% das indicações, seguida pela foto 05, com 20,63% e 18,75% da foto 01 (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Ordem de fotos indicadas como 3º lugar.

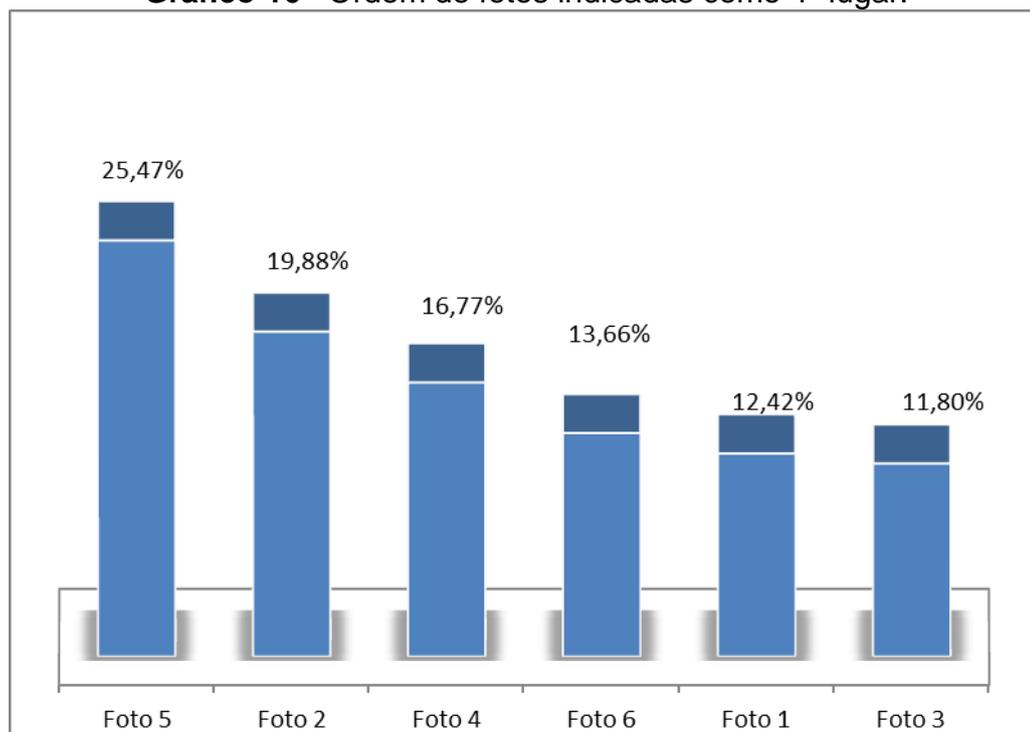
Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

O gráfico 15 retrata que os entrevistados que indicaram a foto 04 como de sua preferência, alegaram que o motivo principal é a harmonia e organização dos elementos, representando 6,13% do total de entrevistados, e a beleza natural da vegetação com 4,91%. Apesar de baixo o percentual, é possível relacionar estes motivos aos da foto 01, levando a crer que há uma tendência à preferência de paisagens que possuem harmonia e organização dos elementos, sendo importante também o componente, vegetação arbórea.

Gráfico 15 – Motivos da valoração da qualidade visual da paisagem.

Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

A foto 05 foi a mais votada como quarta colocada com 25,47% dos entrevistados, seguida da foto 02 com 19,88% e foto 04 com 16,77% (Gráfico 16).

Gráfico 16– Ordem de fotos indicadas como 4º lugar.

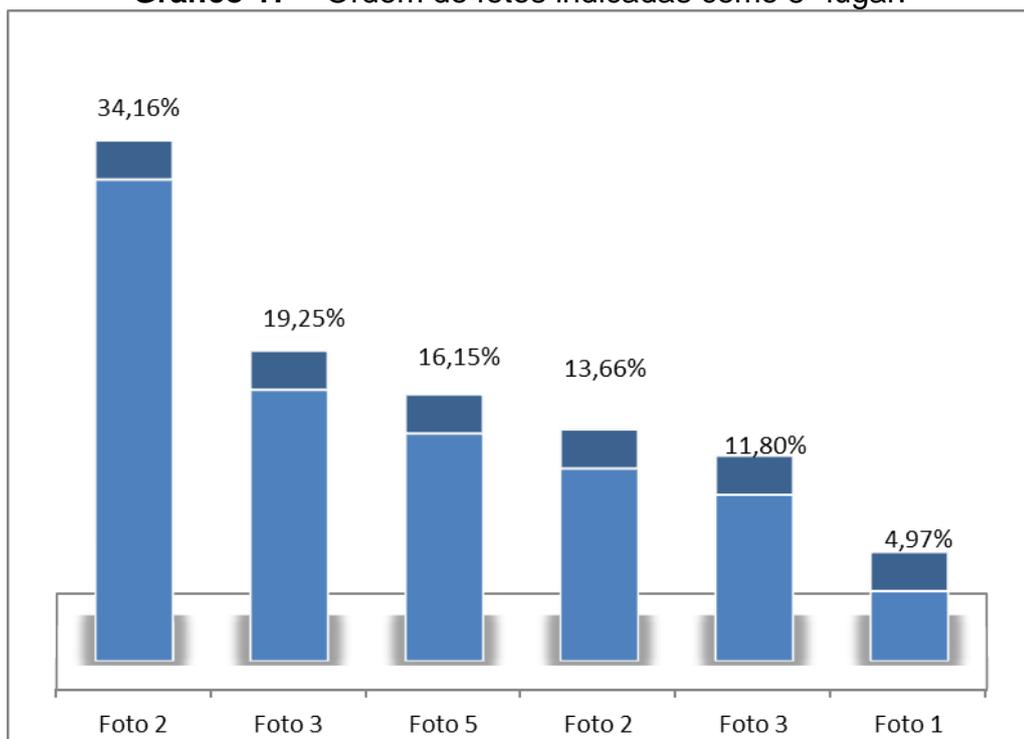
Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

A posição de quarta colocada indica uma visão de depreciação da qualidade visual por parte do entrevistado. Portanto, foi analisado o motivo que levou o turista a classificar a foto 05 como depreciativa, assumindo a quarta colocação.

De acordo com o gráfico 18, pode-se destacar como principal motivação a presença de poucos elementos, com 3,68% dos entrevistados e aspecto de abandono, com 3,07%, e mistura do urbano com o natural, também com 3,07% dos entrevistados.

Conclui-se que além da falta de elementos e aspecto de abandono do local, outro fator depreciativo que chama a atenção é a mistura do urbano com o natural.

A foto 02 foi a mais indicada como quinta colocada, apresentando forte teor depreciativo na qualidade visual desta. Foi indicada por 34,16% do total dos entrevistados, seguido por 19,25% da foto 03 e 16,15% da foto 5 (Gráfico 17). Trata-se de uma fotografia de um caminho que leva até a Academia da Primeira Idade (API), no interior do parque. A foto é fechada, com predominância de componentes vegetais.

Gráfico 17 – Ordem de fotos indicadas como 5º lugar.

Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

De acordo com o gráfico 18, o principal motivo da escolha dessa fotografia como uma das mais depreciativas foi o fato desta remeter a lugar fechado, indicado por 7,98% dos entrevistados, seguido de 4,29% que apontaram como poucos elementos, e 4,29% que apontaram como experiência própria do lugar.

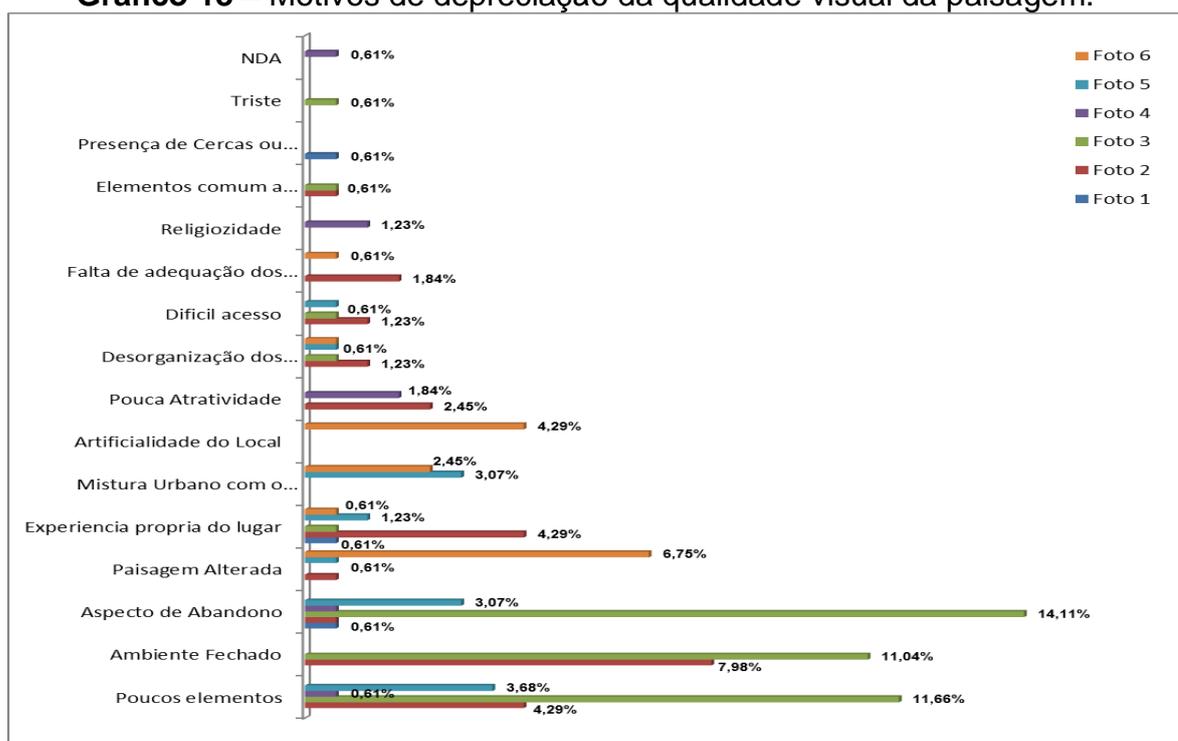
Vale ressaltar que no período de realização da pesquisa ocorreram chuvas fortes, fazendo com que parte da área do parque estivesse cheio de lama. Esse fato foi relatado por diversos turistas que realizaram a pesquisa, avaliando a fotografia de forma negativa a partir de sua própria experiência. Isso pode ter alterado de forma significativa o resultado da presente pesquisa, pois classificou a foto 02 como depreciativa, contrariando o método de análise objetiva da paisagem, que a avaliou de forma positiva.

Em análise separada, a foto 06, que não teve indicação em nenhuma das posições é uma foto aberta, parcial do lago, tirada no mirante do ancoradouro. Foto que mistura diversos componentes naturais e antrópicos. Os entrevistados que preferiram essa paisagem alegaram como motivo principal se tratar de uma paisagem colorida, totalizando 5,52% do total dos entrevistados. Em seguida, indicaram como atrativo turístico bem conservado 4,91% dos entrevistados, seguido

pela sensação de paz e tranquilidade com 3,68% e 2,45% dos que indicaram local de fácil acesso (Gráfico 15).

Com relação aos entrevistados que escolheram a foto 06 como a última colocada, deve-se destacar a experiência do próprio lugar, indicado por 6,75% dos entrevistados, seguido pela sensação de artificialidade do local 4,29%. Deve-se também destacar os 2,45% que atribuíram o fator mistura do urbano com o natural como depreciativo da qualidade visual (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Motivos de depreciação da qualidade visual da paisagem.



Fonte: elaborado por Liniane Gazola (2016).

8.2.3 Discussão dos Resultados

A pesquisa foi realizada com 163 indivíduos que se declararam turistas, que visitavam o parque do Ingá no momento de suas entrevistas. O perfil traçado aqui, representa, o de uma demanda específica de turistas, que se deslocam a Maringá em períodos de verão, férias escolares e trabalhistas. Portanto, não pretende o presente trabalho traçar um perfil geral dos turistas do parque, visto que demandaria mais tempo e maior número de amostras para a efetivação da pesquisa com esse intuito.

São muitos os fatores que determinam as características de uma demanda turística. Esta pode sofrer mudanças significativas em relação ao período em que a pesquisa é efetuada, conforme observa Andrade (2006), afirmando haver impossibilidade de definir com precisão as características reais da demanda turística, pois esta é composta por indivíduos e grupos heterogêneos. Além disso, é possível que se altere significativamente o perfil dos turistas em relação ao período do ano em que as pesquisas são realizadas.

Pode-se afirmar que houve equilíbrio na variável gênero, não havendo possibilidade de estabelecer relações entre ela e as escolhas paisagísticas.

Não foi possível estabelecer relações entre o grau de instrução dos entrevistados e suas preferências paisagísticas, uma vez que os números apareceram equilibrados em função desta comparação.

Com a variável idade também não foi possível estabelecer qualquer comparação que afirmasse a preferência de determinada paisagem em relação à idade dos entrevistados.

A presente pesquisa mostrou-se satisfatória em relação às escolhas paisagísticas e as motivações subjetivas de cada indivíduo. Foi possível, dentro do universo amostral, estabelecer relações de preferências a determinados tipos de paisagens, mostrando assim os principais elementos que valorizam ou depreciam a qualidade visual destas, permitindo propor melhor gerenciamento do uso turístico ao parque, por parte da administração.

No que se refere à fotografia 01, a pesquisa demonstrou que o elemento vegetação é importante, mas não o principal, apontando para uma preferência mais pautada na harmonia dos elementos e na organização destes, mostrando que um só elemento, muitas vezes, acaba por depreciar a qualidade paisagística da foto.

Na análise técnica da paisagem foi dada elevada ênfase às grades que cercam o jardim como depreciadoras de sua qualidade visual. No entanto, os dados indicaram o contrário, que a organização do conjunto dos elementos e harmonia, em uma paisagem organizada e limpa se sobressaem a esse fator de depreciação. Observa-se, ainda, que as grades possuem coloração verde, são baixas e finas, muitas vezes passando despercebidas pelos visitantes.

Portanto, a fotografia de número 1 demonstra o interesse da maior parte dos usuários por paisagens organizadas e harmônicas e os fatores de qualidade visual são significativamente maiores que os depreciadores.

O mesmo se repete com a foto 04, apontando a preferência dos turistas por ambientes organizados e harmônicos, com presença de vegetação e componentes arquitetônicos ou antrópicos que interajam com o ambiente, sem sobrepô-lo.

A presente pesquisa corrobora com o trabalho de Vieira et. al (2007) no qual se afirma que a preferência paisagística dos entrevistados está associada a naturalidade da paisagem, com o equilíbrio e harmonia entre os elementos, pois sua apreciação se deve a um conjunto de fatores relacionados com a condição em que se apresentam e sua inserção no ambiente.

Ainda, coaduna-se com o que afirma Canteras (1992) de que a diversidade de elementos expressa uma variedade paisagística que possui mais valor do que uma paisagem homogênea, devido à ausência de monotonia nas fotografias. Isso explica a escolha das fotografias 01 e 04 como as preferidas dos entrevistados, assim como o motivo de sua escolha.

A pesquisa também corrobora com a visão de Bobrowski et. al (2010), para qual a vegetação não é fator determinante e elemento de maior peso para a atribuição de beleza às paisagens abordadas, muito embora seja elemento importante na valoração da paisagem, o que explica a escolha da fotografia 03 como a última colocada, pois é demasiadamente composta por um único elemento, o vegetal. Além de possuir basicamente um único elemento, o apresenta de forma desorganizada, o que remete a uma paisagem fechada.

A questão da mistura do urbano com o natural foi elemento mais depreciativo no conjunto das paisagens do que valorativo, contrariando o que se discutiu na parte teórica do presente trabalho, onde se afirmou que a paisagem “natural” dentro do espaço urbano pode ser altamente valorativa, em função da mistura destes dois elementos.

Com relação a alguns resultados, o método de análise objetiva da paisagem, por meio de valoração dos componentes paisagísticos não permitiu correlação com a pesquisa subjetiva. É o caso da foto 02 que foi classificada como nível (A) na análise objetiva, e imaginou-se que seria uma das preferidas dos turistas, mas se mostrou o contrário, sendo relacionada como a segunda pior, em termos de qualidade visual. Nesse caso, a experiência pessoal dos entrevistados sugere que a fotografia não substitui o lugar, e a análise de entrevista é completamente subjetiva, podendo ser alterada de acordo com as convicções do indivíduo.

Também imaginou-se que a foto 03 estaria entre as preferidas dos turistas, pois representaria o “verde” do parque. Mas, provou-se que os entrevistados preferem paisagens mais harmônicas e organizadas, tendo elementos naturais e antrópicos que se relacionam positivamente.

Por fim, é importante observar que as duas primeiras fotografias mais bem votadas como preferência dos entrevistados são dois dos principais atrativos do Parque do Ingá, mostrando certo cuidado do parque com o aspecto visual destas localidades. Um ponto importante dessa pesquisa é indicar que esses locais devem permanecer conservados e equipados para atender a demanda turística do parque.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou demonstrar a importância da atividade turística em parques urbanos em uma época pautada pelas discussões ambientais e a crescente procura pelo espaço “natural”. O parque urbano moderno não é somente área de conservação, mas sim área que propicia lazer e recreação à população das cidades e do entorno.

Por meio das entrevistas efetuadas, para a presente pesquisa, observou-se que o Parque do Ingá, além de importante área de conservação e lazer, tem também importância turística, recebendo turistas de diversos estados brasileiros e de fora do país.

É neste contexto que a paisagem, como importante recurso da atividade turística foi analisada e relacionada com os equipamentos do parque para que se possa avaliar as condições em que se encontra para receber turistas.

Para os objetivos propostos nesta pesquisa as duas etapas metodológicas mostraram ser eficientes ao fornecer resultados que permitem contribuir para a gestão turística do Parque do Ingá, pois alcançou a proposição de identificar os pontos de maior potencialidade turística do parque. A etapa metodológica de análise qualitativa dos equipamentos do Parque do Ingá permitiu um diagnóstico da infraestrutura presente. Possibilitou verificar as condições dos equipamentos e os locais onde há maior estrutura para a atividade turística e onde há maior falta de equipamentos para tal.

No geral, avaliou-se que a condição dos equipamentos é satisfatória, necessitando de algumas adequações, principalmente em alguns bancos, rampas de acesso e pisos; implementação de placas e painéis visuais; reforma de edificações institucionais e adequações destas aos padrões paisagísticos do parque; e retirada de equipamentos abandonados que representam perigo à população.

A valoração da paisagem, por meio da metodologia apresentada mostrou-se útil pela possibilidade de conhecer os componentes predominantes que valorizam e, os que depreciam a qualidade visual da paisagem. A partir dos resultados obtidos pode-se concluir que a qualidade visual da paisagem no Parque do Ingá é satisfatória, mesmo com o abandono e falta de equipamentos em algumas áreas.

A etapa de análise subjetiva da paisagem, a partir da entrevista com os turistas, revelou que a análise objetiva, baseada no método direto de análise dos

componentes paisagísticos das fotografias, é útil, mas não suficiente para determinar a preferência das paisagens para o turismo. O método direto se mostrou eficaz em classificar e padronizar as fotografias para a escolha das que foram utilizadas para a realização das entrevistas. Mostrou, sobretudo, que a subjetividade é fator determinante nas escolhas e que os turistas tendem a preferir paisagens mais heterogêneas, em relação aos componentes, do que, homogêneas, mesmo que esta característica se relacione a componentes vegetais.

Quanto à escolha das paisagens, as mais valoradas por parte dos entrevistados são os atrativos turísticos, o Jardim Japonês e a Gruta Nossa Senhora da Glória. São dois locais bem estruturados, com presença de bancos, lixeiras, iluminação, ornamentos bem conservados e em harmonia com o restante da paisagem. Observou-se que a falta de comunicação visual na entrada do parque e nas demais localidades prejudica o aproveitamento dos turistas. Mediante as entrevistas, foi possível encontrar pessoas que não conheciam o jardim japonês e a gruta Nossa Senhora da Glória, fato esse atribuído a falta de comunicação visual do parque.

Vale ressaltar que a área do ancoradouro e quiosque é a mais bem estruturada e a comunicação visual é melhor do que em qualquer outro local.

Com base nos subsídios presentes nas duas etapas metodológicas, o Jardim Japonês, a Gruta Nossa Senhora e o Ancoradouro são os locais de maior potencialidade turística do Parque do Ingá. O jardim e a gruta por terem a preferência visual da maioria dos entrevistados, e o ancoradouro, destacando a atividade do pedalinho, por ser uma área com a melhor infraestrutura e equipamentos do parque.

Propõe-se a melhoria visual para que o turista localize os atrativos existentes. Na região da gruta deve-se melhorar o acesso das pessoas, trocando algumas barras de apoio das rampas que estão quebradas, pois é uma área com presença de degraus e rampas de acesso.

No que se refere ao Jardim Japonês, propõe-se a retirada de espécies nativas em meio ao jardim, descaracterizando e transformando-o em um jardim mais misto do que japonês. Deve-se comentar que o mau uso do parque, por parte dos usuários é o principal depreciador do jardim, pois, não é raro encontrar pessoas caminhando no jardim mesmo com a presença de grades e placas, advertindo.

A pesquisa aponta que o Parque do Ingá é parte da história turística de Maringá e que seu potencial de visitação deve ser ampliado considerando-se as novas demandas das pessoas e, a necessidade de preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. V. *Turismo Fundamentos e Dimensões*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006
- BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. São Paulo: Papirus Editora, 1997.
- BARTLEY, S. H. *Principios de la percepción*. México: Editorial Trilhas, 1978.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 2. Ed. São Paulo: Senac, 1998.
- BERTRAND, G. *Cadernos de ciências da terra: Paisagem e geografia física global*. São Paulo: USP, 1971.
- BOBROWSKI, R; BIONDI, D.; VASHCHENKO, Y. Qualidade visual da paisagem do Parque Natural Municipal Tanguá, Curitiba – PR. *Revsbau*. Piracicaba-SP. V.5, N.2, P. 19-39, 2010.
- BOLÓS, M. *Manual de ciencia del paisaje: Teoría, métodos y aplicaciones*. Barcelona: Masson S. A., 1992.
- BOLSON, J. H. G. A importância da paisagem na atividade turística. *Revista Turismo*, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/paisagem.html>>. Acesso em: 15/04/2015.
- BOULLÓN, R. C. *Planificación del espacio turístico*. México: Editorial Trilhas, 1985.
- _____. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.
- BUCCHERI FILHO, A.T; NUCCI, J. C. Espaços Livres, Áreas Verdes e Cobertura Vegetal no Bairro Alto da XV, Curitiba - PR. *Revista do Departamento de Geografia*. Curitiba. V. 18, P.48-59, 2006.
- CABRAL, F. C. *Rede Ciclável de Lisboa*. Centro de Estudos de Arquitetura Paisagística. Lisboa: CEAP/PFCC, 2005.
- CANDIOTTO, L. Z. P. *Turismo rural na agricultura familiar: uma abordagem geográfica do circuito italiano de turismo rural (CITUR)*, Colombo. 2007. 397f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2007.
- CANTERAS, J. C. *Introducción al paisaje*. Curitiba: UFPR, Universidad de Cantabria, 1992.
- CARLOS, A. F. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. *O turismo e a produção do não-lugar*. In: YÁZIGI, E.; CRUZ, R.; CARLOS, Ana F. (Org.). *Turismo: Espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: HUCITEC, p. 25-37, 1996.

CAVALCANTI, L. S. *Geografia, escola e construção do conhecimento*. Campinas: Papirus, 1998.

CHEMIN, M. *Cidade e turismo: retratos da paisagem urbana de Ponta Grossa, Paraná*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

CONTI, J. B. Geografia e paisagem. *Revista Ciência e Natura*. V. 36, Ed. Especial, P. 239–245, 2014.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *Bases conceituais do desenvolvimento e do ecoturismo*. In: QUEIROZ, O. T. (Org). *Turismo e Ambiente*. Campinas: Alínea Editora, p.11-48, 2006.

COSGROVE, D. *A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas*. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, p.92-123, 2008.

CRUZ, R. C. A. *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca. 2003.

CULLEN, G. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edição 70, 1996.

DE ANGELIS, B. LOBODA, D. *A Praça no contexto das cidades: O caso de Maringá-PR*. 2000. 366f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, São Paulo, 2000.

DE ANGELIS, B; LOBODA, C. R. Áreas verdes públicas urbanas: Conceitos, usos e funções. *Ambiciência*. Guarapuava, PR. V.1, N1, p 125-139, jan/jun – 2005.

DEZEN-KEMPTER, E. O sujeito, o verbo e o predicado: notas da disciplina de desenho urbano. *Revista Complexus* – Instituto Superior de Engenharia Arquitetura e Design – CEUNSP. Salto - SP, A.1, N.1, P.45-58, março de 2010.

DIAS, K. *Entre visão e invisão: Paisagem [por uma experiência da paisagem cotidiana]*. 1ª Ed. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Artes/VIS. Universidade de Brasília, UNB, 2010.

DIAS, R. *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.
EMBRATUR/IBAMA. EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO/INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Grupo de Trabalho Interministerial. Brasília: MICT/MMA, 1994.

FONT, J.N. Turismo, percepción del paisaje y planificación del territorio. *Estudios Turísticos*. Madrid. N.115, P. 45-54, 1992.

FRIEDRICH, D. *O Parque Linear como Instrumento de Planejamento e Gestão das Áreas de Fundo de Vale Urbana*. 2007. 273f. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2007.

GARCIA, J.C. *Maringá Verde? O desafio ambiental da gestão das cidades*. Maringá. Eduem, 2006.

GUZZO, P. *Áreas Verdes Urbanas*. Programas Pró-ciências – áreas verdes. 2004. p.2. Disponível em: <<http://educar.sc.usp.br/biologia/prociencias/areasverdes.html>>. Acesso em: Fev.2015.

HAMMITT, W.E.; PATTERSON, M E ; NOE, F P Identifying and predicting visual preference of Southern Appalachian forest recreation vistas. *Landscape and Urban Planning*. Amsterdam. N29, P. 171-183, 1994.

HARDT, L. P. A. *Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana: aplicação a Curitiba – Paraná*. 2000. 323 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.

HASS, K. E. *Espaços Abertos: Indicadores de apropriação interna e a adaptação dos usos do entorno*. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

HENZ, A.P; OLIVEIRA, J. P. A Paisagem como potencial turístico de Foz do Iguaçu: Um estudo exploratório da paisagem do Parque Nacional do Iguaçu e da Usina Hidrelétrica de Itaipu. *Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica*. V. 12, N.2, p.172-183, mai- ago 2010.

IGNARRA, L. R. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Thomson, 2003.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JORDANA, J. C. C. *Curso de Introducion al paisaje: metodologias de valoración*. Espanha: Universidad de Cantábria, 1992.

KINKER, S. *Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais*. Campinas: Papirus Editora, 2002.

KLIASS, R. G. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993.

KNAFOU, R. *Turismo e Território: Por uma abordagem científica do turismo*. In: RODRIGUES, A. B. (Org). *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, p.72-73, 1999.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LAURIE, M. *An introduction to Landscape Architecture*. New York: American Elsevier, 1976.

LEIPER, N. *Tourist attraction system*. *Annals of Tourism Research*. V.17, p.367-384. 1990.

LIMA, ET AL. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994. São Luiz/MA. Anais... São Luiz: Imprensa EMATER/MA, p. 539-553, 1994.

LLARDENT, L. R. A. *Zonas Verdes y espacios libres em la ciudad*. Madrid: Closas – Orcoyen, 1982.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

MACEDO, S. S; SAKATA, F. G. *Parques urbanos no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2003.

MANSANO, C. N.; SARRÃO, A.; SARRÃO C. Percepção da paisagem de alguns frequentadores do Parque do Ingá na cidade de Maringá - PR. In: Simpósio de Estudos Urbanos, 1, 2011, Campo Mourão. Anais. Campo Mourão: Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, 2011.

MARINGÁ. Câmara Municipal. *Lei Ordinária 880*. Denomina “Parque do Ingá” o “Bosque Dr. Etelvino Bueno de Oliveira”, Maringá, 1971. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/1971/88/880/lei-ordinaria-n-880-1971-denomina-parque-do-inga-o-bosque-dr-etelvino-bueno-de-oliveira> >. Acesso em: jun.2015.

_____. Prefeitura Municipal de Maringá. *Plano de Manejo do Parque do Ingá*. Maringá, 1994.

MARENZI, R. C. *A análise da qualidade visual da paisagem como instrumento da ecologia da paisagem*. In: Fórum de debates – Ecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental, 1, 2000, Rio Claro: Anais..., Rio Claro: SEB, 2000.

MARUJO, N; SANTOS, N. Turismo, Turistas e Paisagem. *Investigaciones Turísticas*. Alicante. N.4, p. 35-48, 2012.

MASCARÓ, L; MASCARÓ, J. L. *Vegetação Urbana*. Porto Alegre: Masquatro editora, 2010.

MCHARG, I. L. *Design with nature*. New York: Doubleday, 1969.

MILANO, M. S. *Estudos da paisagem na avaliação de impactos ambientais*. In: Seminário sobre avaliação e relatório de Impacto Ambiental. Curitiba: FUPEF, p. 117-125, 1990.

MOESCH, M. *A produção do Saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

MOPU. *El paisaje*. Unidades temáticas ambientales de la dirección general dei medio ambiente. Madrid: Min. de Obras Públicas y Urbanismo, 1987.

MOREIRA, R. *Repensando a Geografia*. In: SANTOS, Milton. [Org]. Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, p.35-49, 1988.

NUCCI, J.C; PRESOTTO, A. *Planejamento dos espaços livres localizados nas zonas urbanas*. In. SANTOS, D.G; NUCCI J. C. [Org]. Paisagens Geográficas: Um tributo a Felisberto Cavalheiro. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, p. 78-102, 2009.

OMT - Organização Mundial do Turismo. *Turismo internacional: Uma perspectiva global*. 2. Ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

PEDRON, M. *A experiência dos turistas nos parques de Curitiba*. 2013. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PIRES, P. S. *Avaliação da qualidade visual da paisagem na região carbonífera de Criciúma - SC*. 1993. 72p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

PIRES, P. S. *A paisagem litorânea como recurso turístico*. In: YÁZIGI, Eduardo; CRUZ, Rita; CARLOS, Ana F. (Org.) Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: HUCITEC, p. 161-179, 1999.

PUNTER, J. V. *Landscape aesthetics: A synthesis and critique*. In: Value Environments. London. Allen & Unwin, 1982.

RIBEIRO, M. E. J. *Goiânia: Os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

RODRIGUES, A. B. *Geografia e Turismo – notas introdutórias*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

_____. *Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Turismo e espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável*. São Paulo: Papyrus editora, 1997.

SALVATI, S.S. *Turismo responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza*. In: BORN, Rubens [Org.]. Diálogos entre a esfera global e local: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Petrópolis, p.153-161, 2002.

SANT'ANA, T. C. F; QUEIROZ, D. R. E.; FRANÇA JUNIOR, P. *A cartografia temática como auxílio ao planejamento em Unidades de Conservação: Estudo de caso aplicado ao Parque do Ingá, Maringá, PR*. IX Seminário de Pós Graduação em Geografia, UNESP, p. 1710-1719, 2009.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SEABRA, L. *Turismo sustentável: Planejamento e gestão*. In: CUNHA, S.B. GUERRA, A. J. T (Org). *A questão ambiental, diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 153-187, 2008.

SERPA, A. *Gestão territorial do sistema de parques públicos em Salvador, Bahia: Contradições e paradoxos*. *Revista RA'E GA*. Curitiba. N.12, P. 07-19, 2006.

SCALISE, W. *Parques urbanos: Evolução, projeto, funções e usos*. *Revista Assentamentos Humanos*. Marília. V.4, N.1, P. 17-24, 2002.

SCHIER, R. A. *Trajetórias do conceito de paisagem na geografia*. *Revista RA'E GA*. Curitiba. N. 7, P. 79-85, 2003.

SCIFONI, S. *Por uma geografia política dos patrimônios naturais*. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (Orgs.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

SILVA, L. J. M. *Parques urbanos: a natureza na cidade - Uma análise da percepção dos atores urbanos*. Brasília, DF. 2003. 100 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). UNB, Brasília, 2003.

SILVA, M. G. L. *Cidades turísticas: Identidades e cenários de lazer*. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, R. R. S. *Avaliação paisagística e turística do Jardim Botânico de Curitiba, Paraná, Brasil*. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). UFPR, Curitiba, 2012.

SOUZA, N. L. *Parque Municipal Cinturão Verde de Cianorte – Módulo Mandhuy e sua relação com a cidade de Cianorte, Paraná*. 2010. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UEM, Maringá, Paraná, 2010.

SPÓSITO, M. E. B. *O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano*. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (orgs). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, p. 295-298, 2003.

TRIGO, L. G. G. *Turismo básico*. 4. Ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Editora Difel, 1980.

VIEIRA, C. H. S. D.; KOZERA, C. BIONDI, D. *Preferência visual de paisagens do Parque Municipal do Passaúna, Curitiba, PR*. Paisagem e Ambiente, São Paulo, v. 24, p. 421-430, 2007.

YÁZIGI, E. *A importância da paisagem*. In: YÁZIGI, E. (Org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, p.11-27, 2002.

ANEXOS

ANEXO 1 – Formulário de levantamento qualitativo de equipamentos, estrutura e mobiliário, utilizado por De Angelis (2000).

FORMULÁRIO (1)

Levantamento quantitativo de equipamentos, estruturas e mobiliário

DATA DO LEVANTAMENTO
CIDADE
NOME DO PARQUE

ENDEREÇO
LEI DE CRIAÇÃO
BAIRRO

EQUIPAMENTOS / ESTRUTURAS / MOBILIÁRIO	OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
	SIM	NÃO	
01. Bancos			
02. Luminárias			
03. Lixeiras			
04. Sanitários			
05. Telefone público			
06. Bebedouros			
07. Caminhos			
08. Palco/Coreto			
09. Obra-de-arte			
10. Chafariz/Espelho d'água			
11. Estacionamento			
12. Ponto de ônibus			
13. Ponto de táxi			
14. Quadra esportiva			
15. Para prática de exercícios físicos			
16. Para terceira idade			
17. Parque infantil			
18. Banca de revista			
19. Quiosque de alimentação ou similar			
20. Identificação do logradouro			
21. Edificação institucional			
22. Templo religioso			
23. Rampa de acesso para PNEs			
24. Comunicação visual			
25. Outros			

ANEXO 2 – Formulário utilizado por De Angelis (2000) para avaliação de equipamentos.

FORMULÁRIO (2)
Avaliação qualitativa de equipamentos, estruturas e mobiliário

CIDADE	
NOME DO PARQUE	
ITENS AVALIADOS	NOTA
01. Bancos:	
02. Iluminação alta	
03. Iluminação baixa	
04. Lixeiras	
05. Sanitários	
06. Telefone público	
07. Bebedouros	
08. Piso	
09. Traçado dos caminhos	
10. Palco/ Coreto	
11. () monumento () estátua () busto	
12. Espelho d'água/chafariz	
13. Estacionamento	
14. Ponto de ônibus	
15. Ponto de táxi	
16. Quadra esportiva	
17. Equipamentos para exercícios físicos	
18. Estruturas para terceira idade	
19. Parque infantil	
20. Banca de revista	
21. Quiosque para alimentação ou similar	
22. Vegetação	
23. Paisagismo	
24. Localização: () zona residencial () zona comercial () zona industrial () zona mista	
25. Limpeza	
26. Segurança	
27. Identificação da praça	
28. Comunicação visual	
29. Rampas de acesso	
30. Conjunto da obra	
Outros	

Na avaliação qualitativa, cada um dos itens foi avaliado por conceitos péssimo, regular, bom e ótimo, aos quais correspondem notas que variam em uma escala de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro): 0 —| 1,5 ↔ péssimo; 1,5 —| 2,5 ↔ regular; 2,5 —| 3,5 ↔ bom; 3,5 — 4,0 ↔ ótimo.